

TVR
N.º 171, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 99/2020
OF 113/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 120, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 72, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, no município de Quatro Pontes - PR;

2 - Portaria nº 120, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, no município de Vitória de Santo Antão - PE;

3 - Portaria nº 154, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Fraternal de Quixadá, no município de Quixadá - CE;

4 - Portaria nº 731, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, no município de Serro - MG;

5 - Portaria nº 756, de 9 de maio de 2016, Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense, no município de Sousa - PB;

6 - Portaria nº 916, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão, no município de São Lourenço - MG;

7 - Portaria nº 1.014, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Carambéi, no município Carambeí - PR;

8 - Portaria nº 1.819, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho, no município de Jacarezinho - PR;

9 - Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia, no município de Romaria - MG;

10 - Portaria nº 1.948, de 10 de maio de 2016, - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade, no município de Murutinga do Sul - SP;

11 - Portaria nº 1.094, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo, no município de Mucambo - CE;

12 - Portaria nº 1.446, de 7 de junho de 2017 - Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, no município de Cândido Mota - SP;

13 - Portaria nº 1.898, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória - BA;

14 - Portaria nº 1.909, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo, no município de Pedras de Fogo - PB;

15 - Portaria nº 1.949, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas, no município de Tarrafas - CE;

16 - Portaria nº 1.968, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco, no município de Erval Seco - RS;

17 - Portaria nº 1.919, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social, no município de Valentim Gentil - SP;

18 - Portaria nº 2.190, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova, no município de Várzea Nova - BA;

19 - Portaria nº 2.475, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão, no município de Perdigão - MG;

20 - Portaria nº 2.632, de 7 de junho de 2017 - Associação Vale Teles Pires de Comunicação, no município de Sinop - MT;

21 - Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017 - ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, no município de Guapó - GO;

22 - Portaria nº 6.158, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Rádio Transversal, no município de Salto de Pirapora - SP;

23 - Portaria nº 7.228, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM, no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES;

24 - Portaria nº 7.244, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Acultural de Galiléia, no município de Galiléia - MG;

25 - Portaria nº 7.589, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural do Município de Jandaia, no município de Jandaia - GO;

26 - Portaria nº 708, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Landel de Moura, no município de Palmeira das Missões - RS;

27 - Portaria nº 734, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalon, no município de João Pinheiro - MG;

28 - Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Clóvis Manica, no município de Antônio Prado - RS;

29 - Portaria nº 1.360, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, no município de Marialva - PR;

30 - Portaria nº 1.434, de 22 de março de 2018 - Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão, no município de Couto de Magalhães de Minas - MG;

31 - Portaria nº 2.175, de 2 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange, no município de Cesário Lange - SP;

32 - Portaria nº 3.885, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl, no município de Bariri - SP;

33 - Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Porto União, no município de Porto União - SC;

34 - Portaria nº 4.182, de 28 de setembro de 2018 - Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão, no município de Irineópolis - SC;

35 - Portaria nº 4.188, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte, no município de Nova Canaã do Norte - MT;

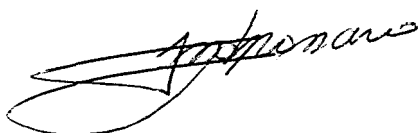
36 - Portaria nº 4.191, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia, no município de Chupinguaia - RO;

37 - Portaria nº 7.042, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração, no município de Regeneração - PI;

38 - Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018 - Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário, no município de Solânea - PB;

39 - Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão do Vale do Curu, no município de São Luís do Curu - CE; e

40 - Portaria nº 7.241, de 16 de janeiro de 2018 - Associação e Movimento Comunitário Radio Lebermann FM, no município de Goiabeira - MG.



Brasília, 18 de março de 2020.

Port. 120/16



EM nº 00186/2019 MCTIC

Brasília, 16 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057908/2011-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, inscrita no CNPJ nº 02.442.587/0001-14, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Vitória de Santo Antão, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 120, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 120/2016/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057908/2011-12 e nº 53103.000651/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 0912888 e o código CRC 8F24B307. -



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33201/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057908/2011-12.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/09/2019, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4633337** e o código CRC **3851D995**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

SCE-M. das Comunicações
Fls. 01
Rubrica

DESPACHO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 057908/2011-12
SEAPA/SCE
18/11/2011-11:22

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº 53103.000651/98

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, na localidade de **VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE**, tem validade até 27/09/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de novembro de 2011.



VALKIRIA FERREIRA MACHADO
1321450

508-07104"
W35 17' 27"

02.442.587/0001-14



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6968 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 21 de novembro de 2011.

Ao Senhor

Representante Legal

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Rua do Estudante, 85 – Universitário
55612-650 Vitória de Santo Antão/PE

Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/ Processo nº. 53000.057908/11.

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.
2. Visto que o ato de outorga da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO tem validade até 27/09/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

CGRC

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- I. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

Min. das Comunicações
Fls. 03
Rubrica

- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
 - III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
 - IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
 - V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.
5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.
6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

25



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 - Fax: (81) 3424-9366

Memo. nº 043/2012/NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Brasília, 19 de janeiro de 2012.

Ao Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Renovação de outorga**

Em anexo, encaminhamos documentação da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, referente ao processo nº 53000.057908/2011.

Atenciosamente,

Maria da Silva

MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco

Substituta

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 003878/2012-13

SEAPA/SCE

24/01/2012-09:36

Sedco

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.612-650

M. das Comun.
Fls. 05
Rúbrica:
2011

Ofício, 02/2011

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011

Ilmo. Sr.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dr. Octavio Penna Pieranti

ASSUNTO: Renovação de Outorga
Processo nº : 53000.057908/2011

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 18 / 01 / 2012
Joeides Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199



Senhor Coordenador

Em atenção ao Ofício nº 6968/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, datado de 21 de novembro de 2011, estamos encaminhando documentação, abaixo relacionadas, para providências cabíveis.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;
- 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
- 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;

8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

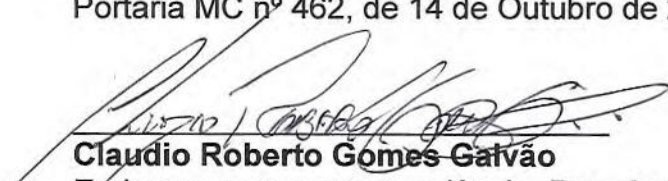
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1

13. Conforme o item 3 do ofício nº 6968/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, estamos aguardando o valor relativo às despesas decorrente do Ato de Renovação de Outorga.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


Claudio Roberto Gomes Galvão

Endereço para correspondência: **Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE, CEP: 55.612-650.**

Telefone para contato: **081 - 87694988**

Correio eletrônico (e-mail):

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**

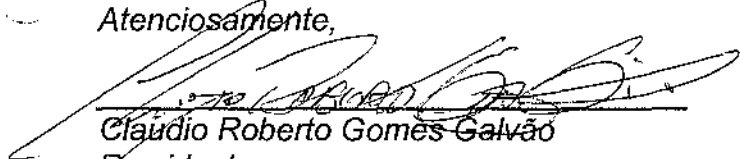
**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO inscrita no CNPJ sob o nº 02.442.587/0001-14, com sede Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE, CEP: 55.602-240, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 85 datada de 21/03/2000 e Decreto Legislativo nº 365 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/09/2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,


Cláudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

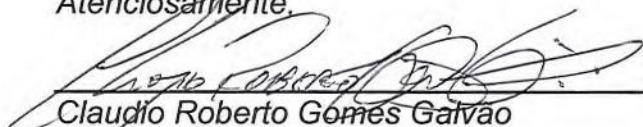
**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra -se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,



Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.602-240

CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO

Prezado Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitário

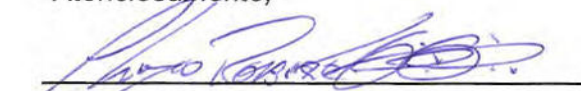
Com relação à Certidão Negativa de Debito, esclarecemos que procuramos a Agencia Nacional de Telecomunicações – Anatel, para solicitar um parcelamento de um débito referente do que consta o Processo 53.532. 000286/2003.

Nós foi informado que a Agencia não aceita nenhum parcelamento de divida. Assim, oficializamos a Anatel que encaminha-se nosso processo para a Procuradoria Geral Federal, pois este órgão aceita o procedimento de parcelamento.

Nós foi informado, que o referido processo encontra-se no Ministério das Comunicações, aguardado parecer final, e que possivelmente a divida esteja prescrita.

Assim, gostaríamos de obtermos informações, pois a entidade é sem fins lucrativos e não tem condições de pagar tal divida de uma única vez, e/ou, proceda a analise final do processo, conforme orientação da Anatel.

Atenciosamente,



Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.442.587/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/03/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOC.CULTURAL E COMUN.DOS MORADORES C.VITORIA STO ANTAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCOMCEV			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R BARAO DA ESCADA	NÚMERO 112	COMPLEMENTO	
CEP 55.602-050	BAIRRO/DISTRITO MATRIZ	MUNICÍPIO VITORIA DE SANTO ANTAO	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **18/1/2012** às **15:16:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E PRINCIPIOS

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária dos Moradores de Centro de Vitória de Santo Antão, daqui por diante referida apenas como ASSOCIAÇÃO, é uma entidade jurídica de direito privado, com finalidade cultural e Educativa, sem finalidade econômica. Este Estatuto está registrado no Cartório do Município da Vitória de Santo Antão, sob nº 310 às folhas 181/185 do livro A-2, em 25/03/1998. ✓

Art. 2º - A Associação terá sede e Fórum na Cidade da Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, na Rua do Estudante, nº 112, Bairro Universitário, podendo criar escritório e representações em qualquer parte do território nacional. ✓

Art. 3º - O prazo de duração é indeterminado e o ano social coincidindo com o ano civil, terminado em 31 de dezembro de cada ano. ✓

Art. 4º - A Associação é regida por este Estatuto e pela legislação vigente, no que lhe for aplicável.

Art. 5º - Constitui finalidade primordial da Associação:

- Realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes, especialmente idosos, crianças, deficientes físicos, população de baixa renda e etc.;
- Executar o serviço de radiodifusão comunitária, sem fins lucrativos, com a finalidade de dar oportunidade de difundir idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade formada pelas localidades da cidade da Vitória de Santo Antão, Pernambuco;
- Incentivar a expansão da cultura, das artes e da educação;
- Instituir cursos de formação profissional, nas diversas áreas, utilizando-se das instalações da Associação;
- Patrocinar e divulgar eventos culturais como esportes, festivais de arte, espetáculos teatrais da dança, de música, de teatro, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região;
- Preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos;
- Estabelecer contatos com emissoras de radiodifusão com propósito de produzir programas culturais e informativos;
- Contratar, apoiar, administrar e gerir, sempre que necessários e oportunos quaisquer projeto e atividades culturais e educativas;

Parágrafo Primeiro – A Associação poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados em consonância com seus objetivos;

Parágrafo Segundo – A Associação poderá utilizar e adotar nome de fantasia que lhe dê a melhor caracterização de suas atividades.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 6º - A Associação terá as seguintes categorias de associados:

- Sócios fundadores – São aqueles que assinarem a Ata de constituição da Associação e se comprometem a cumprir os objetivos previstos no presente estatuto;
- Sócio Benemérito – Serão aqueles a quem a Assembleia Geral conferir essa distinção espontaneamente, ou por proposta unânime da Diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestado à entidade;
- Sócio Participantes – São participantes as pessoas físicas ou jurídica que venha a filiar-se a Associação, pós a sua constituição e regularização, e que venham a contribuir de modo

relevante para o desenvolvimento e a realização dos fins da Associação, inclusive apoiando-se em termos materiais e/ou financeiros, de forma contínua, e que serão apresentados pela Diretoria para a aprovação pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

Art. 7º - O patrimônio da Associação será constituído:

- Pelas doações, auxílio e subvenções que venham a ser efetuados ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas físicas, jurídicas, entidades públicas que desejarem colaborar com a Associação para atingir seus objetivos;
- Pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compras e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras;
- Pelos saldos dos exercícios anteriores transferidos para conta patrimonial;
- Pelas contribuições que vieram a ser feitas pelos associados fundadores, beneméritos e participantes.

Art. 8º - Os bens de propriedade da Associação serão utilizados e aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados ou gravados de quaisquer ônus, sem aprovação de Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, na forma que dispuser este estatuto.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - Aos Associados, assiste o Direito de:

- Votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativo e deliberativo da Associação, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;
- Participar e colaborar das atividades da Associação, apresentando sugestões que visem seu engrandecimento;
- Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos;
- São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que frente à procedência da solicitação deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 10º - São deveres dos associados:

- Cumprir e respeitar o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- Acatar as determinações da Diretoria;
- Contribuir com seu trabalho e dedicação à consecução das finalidades sociais, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuídos;
- Efetuar regularmente o pagamento de sua contribuição.



[Handwritten signature]

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 11º - São órgão da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho Comunitário.

Art. 12º - A Assembleia Geral é órgão soberano da Associação e será constituída por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á Ordinariamente uma vez por ano, no mês de janeiro, em lugar, dia e hora determinados pela diretoria, e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou solicitada por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 14º - O quorum para deliberação da Assembleia Geral, em primeira convocação, será de metade mais um dos Associados.

Parágrafo Único – Não sendo atingido o quorum mínimo estabelecido neste Artigo, a Assembleia Geral se reunirá trinta minutos após a hora marcada com qualquer número de Associados presentes.

Art. 15º - A Assembleia Geral será convocada com 10 (dez) dias de antecedência, mediante publicação de Edital nos meios de comunicação locais, bem como, publicado no quadro de aviso na sede da Associação.

Art. 16º - As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo seu Presidente e/ou Associados em pleno gozo de seus direitos sociais, e a ele caberá escolher um dos Associados ou Diretor para secretariar a reunião.

Art. 17º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) Deliberar por maioria de votos dos presentes sobre a alienação de bens imóveis e equipamentos ou a constituição de ônus sobre os mesmos;
- b) Deliberar sobre a reforma do presente Estatuto;
- c) Manifestar-se sobre a orientação geral da Associação, sobre relatório, programas de ação e qualquer ato da Associação;
- d) Opinar e decidir sobre assuntos que lhe sejam representados pela Diretoria e que seja de interesse da Associação.
- e) Decidir sobre a extinção da Associação;
- f) Autorizar a Diretoria a firmar contato ou convênios com Governos, Entidades públicas ou privadas, nacionais e ou estrangeiras;
- g) Delibera sobre as limitações de despesas, fixação de salários e concessão de gratificações;
- h) Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- i) Eleger e dar posse ao Conselho Comunitário de Programação.
- j) Decidir sobre recursos de sócios não solucionados pela Diretoria.

CAPÍTULO VII DA DIRETORIA

Art. 18º - A Diretoria, órgão executivo da administração da Associação, será assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Diretor Administrativo;
- d) Diretor Financeiro;
- e) Diretor de Operações;



Autentico a presente fotocópia que contém
com o original que se encontra em meu poder.

16 JAN 2012

☐ José da Costa Borja Neto - Tabelião
☐ Taciana Barba - e Silva - Substituta
☐ José Antônio de S. Borja - Escrevente

[Handwritten signature]

- f) Diretor de Eventos;
- g) Diretor de Patrimônio;
- h) Diretor Técnico.

Parágrafo Primeiro – O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será de um período de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por mais um período.

Parágrafo Segundo – Havendo morte, renúncia ou impedimento definitivo do Presidente, o Vice Presidente assumirá a presidência da Associação e convocará a Assembleia Geral extraordinariamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que se proceda à eleição do novo Presidente.

Art. 19º - Além das atribuições que lhe são conferidas neste Estatuto, compete à Diretoria:

- a) Admitir e dispensar funcionários;
- b) Exercer a administração da Associação;
- c) Responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação;
- d) Elaborar projetos e programas com vista a cumprir as metas fixadas pela Assembleia Geral;

Parágrafo Primeiro – Competência de todos os Diretores:

1) **Caberá ao Presidente:**

- a) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- b) Assinar contratos e convênios, cheque e demais documentos, sempre em conjunto com o Diretor Financeiro.
- c) Convocar o Conselho Comunitário para apresentar relatório anual.

2) **Caberá ao Vice-Presidente:**

- a) Substituir o Presidente em sua ausência ou impedimento.

3) **Caberá ao Diretor Administrativo:**

- a) Cuidar da administração do pessoal e dos bens administrativos.

4) **Caberá ao Diretor Financeiro:**

- a) Cuidar a área econômica e financeira da Associação.

5) **Caberá ao Diretor de Operações**

- a) Coordenar a utilização dos equipamentos ligados à Associação e de sua melhor operacionalização.

6) **Caberá ao Diretor de Eventos:**

- a) Promover e Coordenar a programação de eventos da Associação.

7) **Caberá ao Diretor de Patrimônio:**

- a) Cuidar de todos os bens móveis e imóveis da Associação.

8) **Caberá ao Diretor Técnico:**

- a) Especificar e Coordenar a manutenção dos equipamentos da Associação.

Parágrafo Segundo - Todos os dirigentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

Parágrafo Terceiro – Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO COMUNITÁRIO.

Art. 20º - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.





Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

16 JAN. 2012

Art. 21º - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL.

Art. 22º - O Conselho Fiscal, é o órgão de fiscalização das atividades econômico – financeiras da Associação e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução por mais um o período.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o da Diretoria.

Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 23º - Entre os membros do Conselho Fiscal, um dos associados será o seu Presidente e outro Secretário.

Art. 24º - O Conselho Fiscal tem suas atribuições e poderes conferidos por Lei.

Art. 25º - Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar os livros de escrituração da Associação;
- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Administrativo e Financeiro, opinando a respeito;
- Apreciar os balanços e inventários que acompanha o relatório anual da Diretoria;
- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- Dar parecer à Assembleia Geral e à Diretoria, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos.

Parágrafo Único – o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - Os atos constitutivos da Associação, somente poderão ser alterados por Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, e estas alterações comunicadas ao Ministério das Comunicações.

Art. 27º - Os bens da Associação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no Estatuto.

Art. 28º - O quadro de pessoas deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 29º - Nenhum membro da Associação, inclusive os do Conselho Comunitário e Fiscal poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo único – Não se considera remuneração para fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de

locomoção, hospedagem, alimentação, representação e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art. 30º - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário.

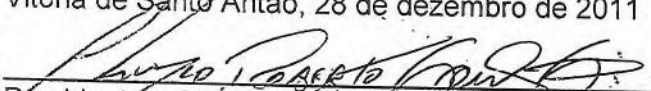
Art. 31º - No caso de ser verificada a impossibilidade ou inconveniência da manutenção da Associação, esta será extinta por iniciativa da Assembleia Geral, especialmente convocada par este fim, nos termos deste estatuto. Neste caso, o patrimônio da Associação será transferido para uma instituição congênere, com sede ou atuação na comarca, ou em sua falta, ao poder público municipal que fará a sua destinação, dentro dos fins previstos neste Estatuto.

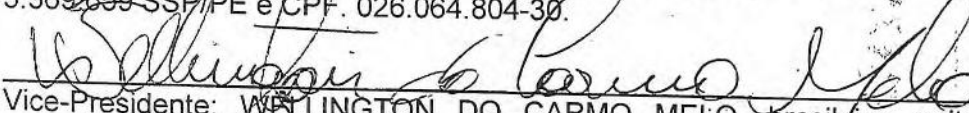
Art. 33º - A Associação só poderá ser dissolvida pro deliberação de Assembleia Geral com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) dos associados.

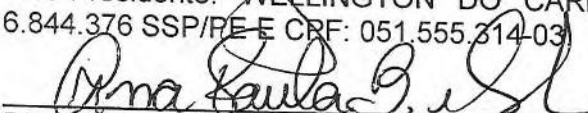
Art. 34º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos "ad referendum" da Assembleia Geral e pela Diretoria.

Art. 35º - Este Estatuto deverá ser Averbado no Cartório de Pessoa Jurídica no Município da Vitória de Santo Antão.

Vitória de Santo Antão, 28 de dezembro de 2011


Presidente: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 5.369.659 SSP/PE e CPF. 026.064.804-30.


Vice-Presidente: WELLINGTON DO CARMO MELO, brasileiro, solteiro, advogado, RG. nº 6.844.376 SSP/PE E CPF: 051.555.314-03


Diretora Administrativa: ANA PAULA BEZERRA E SILVA, brasileira, casada, diretora de marketing, RG. 5.626.293 SSP/PE E CPF: 029.950.434-44.



CERTIFICO E DOU FÉ,
QUE O SELO ESTÁ
APOSTO NA 1ª VIA
DE Nº ACE0930910 *(Selo)*

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

Vitória de Santo Antão - Pernambuco
José da Costa Borba Neto - Titular

Nº 12.353 PROTOCOLO Nº A-5
Pág. 110
Apresentado hoje 13.01.2012
AVERBAÇÃO Nº 100.11310
Fls. 199 do livro 13.01.2012
Vitória de Santo Antão *(Assinatura)*

Taciana Borba de L. e Silva
Substituta



8-11-2010
8-11-2014

Ass. das Comunicações
17

ATA DA 10ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Aos 08 (oito) dias do mês de novembro de 2010, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, sito a Rua do Estudante, 85 - Centro, Município da Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária para a Alteração do Estatuto Social, Eleição e posse da Diretoria executiva e do Conselho Fiscal. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sr. Roberto de Deus e Melo. Convidando a mim José Neildo David, para secretariar a sessão. Dando prosseguimento aos trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia verificou que a lista de presença acusava quantidade de associados necessária para deliberar sobre os itens citados na convocação – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral Extraordinária, convocada no dia 28/10/2010, conforme Art. 15º do Estatuto Social, que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; b) Reforma do Estatuto Social, e assuntos de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude do Estatuto Social da Associação ser de 1998, se faz necessária uma profunda modificação para adequação ao novo Código Civil, Lei 10.406/2002, de 10/01/2002, bem como novas exigências do Ministério das Comunicações, tendo em vista, que a referida Entidade, detém uma autorização para explorar o Serviço de Radio Comunitária. Lembramos que por imposição da Norma Complementar 01/2004, que regulamenta a Radio Comunitária, no Item 7.2.1, as modificações propostas no Estatuto, deverá ser apresentada ao Ministério das Comunicações na íntegra, legível e modificado. Assim, procedemos às alterações do Estatuto Social. Tomando a palavra como Secretario da Assembléia, iniciei a leitura das alterações do Estatuto para a apreciação e aprovação, o que fiz artigo por artigo. Lido e aprovado; será assinado por todos os presentes nesta Assembleia, e encaminhado para averbação no Cartório de Pessoa Jurídica do Município da Vitória de Santo Antão. Iniciamos a eleição e posse da Diretoria Executiva do Conselho Fiscal eleito para o mandato de 04 (três) anos, ficando assim a nova Diretoria: **PRESIDENTE: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, brasileiro, solteiro, professor, RG. Nº 5.369.695 SSP/PE e CPF: Nº 026.064.804-30; **VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON DO CARMO MELO**, brasileiro, solteiro, advogado, RG. Nº 6.844.376 SSP/PE e CPF: Nº 051.555.314.03; **DIRETORA ADMINISTRATIVA: ANA PAULA BEZERRA E SILVA**, brasileira, solteira, Diretora de Marketing, RG Nº 5.626.293 SSP/PE e CPF: Nº 029.950.434.44; **DIRETORA FINANCEIRA: JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA**, brasileira, solteira, secretária, RG. Nº 6.683.423 SSP/PE e CPF: Nº 056.359.404.7; **DIRETOR DE OPERAÇÕES: MARCOS JULIO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, professor, RG. Nº 5.590.855 SSP/PE e CPF. Nº 041.469.954.85; **DIRETORA DE EVENTOS: EMANUELA PATRICIA BARBOSA DA SILVA**, brasileira, casada, secretária, RG. Nº 3.476.520 SSP/PE e CPF. Nº 027.393.914.98; **DIRETORA DE PATRIMÔNIO: RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO**, brasileira, solteira, secretária, RG. Nº 6.683.410 SSP/PE e CPF. Nº 075.675.054.79; **DIRETORA TÉCNICA: LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS**, brasileira, solteira,



Kauon *19* *das Comunicações*
secretária, RG. Nº 5.942.858 SSP/PE e CPF. Nº 033.005.084.28. E para o
CONSELHO FISCAL: TITULARES: 1º - **SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA**, brasileiro,
casado, auxiliar administrativo, CPF. Nº 451.632.874-49 e RG. Nº 2.792.767
SSP/PE; 2º **EDGAR UCHÔA VERAS FILHO**, brasileiro, casado, autônomo, CPF. Nº
046.796.384-35 e RG. Nº 6.793.868 SDS/PE; 3º **SEVERINO RAMOS DA SILVA**,
brasileiro, casado, agricultor, CPF. Nº 712.504.504-97 e RG. Nº 3.975.870 SSP/PE;
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE: 1º **CRISTIANO DORNELAS DE ANDRADE**,
brasileiro, casado, professor, CPF. Nº 609.505.284-04 e RG. Nº 3.551.327 SDS/PE;
2º **CARLOS FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, casado, professor, RG. Nº
2.553.504 SSP/PE e CPF. Nº 685.837.104-49; 3º **ROSENILDO ALVES DE
SANTANA**, brasileiro, casado, autônomo, RG. Nº 3.679.442 SSP/PE e CPF. Nº
685.834.434-91; O Senhor Presidente homologou os membros da Nova Diretoria
Executiva do Conselho Fiscal, dando posse neste ato, para o mandato, de 04 anos,
e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária
da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. O Presidente eleito agradeceu os presentes pela
colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Associação elevará o nome
da mesma, e encerrou a reunião, e eu José Neildo David que servi de Secretario,
lavro dato e assino *Jose Neildo David dos Santos* a presente ata
justamente com toda a Diretoria e o Conselho Fiscal, bem como, todos os presentes
vistos abaixo especificados.

Vitoria de Santo Antão, 08 de novembro de 2010

Roberto de Deus e Melo
Roberto de Deus e Melo
Presidente da Assembleia

Claudio Roberto Gomes Galvão
PRÉSIDENTE: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO

Wellington do Carmo Melo
VICE-PRÉSIDENTE: WELLINGTON DO CARMO MELO

Ana Paula Bezerra e Silva
DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANA PAULA BEZERRA E SILVA

Joseana Felix de Almeida Santana
DIRETOR FINANCEIRO: JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA

Marcos Julio da Silva
DIRETOR DE OPERAÇÕES: MARCOS JULIO DA SILVA

Emanuela Patricia Barbosa da Silva
DIRETOR DE EVENTOS: EMANUELA PATRICIA BARBOSA DA SILVA

Renata Sandrelle da Silva Melo
DIRETOR DE PATRIMÔNIO: RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO



A handwritten signature in black ink is written over a purple circular official stamp. The stamp contains the text "M. No.", "Date:", "Signature:", and "Post-Box:" arranged around a central point.

CONSELHO FISCAL: TITULARES

Edgar Uchôa Veras Filho
2º EDGAR UCHÔA VERAS FILHO

3º SEVERINO RAMOS DA SILVA

CONSELHO FISCAL SUPLENTE:

2º CARLOS FRANCISCO DA SILVA

3º ROSENILDO ALVES DE SANTANA

3º ROSENILDO ALVES DE SANTANA

N.º M. 888 José da Costa Borba Neto - Titular
 Pág. 54 PROTOCOLO N.º A-5
 Apresentado hoje 24 / 11 / 2010
 AVERBAÇÃO N.º AG 0513 K
 Fis. 197 do livro A-2
 Vitória de 10 / 2008

TRIBUNAL DE JUSTICA
DE PERNAMBUCO
Ato Notarial
ou de Registro

Demais Associados presente na Assembleia

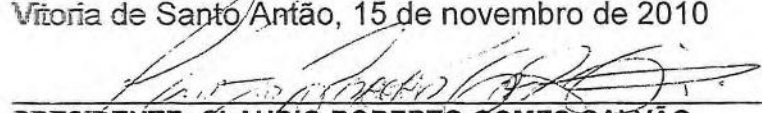
[illegible]

ATA DA 11ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Aos 15 (quinze) dias do mês de novembro de 2010, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, sito a Rua do Estudante, 85 - Centro, Município da Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária para empossar o Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Presidente **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, brasileiro, solteiro, professor, RG. Nº 5.369.695 SSP/PE e CPF: Nº 026.064.804-30. Convidando a mim **ANA PAULA BEZERRA E SILVA**, brasileira, solteira, diretora de marketing, RG Nº 5.626.293 SSP/PE e CPF: Nº 029.950.434.44, para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como Secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) **Posse do Conselho Comunitário** e assunto de interesse geral. Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Radio com vista aos interesses da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: **Conselheiro 1 – TÚLIO ALBUQUERQUE DUARTE**, brasileiro, solteiro, administrador, CPF/MF nº 061.178.394-05 e RG. nº. 7.294.719 SDS/PE, neste Ato representando a FACOL – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins, CNPJ/MF03.391.726/0001-90; **Conselheiro 2 – RAÍSSA DE DEUS E MELO ALBUQUERQUE**, brasileira, casada, educadora, CPF/MF. Nº 518.061.344-20 e RG. nº 1.962962 SSP/PE, neste Ato representando o Sistema Educacional Radar – SER, CNPJ/MF. nº 35.401.311/0001-60; **Conselheiro 3 – PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA**, brasileiro, casado, advogado, CPF/MF. nº. 253.288.834-20 e RG. nº. 1.853.942 SSP/PE, neste Ato representando a VITORIA DE SANTO ANTÃO ASSOCIACAO ACADEMICA E DESPORTIVA - CNPJ 095755620001/38; **Conselheiro 4 – JOSÉ NEILDO DAVID DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, professor, RG. 1.679.402 SSP/PE e CPF/MF nº. 320.488.584-49, neste ato representando a FUNDAÇÃO EDUCATIVA DA VITORIA DE SANTO ANTÃO, CNPJ/MF nº. 04.629.198/0001-28; **Conselheiro 5 – ELIZABETE FELICIANO DA SILVA**, brasileira, solteira, autônoma, RG. nº. 5.415.795 SSP/PE e CPF/MF. nº. 028.268.004-77, neste ato representando o GRUPO VID'ART, CNPJ/MF, nº. 01.290.492/0001-60. O Senhor Presidente homologou a eleição dos membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato para o mandato de 04 anos, coincidindo com o mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião, e eu **ANA PAULA BEZERRA E SILVA** que servi de Secretária, lavro dato e assino Ana Paula Bezerra E Silva a presente ata justamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.




Vitória de Santo Antão, 15 de novembro de 2010


PRESIDENTE: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO


VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON DO CARMO MELO


DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANA PAULA BEZERRA E SILVA


DIRETOR FINANCEIRO: JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA



DIRETOR DE OPERAÇÕES: MARCOS JULIO DA SILVA


DIRETOR DE EVENTOS: EMANUELA PATRICIA BARBOSA DA SILVA


DIRETOR DE PATRIMÔNIO: RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO


DIRETOR TÉCNICO: LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS

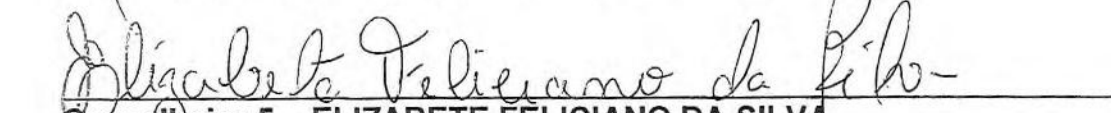
CONSELHEIROS COMUNITÁRIO


Conselheiro 1 - TÚLIO ALBUQUERQUE DUARTE
FACOL – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins


Conselheiro 2 - RAÍSSA DE DEUS E MELO ALBUQUERQUE
Sistema Educacional Radar – SER


Conselheiro 3 - PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO ASSOCIAÇÃO ACADEMICA E DESPORTIVA

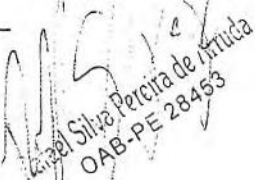

Conselheiro 4 - JOSÉ NEILDO DAVID DOS SANTOS
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO


Conselheiro 5 - ELIZABETE FELICIANO DA SILVA
GRUPO VID'ART

Autentico a presente fotocópia que confere
com o original que me foi apresentado. Dou fé.

16 JAN. 2012




Elizabete Feliciano da Silva
OAB-PE 28453

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.612-650**

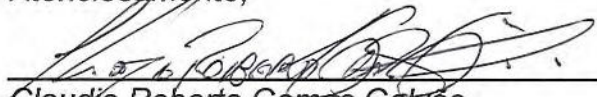
**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, declaro para os devidos fins que:

- 1** - a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- 2** - a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- 3** - a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,



Claudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

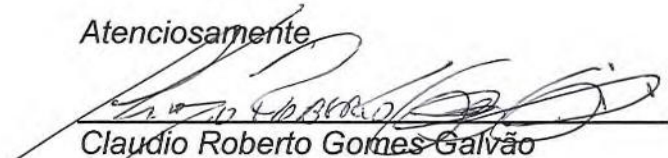
**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, declaro para os devidos fins que: Sou o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação. Estando devidamente qualificado nos autos do processo.

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,


Claudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.612-650

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS – PESSOA FISICA

NOME	RG Nº
Claudio Roberto Gomes Galvão	5.369.695 SSP/PE
Wellington do Carmo Melo	6.844.376 SSP/PE
Ana Paula Bezerra e Silva	5.626.293 SSP/PE
Joseane Felix de Almeida Santana	6.683.423 SSP/PE
Marcos Julio da Silva	5.590.855 SSP/PE
Emanuela Patricia Barbosa da Silva	3.476.520 SSP/PE
Renata Sandrelle da Silva Melo	6.683.410 SSP/PE
Luciana de Souza dos Santos	5.942.858 SSP/PE
Sebastião Domingos da Silva	2.792.767 SSP/PE
Edgar Uchôa Veras Filha	6.793.868 SSP/PE
Severino Ramos da Silva	3.975.870 SSP/PE
Cristiano Dornelas de Andrade	3.551.327 SSP/PE
Carlos Francisco da Silva	2.553.504 SSP/PE
Rosenildo Alves de Santana	3.679.442 SSP/PE

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.612-650

Relatório do Conselho Comunitário referente à Grade de Programação

A Grade de Programação ora apresentada, pela Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, esta de acordo com o que consta no subitem 21.4.1 da Norma Complementar 01/2011 e aprovada pelo Conselho Comunitário.

Grade de Programação

Segunda a Sexta-feira

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:00 as 06:00 h	100% Brasil	Música popular
06:00 as 06:15 h	Amadorismo é notícia	Jornalismo
06:15 as 07:00 h	Jovem Guarda	Música
07:00 as 08:00 h	A Voz da Vitoria	Jornalismo e debate
08:00 as 10:00 h	Bom Dia Vitoria	Jornalismo e debate
10:00 as 12:00 h	Som Livre	Música
12:00 as 13:00 h	Esporte Total	Jornalismo Esportivo
12:00 as 16:00 h	Som Livre Parte 2 - Gente Interessante	Debate com a sociedade
12:00 as 16:00 h	Som Livre Parte 2 - Gente Interessante	Debate com a sociedade
16:00 as 18:00 h	Agito Geral	Interação com a comunidade
18:00 as 19:00 h	Resenha Bola na Rede	Jornalismo Esportivo
19:00 as 20:00 h	A Voz do Brasil	Programa Oficial
20:00 as 22:00 h	Noite de Paz	Programa Religioso
22:00 as 23:00 h	O Melhor da Música Nacional / Internacional	Música

Sábado

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
06:00 as 08:00 h	Forro nº 1	Música da Terra
08:00 as 09:15 h	100% Brasil	Música popular Brasileira
09:00 as 14:00 h	Sábado POP	Música e entrevistas
14:00 as 16:00 h	As mais pedidas	Música
16:00 as 17:00 h	Especial Tabocas FM	Música
17:00 as 18:00 h	Tabocas Livre	Música e interação com a Comunidade
18:00 as 19:00 h	Resumo Esportivo	Jornalismo Esportivo
19:00 as 20:00 h	Transmissão da Santa Missa	Programa Religioso

20:00 as 23:00 h	Acústico da Terra	Música ao Vivo
------------------	-------------------	----------------

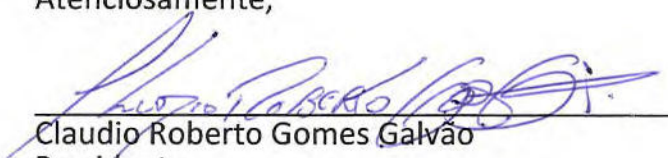
Domingo

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
06:00 as 09:00 h	Programa Amigo Fiel	Interação com a Comunidade
09:00 as 10:15 h	Momento Espírita	Programa Religioso
10:00 as 12:00 h	Sua Excelência O Frevo	Música Cultural da Terra
12:00 as 14:00 h	Programa Sintonia	Música
14:00 as 16:00 h	Especial Tabocas FM	Música
16:00 as 18:00 h	Tabocas Livre	Música e interação com a Comunidade
18:00 as 19:00 h	As mais pedida da Semana	Música
19:00 as 21:00 h	Transmissão da Santa Missa	Programa Religioso
21:00 as 23:00 h	Noite Especial	Música popular brasileira


E esta de acordo com o que preceitua uma programação devidamente comunitária, sendo de grande importância para a nossa comunidade. Também, registramos que a esta programação apresentada, interage com outra realidade na comunidade, que é a de dá oportunidade a mais de 10 radialistas, cumprindo um papel fundamental no nosso Município, que é a formação de novos locutores e radialista. Assim foi aprovada pelo Conselho Comunitário e vai assinada pelos representantes das Entidades que compõem o referido Conselho.

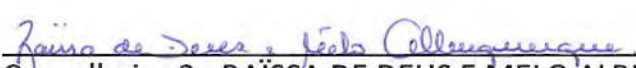
Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,


 Claudio Roberto Gomes Galvão
 Presidente
 CPF. nº 026.064.804-30

Membros do Conselho Comunitário.


 Conselheiro 1 - TULLIO ALBUQUERQUE DUARTE
 ENTIDADE: Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - FACOL


 Conselheiro 2 - RAÍSSA DE DEUS E MELO ALBUQUERQUE
 ENTIDADE: Sistema Educacional Radar-SER



Paulo Roberto Leite de Arruda

Conselheiro 3 - PAULO ROBERTO LEITE DE ARRUDA

ENTIDADE: Vitória de Santo Antão Associação Acadêmica e Desportiva

José Neildo David dos Santos

Conselheiro 4 - JOSÉ NEILDO DAVID DOS SANTOS

ENTIDADE: Fundação Educativa da Vitória de Santo Antão

Elizabete Feliciano da Silva

Conselheiro 5 - ELIZABETE FELICIANO DA SILVA

ENTIDADE: Grupo Vid'ART.

Bi. pres. *[Signature]* *[Signature]*

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14


**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.612-650**

**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, declaro para os devidos fins que: solicito vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Vitória de Santo Antão, 22 de dezembro de 2011.

Atenciosamente,



Claudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.057908/11 Localidade/UF: Vitória de Santo
 Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE
 Aviso: SANTO ANTÃO 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Processo					
1.	A Entidade é uma: Associação				
2.	Requerimento de Solicitação? Sim				
Fl. 7.					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão? Sim				
Fl. 11.					
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?				
Estatuto Social (fls. 11/16), registrado; Ata de Eleição, de 8/11/2010 (fls. 17/18), registrada; Ata de Eleição do Conselho Comunitário (fls. 20/21), sem registro.					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612? Sim				
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República? Não se Aplica				
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou Não				
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade? Não				
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso? Não				
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados? Não				
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)? Sim				
02.442.587/0001-14 (fl. 10).					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação Mandato: art. 18 - 4 anos Validade: 08/11/2010				
Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Cláudio Roberto Gomes Galvão	026.064.804-30	Presidente	Não	Não	Não
Wellington do Carmo Melo	051.555.314-03	Vice-Presidente	Não	Não	Não
Ana Paula Bezerra	029.950.434-44	Diretor Administrativo	Não	Não	Não
Declaração de Conformidade: fl. 8;					

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.057908/11 Localidade/UF: Vitória de Santo
Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE
Aviso: SANTO ANTÃO Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Joseana Felix de Almeida Santana	056.359.404-70	Diretor Financeiro	Não	Não	Não
Marcos Julio da Silva	041.469.954-85	Diretor de Operações	Não	Não	Não
Emanuela Patrícia Barbosa da Silva	027.393.914-98	Diretor de Eventos	Não	Não	Não
Renata Sandrelle da Silva Melo	075.675.054-79	Diretor de Patrimônio	Não	Não	Não
Luciana de Souza dos Santos	033.005.084-28	Diretor Técnico	Não	Não	Não

Certidão Negativa da Anatel: fl. 9 (a entidade declara que não conseguiu pagar os débitos, mas solicita parcelamento);

Declarações do Anexo 14: fl. 22;

Declaração dos responsáveis pela entidade: fl. 23;

Relatório do Conselho Comunitário: fls. 25/27;

Relação de Associados: fl. 24 (falta n° CPF e endereço completo);

Provas de maioria e de nacionalidade dos dirigentes: não constam;

Declarações de fiel cumprimento: não consta;

Comprovantes de Residência: não constam;

Provas de Idoneidade: não constam.

13. Conclusão da Análise

Da análise da documentação apresentada, constatou-se a necessidade de encaminhamento dos seguintes documentos:

- 1) Estatuto Social reformado;
- 2) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 3) Ata de eleição, de 15/11/2010, registrada (eleição do Conselho Comunitário);
- 4) Esclarecimentos sobre o Conselho Comunitário;
- 5) Provas de maioria e nacionalidade;
- 6) Declaração de fiel cumprimento;
- 7) Comprovantes de residência;
- 8) Provas de idoneidade;
- 9) Declarações em observância ao subitem 8.1, alíneas "f.1", "f.2" (segunda parte), "f.3".

É o relatório.

À consideração superior.

Alessandra Solano
(Analista)

Alessandra M. de Oliveira Solano
Analista Técnico Administrativo
Matrícula 18151493

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.057908/2011 Localidade/UF: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
Entidade: ASSOC.CULTURAL E COMUN.DOS MORADORES C.VITORIA STO ANTÃO
Aviso: 0 Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Não
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Não
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Não
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Não
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Não
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Não
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Não
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Não
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
Nota Técnica n.º 2707/12 e correspondente Ofício de Exigência - Laudo de Ensaio.
16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)
Da análise da documentação apresentada, constatou-se a necessidade de encaminhamento dos seguintes documentos: 1) Estatuto Social reformado; 2) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; 3) Ata de eleição, de 15/11/2010, registrada (eleição do Conselho Comunitário); 4) Esclarecimentos sobre o Conselho Comunitário; 5) Provas de maioria e nacionalidade; 6) Declaração de fiel cumprimento; 7) Comprovantes de residência; 8) Provas de idoneidade; 9) Declarações em observância ao subitem 8.1, alíneas "f.1", "f.2" (segunda parte), "f.3". É o relatório. À consideração superior.

Cesar Segond Vasconcellos
Cesar Segond Vasconcellos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 2707/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.057908/2011
Processo de Outorga nº 53103.000651/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Vitória de Santo Antão / PE**, conforme Portaria de autorização nº 85, DE 21/3/2000, publicada no D.O.U. de 28/3/2000 e Decreto Legislativo nº 365/2001, publicado no D.O.U. de 27/9/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;
- III. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do documento, conforme transcrição a seguir:
 - 8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*
 - 8.3. *Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:*
 - a) *estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;*
 - b) *assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;*
 - c) *assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;*

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

h.2) indicar o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial.

IV. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Livro “A” do Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

IX. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;

X. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada **OU**...Nacional e do Distrito Federal; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

XI. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio; bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede (na relação encaminhada, só contam o nome completo e o número do documento de identidade);

XII. Ata da 11ª Assembleia Geral Extraordinária de posse do Conselho Comunitário da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão inscrita no Livro de Registro de Títulos e Documentos;

XIII. Prova de que esteve em funcionamento o Conselho Comunitário para com a finalidade de acompanhar a programação da entidade, em data anterior a 15/11/2010, em conformidade com os requisitos estabelecidos em Legislação Específica.

XIV. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da requerente, acompanhada do comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrentes desse ato, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2012.



ALESSANDRA SOLANO
Analista Técnico Administrativo

Brasília, 22 de novembro de 2012.


CESAR SEGOND VASCONCELLOS
Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2707/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 23 de novembro de 2012.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4246 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 23 de novembro de 2012.

Ao Senhor

CLÁUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão

Rua do Estudante, n.º 112 – Bairro Universitário
55.602-240 Vitória de Santo Antão / PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.057908/11.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.057908/11**, na localidade de **Vitória de Santo Antão / PE**, no qual essa entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2707, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Nº _____
RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADRES

CEP / CODE POSTAL

Of. 4246 /2012/CGRC/SCE-MC
53000.057908/11
CLÁUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO
Ass. Cult. e Com. dos Morad. do Centro de Vitória de Sto. Antão
Rua do Estudante, n.º 112 – Bairro Universitário
55.602-240 Vitória de Santo Antão / PE

Ministério das Comunicações
Fis. 34
Rubrica

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
30/11/12

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR
*Deidy Dayane

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT
8.505.000

30 NOV 2012
DR-PE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR
	AVIS CN07	

RQ 20744015 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT 27 NOV 2012
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGENCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAIS		
/ / : h	/ / : h	/ / :

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NC	
	EI	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Ala Oeste sala 300 70044-900 Brasília-DF
	CI	
	UF	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 – Fax: (81) 3424-9366

Memo. nº 837/ 2012 / NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 27 de dezembro de 2012

AO Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária/MC

Assunto: **Pedido de Prorrogação de Prazo**

Encaminhamos em anexo, documentos da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, solicitando prorrogação de prazo, referente ao processo nº 53000.057908/2011.

Atenciosamente,

Maria da Silva
MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco
Substituta

EXIREN 02

02
Ministério das Comunicações - SCE
36
93
Rubrica

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.602-240

Ofício 021/2012

Vitória de Santo Antão, 26 de dezembro de 2012.

Ilmo Sr.

Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 3º andar.
Brasília – DF – CEP: 70044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 000034/2013-93

SEAPA/SCE

02/01/2013-10:13

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo.
Ref. De Processo: 53000.057908/11

Senhor Coordenador,

Tendo em vista do que consta no ofício nº 4246/2012/CGRC/SCE-MC, datado de 23 de novembro de 2012. Vem a presença de V. Sa., **solicitar prorrogação de prazo por mais um período de 30 (trinta) dias**, diante da quantidade e da complexidade das exigências elencada na Nota Técnica nº 2707/2012/CGRC/SCE-MC, principalmente no que se refere a recomendações de alteração no Estatuto Social da Entidade, que o Cartório local, leva em média 20 dias, e também, no que se refere as certidões expedidas pelo foro local, que neste momento encontra-se em recesso.

Assim, esperamos a compreensão de V. Sa., pois, entendemos que esse é um caso de força maior,

Atenciosamente,


Cláudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

Recebido no NRH/MC/PE
Em 27 12 2012

Joeides Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199

EXIREN 02

05

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**

SCE-MC
3
Comunidade
SCE-MC

Ofício 022/2013

Vitória de Santo Antão, 28 de fevereiro de 2013.

Ilmo Sr.
Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 3º andar.
Brasília – DF – CEP: 70044-900

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 28 / 02 / 2013
Joeides Pereira da Paz
Mat. SIAPP 427.100

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo.
Ref. De Processo: 53000.057908/11

Senhor Coordenador,

Novamente estamos solicitando nova prorrogação de prazo pelos fatos abaixo relatados:

1. E de conhecimento de todos que as Rádios comunitárias não têm as condições financeiras de se alto – sustentar. Diante das Exigências elencadas na Nota Técnica 2707/2012/CGRC/SCE-MC, no que se refere às Certidões Negativas do FGTS e da Previdência Social, na condição de Novo Presidente da Entidade, me deparai com uma situação extremamente complexa. Com varias pendências financeiras junto a vários órgãos da administração federal, Assim vejamos:
2. Ao solicitar a certidão de FGTS, descobri que Entidade já tinha uma relação empregatícia, e que consta débito junto a Caixa Econômica Federal. De imediato contratamos um Contador para providenciar um parcelamento do débito, o que levou bastante tempo, pois, segundo o mesmo, teve que calcular o passivo mês-a-mês e só agora concluiu e protocolou na Caixa Econômica, cópia anexa.
3. Também, procedemos com as alterações do Estatuto Social, conforme recomendação da referida Nota Técnica. O Cartório nos comunicou que para fazer qualquer alteração estatutária, será necessário apresentar tais Certidões, o que também ficou na dependência da Certidão.


Diante de tal situação, solicitamos **mais uma prorrogação de prazo**, pois estamos aguardando o deferimento da proposta de parcelamento do débito junto a Caixa Econômica Federal.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 011968/2013-51
SEAPA/SCE
15/03/2013-09:39

Suma
131

Assim, esperamos a compreensão de V. Sa., pois, entendemos que esse é um caso de força maior,

Atenciosamente,



Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30





Protocolo de Abertura de Atendimento

SIFAG - Sistema de Gestão do Atendimento do FGTS



Gerado em 28/02/2013

Abertura: 28/02/2013 - 13:29:10 Agência: VITORIA DE SANTO ANTAO, PE (626)

Registro Nº

4270146/13

Dados do Registro:
Razão Social
CNPJ

ASS. CULTURAL E COM DOS MORADORES VIT STO ANTAO
02.442.587/0001-14

Não existem anexos para este registro.

1 de 1

28/02/2013 13:2



SPD - Solicitação de Parcelamento de Débito junto ao FGTS

Grau de sigilo
#00

Requeremos parcelamento das Contribuições devidas ao FGTS na forma da Lei nº 8.036/1990, com base:
Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 615 e Circular CAIXA nº 508
Com Benefício da Lei nº _____ ou do Decreto nº _____

1 - Informações do empregador

CNPJ/CEI	Razão social		
02.442.587/0001-14	ASSOC. CULTURAL E COMUN. DOS MORADORES C. VITORIA S ANTÃO		
Cidade	CEP	Telefone	e-m@il
VITORIA DE SANTO ANTÃO	55602-050		escritoriocontabilidades@hotmail.com

1.1 - Possui Filiais? ☐ Sim (Apresentar Anexo I) ☒ Não1.2 - Possui Incorporações, fusões, obras ou outros vínculos? ☐ Sim (Apresentar Anexo II) ☒ Não

2 - Representantes da Empresa com competência legal para assinar o acordo, conforme documentação anexa.

2.1 - Informações do 1º Representante

Nome	CPF	Endereço	CEP
CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO	026.064.804-30	RUA 21, Nº 36 BELA VISTA - VITORIA DE S ANTÃO-PE	55608-625

2.2 - Informações do 2º Representante

Nome	CPF	Endereço	CEP
JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA	056.359.404-71	LOT.PROF. MARIO BEZERRA QD 13 Nº 87 JARDIM IPIRANGA VITORIA DE S ANTÃO -PE	55600-000

3 - Representante do empregador que vai tratar do parcelamento junto à CAIXA, conforme procuração anexa

Nome	Telefone	e-m@il

4 - Tipo de Acordo

☐ Único ☐ Distintos por situação de cobrança

5 - Débito

☐ Notificação Fiscal ☐ Diferença de Recolhimento ☒ Confissão ☐ Parcelamento anterior

6 - Situação de cobrança do débito

☐ Administrativa ☐ Inscrita ☐ Ajuizada com leilão ou praça marcada ☐ Ajuizada sem leilão ou praça marcada

7 - Existe a Possibilidade de individualização?

☐ Sim - No recolhimento da parcela ☐ Não - Edital Anexo

8 - Se esta solicitação for de órgão público ou empresa vinculada a Estados/DI- ou Municípios e com benefício do Decreto nº 894, de 16/08/1993, informar os dados do Banco depositário do FPM/FPE abaixo.

Banco/Agência	Número da Conta

Nestes termos,

Declaramos a veracidade das informações prestadas, de acordo com o art. 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: Reclusão de um a cinco anos".
E pedimos deferimento.

VITORIA S ANTÃO-PE, 27 de FEVEREIRO de 2013
Local/Data

Assinatura do representante legal conforme item 2 desta SPD

9 - Para uso exclusivo da CAIXA

Agência - Código/DV	Gerente	Telefone

Protocolo de Acompanhamento do Pedido

Data	Pendência	Informado por	Ciência do empregador
/ /			
/ /			



Protocolo de Recebimento

104/0626-0

28 FEV. 2013

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Ag. Vitória de Santo Antão - PE

0410106-5

31.069 v013 micro

A apresentação deste protocolo facilitará sua informação

Não representa concessão do parcelamento pleiteado

Telefone

Assinatura do Empregado da Caixa Econômica

Valdemir Correia Campos
FBN Matr. 14112-9

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 – Fax: (81) 3424-9366



Memo. nº 165/ 2013 / NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 05 de março 2013

AO Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária / MC

Assunto: **Pedido Prorrogação de Prazo**

Encaminhamos em anexo, documentos da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitorio de Santo Antão, solicitando prorrogação de prazo, referente ao processo nº 53000.057908/1.

Atenciosamente,

Maria da Penha
MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco
Substituta

EXIREN 02

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.602-240

Ofício 023/2013

Vitória de Santo Antão, 02 de abril de 2013.

Ilmo Sr.

Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 3º andar.
Brasília – DF – CEP: 70044-900

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo.
Ref. De Processo: 53000.057908/11

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 02/04/2013
Joeides Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199

Senhor Coordenador,

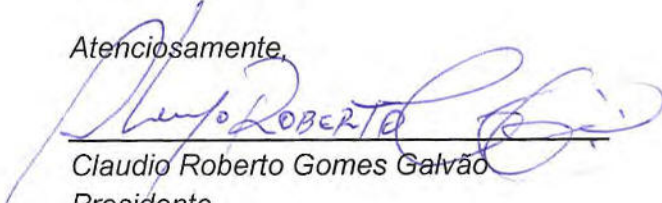
Novamente estamos solicitando nova prorrogação de prazo pelos fatos abaixo relatados:

1. Estamos providenciando a regularização do FGTS junto a Caixa Econômica Federal, conforme já relatado no Ofício 022/2013. No entanto a Agência da Caixa Econômica na Cidade de Vitória de Santo Antão está com problemas técnicos, que vem atrasando o procedimento de conclusão da solicitação de parcelamento.
2. Ao cobrar da referida agência agilidade na conclusão da solicitação já comunicada a esta Coordenação, no foi comunicado que o Sistema não registrou as informações necessárias a autorização do parcelamento, o que nós foi solicitados novamente o envio de novos documentos, o que foi feito, conforme protocolo anexo.
3. Está pendência, também deixa sobestada as alterações estatutárias conforme recomendação da referida Nota Técnica, junto ao Cartório local.

Diante de tal situação, solicitamos **mais uma prorrogação de prazo**, pois estamos aguardando o deferimento da proposta de parcelamento do débito junto a Caixa Econômica Federal.

Assim, esperamos a compreensão de V. Sa., pois, entendemos que esse é um caso de força maior,

Atenciosamente,


Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

13000 015862/2013-43

RECEBIDO

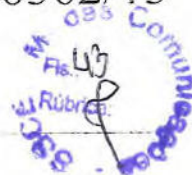
02/04/2013-09:49

Abertura: 02/04/2013 - 14:38:44 Agência: VITORIA DE SANTO ANTAO, PE (626)

Registro N

4326362/13

 Dados do Registro
 Razão Social
 CNPJ

 assoc cultural e com dos moradores e vit sto antão
 02.442.587/0001-14


Quantidade	Anexos
5	Ata da assembleia de eleição da atual diretoria
7	Atos constitutivos e alterações, conforme itens 3.1 a 3.10 do Anexo II do SPD
6	Estatuto
97	Guia 905 ou DECLARAÇÃO DE NÃO REGISTRO
2	Cópia da Identidade e CPF do Representante Legal
1	SPD - Anexo I - preenchido (se tiver filiais) e assinada

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 – Fax: (81) 3424-9366



Memo. nº 239 / 2013 / NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 04 de abril de 2013

AO Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária / MC

Assunto: **Pedido de Prorrogação**

Encaminhamos em anexo, Ofício nº 023/2013, datado de 02 de abril de 2013 da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Cento da Vitória de Santo Amaro, solicitando prorrogação de prazo.

Atenciosamente,

MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA

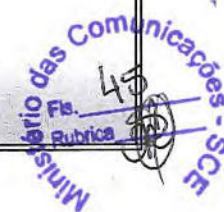
Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco
Substituta

EX-112EN 02

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**



Ofício 024/2013

Vitória de Santo Antão, 06 de maio de 2013.

Ilmo Sr.
Dr. SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.
Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 3º andar.
Brasília – DF – CEP: 70044-900

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 15/05/2013
Joelides Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo.
Ref. De Processo: 53000.057908/11

Senhor Coordenador,

Tendo em vista no que consta nos ofícios 022/2013 2e 023/2013, solicitando pedido de prorrogação de prazo, tendo em vista, as pendências da solicitação de parcelamento de débito do FGTS junto à Caixa Econômica Federal. Novamente estamos solicitando nova prorrogação de prazo, tendo em vista que a Agência da Caixa Econômica daqui da nossa cidade ainda não deu resposta a solicitação.

No entanto, estamos encaminhando a documentação solicitada no ofício 4246/2012/CGRC/SCE-MC, datado de 23 de novembro de 2012, referente aos Dirigentes da Entidade, conforme abaixo relacionados:

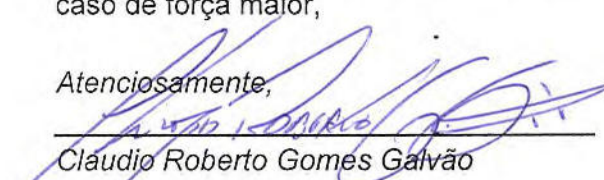
1. Certidão Eleitoral
2. Certidão da Justiça Estadual
3. Certidão da Justiça Federal
4. Folha de Antecedentes Criminal da Polícia Federal
5. Folha de Antecedentes Criminal da Polícia Estadual
6. Declarações constante no Item 8.1 da 01/2011.
7. Cópia autenticada do comprovante de endereço
8. Cópia de RG.

08/06/2013-09:03
SEI 53000.057908/2011-12
53000 028313/2013-11

Diante de tal situação, solicitamos mais uma prorrogação de prazo, pois estamos aguardando o deferimento da proposta de parcelamento do débito junto a Caixa Econômica Federal.

Assim, esperamos a compreensão de V. Sa., pois, entendemos que esse é um caso de força maior,

Atenciosamente,


Cláudio Roberto Gomes Galvão
Presidente
CPF. nº 026.064.804-30

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 028313/2013-11
SEAPA/SCE
08/06/2013-09:03

SEARC
131

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

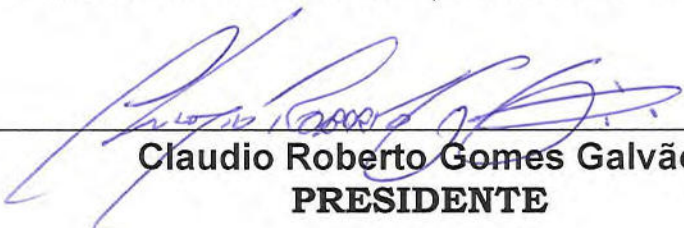
**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**



DECLARAÇÃO

Eu, CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, abaixo assinado, neste ato como o representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Vitoria de Santo Antão, 23 de abril de 2013.



Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14


**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**



DECLARAÇÃO

Eu, CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, abaixo assinado, neste ato como o representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

Vitória de Santo Antão, 23 de abril de 2013.



Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

**Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240**



DECLARAÇÃO

Eu, CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, abaixo assinado, neste ato como o representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**. DECLARA para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a rádio funcionará no novo endereço: Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE, CEP: 55.602-240. Já devidamente alterado junto a esse Ministério.

Vitória de Santo Antão, 23 de abril de 2013.



Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CNPJ: 02.442.587/0001-14

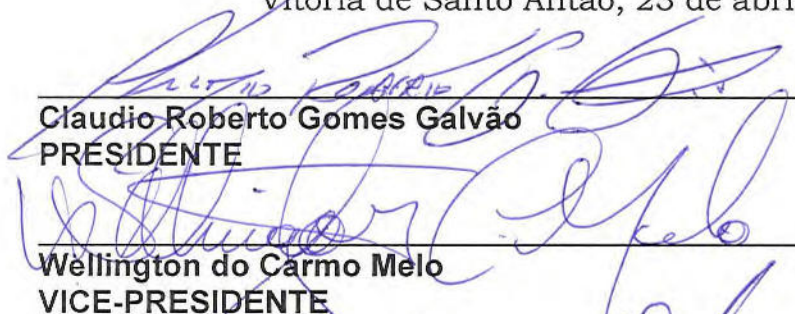
Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE
CEP: 55.602-240



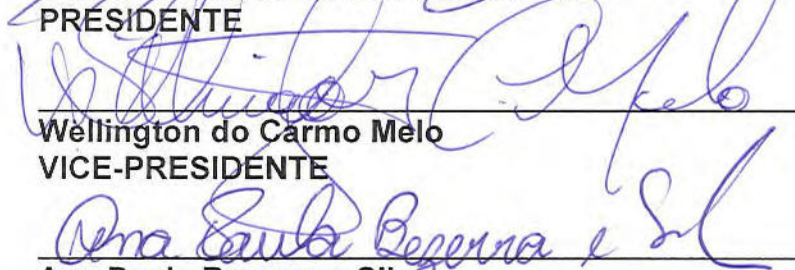
DECLARAÇÃO

Eu, CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, abaixo assinado, neste ato como o representante legal da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**. DECLARAM para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos se comprometem ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de RADCOM.


Vitória de Santo Antão, 23 de abril de 2013.



Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE



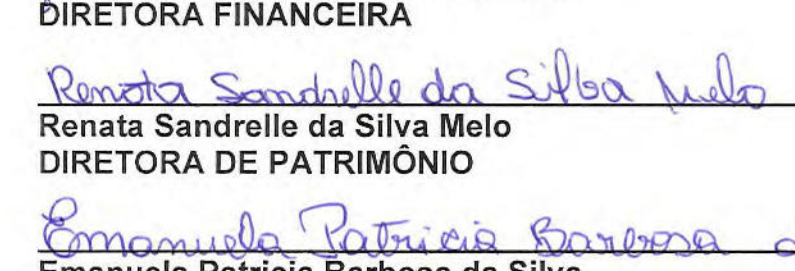
Wellington do Carmo Melo
VICE-PRESIDENTE



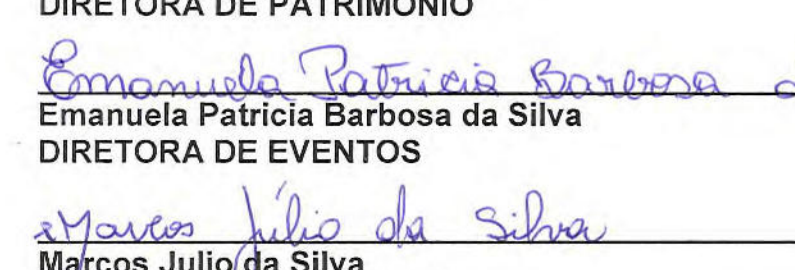
Ana Paula Bezerra e Silva
DIRETORA ADMINISTRATIVA



Joseana Felix de Almeida Santana
DIRETORA FINANCEIRA



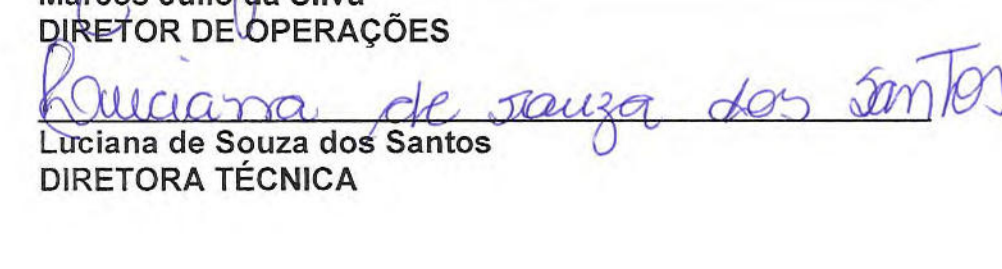
Renata Sandrelle da Silva Melo
DIRETORA DE PATRIMÔNIO



Emanuela Patricia Barbosa da Silva
DIRETORA DE EVENTOS



Marcos Julio da Silva
DIRETOR DE OPERAÇÕES



Luciana de Souza dos Santos
DIRETORA TÉCNICA



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428706

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVAO

CPF: 026.064.804-30

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/05/2013 14:56:10

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DO FORO DA CAPITAL

SETOR DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Fórum Des. Rodolfo Aureliano

Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Térreo – Ala Oeste, bairro Joana Bezerra

Fones nº (081) 3412-5911 (FAX)/ 3412-5409 e 3412-5917

CEP 50.090-700 - RECIFE - PE

CERTIDÃO CRIMINAL

VALIDADE 30 DIAS DA EMISSÃO

Data da Emissão: 15/05/2013 15h16min

Data de Validade: 13/06/2013

Nº da Certidão: 601299/2013

Nº da Autenticidade: B4.4G.RM.7Y.T2

Os dados dos documentos constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc)

Nome: **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO**

Documento Identificação: 5369695 SDS/PE

Data da Emissão: 26/09/2007

CPF: 026.064.804-30

Título de Eleitor:

Nome do Pai: **DINALDO DA CUNHA GALVÃO**Nome da Mãe: **MARIA DE LOURDES GALVÃO**Estado Civil: **Casado**Nacionalidade: **Brasileira**

Dt Nascimento: 27/10/1979

Endereço Residencial: **RUA VINTE E UM, 36**

Compl:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **VITORIA DE SANTO ANTAO/PE**

Certifico que **NADA CONSTA**, nos registros de distribuição dos 1º e 2º Graus e Juizados Criminais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, inclusive Justiça Militar Estadual, AÇÃO PENAL, distribuída e que esteja em tramitação contra a pessoa acima identificada.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto no artigo 163, § 2º, da Lei 7.210/84 e dos artigos 76, §6º e 89, da Lei 9.099/95 e Resolução do CNJ nº 121/2010.

Observações:

A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet, conforme Instrução Normativa nº 011/2008 - TJPE, de 15/08/2008, e de acordo com a Instrução Normativa nº 021/2009 - TJPE, de 13 de julho de 2009, com a nova redação conferida pela Instrução Normativa nº 09, de 09 de novembro de 2011.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - www.tjpe.jus.br - no menu - Antecedentes Criminais - Emitir / Validar Certidão Negativa, utilizando o número de autenticidade acima identificado.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005062194

Nome: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO

Nome do Pai: DINALDO DA CUNHA GALVÃO

Nome da Mãe: MARIA DE LOURDES GALVÃO

Data de Nascimento: 27/10/1976

Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADO(A)

Profissão: PROFESSOR

RG: 5369695 **Órgão Emissor:** SDS **UF:** PE **Data de Expedição:** 26/09/2007

Endereço:

RUA VINTE E UM, 36, CENTRO,

VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:06:21** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) **A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.**

Recife, 10/05/2013 17:06:21





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVAO**

Inscrição: **048031930833** Zona: 18 Seção: 187

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 27/10/1976 Domiciliado desde: 19/04/1994

Filiação: MARIA DE LOURDES GALVAO

DINALDO DA CUNHA GALVAO

Certidão emitida às 23:12 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ØKO4.NHFZ.XZAD.AGSJ**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1961522013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **CLAUDIO*ROBERTO*GOMES*GALVÃO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de DINALDO DA CUNHA GALVÃO e MARIA DE LOURDES GALVÃO, nascido(a) aos 27/10/1976, natural de VITORIA DE SANTO ANTÃO, Documento de identificação 5369695 SDS/PE, CPF 026.064.804-30.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:47 de 18/01/2013



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.369.695 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/09/2007

NOME << CLÁUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO >>

FILIAÇÃO << DINALDO DA CUNHA GALVÃO >>
<< MARIA DE LOURDES GALVÃO >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 27/10/1976

DOC ORIGEM << CN:4182-L.AA3-F.300-CART.VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE-24-03-1995 >>

CPF 026.064.804-30

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI N° 7 116 DE 29/08/83

F-26 60.181 - 3132



Autentico a presente cópia fotostática que é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5193
Email: cartoriojv@vk.com.br

João Valois - Tabelião
Cristianne G. Valois - Substituto

Emolumentos
TSNR
TOTAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

CAC-02

ASSINATURA

Foto

Impressão

Nome do Sacado:

CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVAO

CPF/CNPJ:

000026064804-30

Extrato

05/05/2013

Histórico dos últimos 12 Pagamentos

Vencimento	Prestação	Vencimento	Pagamento	Valor Devido	Valor Pago
Prestação	027	025	05/03/2013	01/03/2013	159,03
Parcela Amortização	151,84	023	05/09/2012	28/08/2012	24,03
Parcela Juros	7,19	022	05/06/2012	16/08/2012	24,03
Encargos Prest. Anteriores	0,00	021	05/03/2012	16/08/2012	24,03
Valor a Pagar (*)	159,03	020	05/12/2011	16/08/2012	24,03
Emissão	12/04/2013	019	05/09/2011	02/12/2011	24,03
		018	05/06/2011	10/08/2011	24,03
		017	05/03/2011	10/08/2011	24,03
		016	05/12/2010	11/02/2011	24,03
		015	05/09/2010	09/11/2010	24,03
		014	05/06/2010	09/11/2010	24,03
		013	05/03/2010	30/03/2010	24,73
					25,22

Contrato

Operação	FIES - FINANCIAMENTO
Nº Contrato	15.0045.185.0004066-68
Data Contratação	31/01/2007
Valor Empréstimo	2.862,54
Prazo do Empréstimo	118
Vencimento Última Prestação	05/05/2016

Histórico das Prestações em Atraso

Dados do Título

Ag./Cód. Cedente:	0647.870.00005450-0
Cedente:	SIAPÍ - EMPRESTIMOS
Nosso Número:	80045000060074-7
Vencimento:	05/05/2013
Valor:	159,03

Prestação	Vencimento	Valor Devido sem Encargos por Atraso
026	05/04/2013	159,03
024	05/12/2012	24,03



Autentica a presente cópia fotostática que é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

09 MAIO 2013

José Valois - Tabelião
Jonathan G. Valois - Substituto
Cristianne G. Valois - Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Embrulhados R\$ 2,38
FISCAR
TOTAL R\$ 2,38

O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária até a data do vencimento. Se preferir utilize o auto-atendimento ou Internet CAIXA.

Após o vencimento pagável somente nas agências da CAIXA.

Os pagamentos efetuados em cheque somente terão validade após a sua compensação.

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10490.54503 06478.700450 00000.600742 5 56890000015903

Local de pagamento

PAGAVEL NAS CASAS LOTERICAS E REDE BANCARIA ATE O VENCIMENTO

Vencimento

05/05/2013

Cedente

SIAPÍ - EMPRESTIMOS

Agência/Código cedente

0647.870.00005450-0

Data documento

12/04/2013

Número do documento

15.0045.185.0004066-68

Esp. Docum.

027

Aceite

N

Data processamento

12/04/2013

Nosso número

80045000060074-7

Uso do banco

SIAPÍ

Espécie

R\$

Quantidade

Valor

(R) Valor do documento

159,03

Instruções

ATE O VENCIMENTO PAGAVEL NAS CASAS LOTERICAS, CORRESPONDENTES CAIXA AQUI OU NA REDE BANCARIA.

APOS O VENCIMENTO, SOMENTE NAS AGENCIAS DA CAIXA COM O ACRESCIMO DE ENCARGO POR ATRASO (COMISSAO DE PERMANENCIA + MORA OU MULTA), INFORMANDO-O NO CAMPO "MORA/MULTA". O CAMPO "VALOR COBRADO" DEVE SER O SOMATORIO DO "VALOR DO DOCUMENTO" + ENCARGO POR ATRASO.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros acréscimos

(R) Valor cobrado

Sacado

CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVAO

RUA VINTE E UM 36

BELA VISTA

55608-370 VITORIA DE SANTO ANTAO

PE

CNPJ/CPF -

000026064804-30

Autenticação mecânica/FICHA DE COMPENSAÇÃO



CAIXA

A vida pede mais que um banco



Cartão João Valois
2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Protesto
Fone: (61) 3523.0480 - Fax: (61) 3523.5939
E-mail: cartorio@vt.com.br

Autenticar a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

João Valois - Tabelião
Jonathas G. Valois - Substituto
Cristianne G. Valois - Substituta
VALIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Embalamentos R\$ 2,38
TSR R\$ 0,48
TOTAL R\$ 2,86

9912285689/2011-DR/BSB/MG

CAIXA

CORREIOS



CTC RECIFE PE TTO

DATA DE POSTAGEM: 17/04/2013

CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVAO
RUA VINTE E UM 36
BELA VISTA
55608-370 VITORIA DE SANTO ANTAO PE



2011307021586280000001804730170413

API - RBLOQ

PARA USO DOS CORREIOS

☐ MUDOU-SE
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO

☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ NÃO PROCURADO

☐ AUSENTE
☐ FALECIDO
☐ OUTROS

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM: / /
RUBRICA:
MATRÍCULA:

REMETENTE

00039302

AV GUARARAPES
AV GUARARAPES, 161
RECIFE
50010-000



SAC CAIXA
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
0800 726 0101

0800 726 2492
(para pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428576

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

ANA PAULA BEZERRA E SILVA

CPF: 029.950.434-44

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/05/2013 14:31:50

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005273793

Nome: ANA PAULA BEZERRA E SILVA

Nome do Pai: MARCOS JOSÉ VALOIS E SILVA

Nome da Mãe: MARIA DE LOURDES BEZERRA E SILVA

Data de Nascimento: 29/01/1979

Naturalidade: BEZERROS **UF:** PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADO(A)

Profissão: SECRETÁRIA

RG: 5626293 **Órgão Emissor:** SSP **UF:** PE **Data de Expedição:** 03/10/1997

Endereço:

RUA HERMENEGILDO COSTA, 768, CASA A, CENTRO,
VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:27:37** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 10/05/2013 17:27:37





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ANA PAULA BEZERRA E SILVA**

Inscrição: **053280760884** Zona: 18 Seção: 141

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 29/01/1979 Domiciliada desde: 12/06/2007

Filiação: MARIA DE LOURDES BEZERRA E SILVA
MARCOS JOSÉ VALOIS E SILVA

Certidão emitida às 23:06 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

M9DS.J6KT.SIE8.7DTG

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
ANA PAULA BEZERRA E SILVA

DATA DE NASCIMENTO **29/01/1979** Nº INSCRIÇÃO **0532 8076 0884** D.V. **018** SEÇÃO **0141**

MUNICÍPIO / UF **VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE** DATA DE EMISSÃO **12/05/2007**

JUIZ ELEITORAL
[Assinatura]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

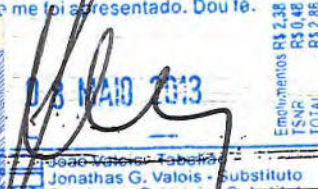
Ministério das Comunicações

Fls. *[Assinatura]* Rubrica

POLEGAR DIREITO

Ana Paula Bezerra e Silva

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **5.626.293** DATA DE EXPEDIÇÃO **03.10.1997**

IME

ANA PAULA BEZERRA E SILVA

FILIAÇÃO
Marcos José Valois e Silva
Maria de Lourdes Bezerra e Silva

NATURALIDADE
Bezerros-PE. DATA DE NASCIMENTO **29.01.1979**

DOC ORIGEM C.N. nº **11.159.1.A-10.F.234v.**

Cart. de Bezerros

CPT **029.950.434-4**

RECIFE / PE

[Assinatura]

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TAVARES BURIL

09R-51

Ana Paula Bezerra e Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

UFES DO BRASIL - Instituto de Segurança Ltda.



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA



www.celpe.com.br

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista
Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93

Comercial: 0800 081 0120 | Prontidão: 0800 081 0196

Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142

Ouvidoria Celpe: 0800 282 5599

Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE: 0800 727 0167 - Ligação gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

Data de Vencimento

10/09/2012

Total a Pagar (R\$)

107,97

Conta Contrato 4007500691

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

DADOS DO CLIENTE

ANA PAULA BEZERRA E SILVA

CPF: 029.950.434-44

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA HERMENEGILDO COSTA 768 A

FERREIROS/VITÓRIA DE SANTO ANTAO
55600-000 VITÓRIA DE SANTO ANTAO PE

ATENÇÃO!

A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Comunicamos o não pagamento da(s) conta(s) de energia citadas:
Vencido Dt reaviso Valor Vencido Dt reaviso Valor
08/08/12 31/08/12 148,53

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com abrangência nacional. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não abrange débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.

Reservado ao Fisco

5CAA.CCF4.8036.C799.5ADA.736D.0DE7.F372

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)	HISTÓRICO DO CONSUMO
Consumo Ativo(kWh)	182,0000000	0,51272882	93,31	AGO 12 182
Contribuição Iluminação Pública			10,64	JUL 12 260
Multa por atraso-NF 001338842 - 16/06/12			2,98	JUN 12 286
Juros por atraso-NF 001338842 - 16/06/12			1,04	MAI 12 331
				ABR 12 347
				MAR 12 345
				FEV 12 299
				JAN 12 364
				DEZ 11 302
				NOV 11 277
				OUT 11 266
				SET 11 229
				AGO 11 239

2201	CELPE	24397304092012***5107,970011A111:10	TARIFAS APLICADAS	Consumo Ativo(kWh)	0,36132000
------	-------	-------------------------------------	-------------------	--------------------	------------

TOTAL DA FATURA			107,97
------------------------	--	--	---------------

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5133
Email: cartoriojv@vk.com.br

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

João Valois - Tabelião
Jonathan G. Valois - Substituto
Cristianne G. Valois - Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428679

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS

CPF: 033.005.084-28

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 14/05/2013 14:51:39

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS**

Inscrição: **055771010876** Zona: 18 Seção: 101

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 15/06/1978 Domiciliada desde: 12/08/2003

Filiação: NATILDE DE SOUZA DOS SANTOS

JOAO PATROCINIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 23:39 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **5HOE.JJBB.H8XQ.E6UF**



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005460450

Nome: LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS

Nome do Pai: JOÃO PATROCÍNIO DOS SANTOS

Nome da Mãe: NATILDE DE SOUZA DOS SANTOS

Data de Nascimento: 15/06/1978

Naturalidade: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADO(A)

Profissão: AUXILIAR ADMINISTRATIVA

RG: 5942859 **Órgão Emissor:** SSP **UF:** PE **Data de Expedição:** 18/09/1997

Endereço:

1º TRAVESSA DA RUA DR. JOSÉ RUFINO, 31, MATRIZ/CENTRO,
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:46:04** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 10/05/2013 17:46:04





TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO
15/06/1978

Nº INSCRIÇÃO
056771010876

ZONA
018

SEÇÃO
0101

MUNICÍPIO / UF
ANTÃO/PE

DATA DE EMISSÃO
21/05/2007

JUIZ ELEITORAL
[Signature]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Luciana de Souza dos Santos

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

Autentico a presente cópia fotostática

03

08 MAIO 2013

BNW087519

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANEXOS PE

Autenticação

João Valois - Tabelião

2º Tabelionato de Notas e Privativo de Proteção

Cartório João Valois

Fone: (81) 3533.0480 - Fax: (81) 3533.0481

E-mail: cartoriojv@jv.com.br

Cristianne G. Valois - Substituta

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Comprovante de Inscrição no CPF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
033.005.084-23

Nome
LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS

Nascimento
15/06/1978

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

190.36925773

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Número do Medidor	Tipo da Função	Anterior		Atual		Constante	Ajuste	Consumo	
		Data	Leitura	Data	Leitura				
71235858	CAT	18/10/2012	9.704,00	16/11/2012	9.845,00	29	1,00000	141,00	

NÍVEIS DE TENSÃO			Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)		Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)	Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)
Mínimo	Máximo	Mínimo		Máximo	Mínimo				
220	201	231							

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				
Descrição	Valor Apurado	Limite Mensal	Limite Trimestral	Limite Anual
DIC - Nº. de horas sem energia	0,00	6,47	12,94	25,89
FIC - Nº. de vezes sem energia	0,00	3,80	7,60	15,20
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua	0,00	3,80	0,00	0,00
DICRI - Duração de interrupção em dia crítico				
				Limite DICRI: 12,22

Informações importantes sobre a conta de energia

Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.

Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.

Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 20,85

isenção do ICMS conforme art. 9º, XLVIII, a 2.2.2 do ICMS-PE

O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.



LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS
PRO TRAS DO FORUM

PRO TRAS DO FORUM
TV 1 DR JOSE RUFINO 31

MATRIZ/VITORIA DE SANTO ANTAO
55600-000 VITORIA DE SANTO ANTAO PE

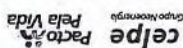


www.celpe.com.br

Conta Contrato: 0614737034
Medidor: 71235858
Un. Leitura: 09104109
Sequência: 00547
Poste: C280089

As demonstrações financeiras societárias de 31/12/2011 estão disponíveis no site www.celpe.com.br.

GOES SIMPES AJUDAM A MANTER A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E ATÉ DA SUA CIDADE. FAÇA A SUA PARTE. NÃO DEIXE AGUA ACUMULADA.



(81) 3421.9595 ou 180 | Ouvidoria da Mulher/PE - (81) 3183.2963

Assinatura

Data

Responsável pela informação: ☐ Morador ☐ Porteiro ☐ Síndico ☐ Outros ☐ Recusado ☐ Desconhecido ☐ Mudou-se ☐ Endereço Insuficiente ☐ Não existe nº indicado

PARA USO DO ENTREGADOR

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.3133
Email: cartoriojv@vk.com.br





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428641

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

EMANUELA PATRICIA BARBOSA DA SILVA

CPF: 027.393.914-98

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 14/05/2013 14:43:21

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1958522013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EMANUELA*PATRICIA*BARBOSA*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de GIVALDO NUNES DA SILVA e MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DA SILVA, nascido(a) aos 20/02/1980, natural de VITORIA DE SANTO ANTÃO/PE, Documento de identificação 5476520 SSP/PE, CPF 027.393.914-98.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:32 de 18/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005401650

Nome: EMANUELA PATRICIA BARBOSA DA SILVA

Nome do Pai: GIVALDO NUNES DA SILVA

Nome da Mãe: MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA DA SILVA

Data de Nascimento: 31/08/1980

Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADO(A)

Profissão: ESTUDANTE

RG: 5476520 **Órgão Emissor:** SSP **UF:** PE **Data de Expedição:** 31/08/1995

Endereço:

RUA MARIA DAS DE ALMEIDA, 30, CENTRO,

VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:40:16** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

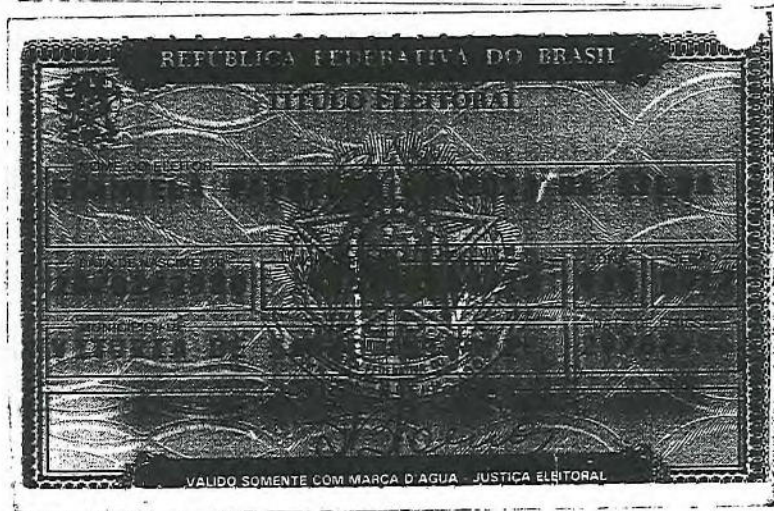
A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 10/05/2013 17:40:16





Cartório João Paulo Valério
2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Notas
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3333.0480
Email: cartoriojv@k.com.br

08 MAIO 2013

João Paulo Valério - Tabelião
Assistente G. Valois - Substituto
Assistente G. Valois - Substituto

Emplacamentos R\$ 2,39
TSNR R\$ 0,48
TODAL R\$ 2,86

Original de Justiça de Pernambuco
Selo de Autenticidade
e Fiscalização

Mostrando
AUTENTICACAO
BR 087510

Presença cópia fotostática
que não representa o original
e não produz efeitos legais

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



PE

AC 407/00464



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428690

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

MARCOS JULIO DA SILVA

CPF: 041.469.954-85

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/05/2013 14:53:27

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MARCOS JULIO DA SILVA**

Inscrição: **055156390884** Zona: 18 Seção: 202

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 27/06/1979 Domiciliado desde: 05/05/1996

Filiação: MARIA DAS GRACAS DA SILVA

JOAO ANTONIO DA SILVA

Certidão emitida às 23:59 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **P3MD.FFR3.S5ZH.SBØ2**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051006040438

Nome: MARCOS JULIO DA SILVA

Nome do Pai: JOÃO ANTONIO DA SILVA

Nome da Mãe: MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA

Data de Nascimento: 27/06/1970

Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: CASADO(A)

Profissão: MUSICO

RG: 5590855 **Órgão Emissor:** SSP **UF:** PE **Data de Expedição:** 08/06/2002

Endereço:

RUA VINTE E SETE, 42, CENTRO,

VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 18:04:04** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) **A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.**

Recife, 10/05/2013 18:04:04





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428625

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA

CPF: 056.359.404-71

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 14/05/2013 14:39:50

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA**

Inscrição: **065499980809** Zona: 18 Seção: 217

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 14/10/1985 Domiciliada desde: 04/12/2001

Filiação: MARLENE FELIX DE ALMEIDA SANTANA
JOVELINO JOSE DE SANTANA

Certidão emitida às 23:55 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.ius.br>, por meio do código **XJQØ.VL2N.P8QY.DKVK**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1963662013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSEANA*FÉLIX*DE*ALMEIDA*SANTANA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOVELINO JOSÉ DE SANTANA e MARLENE FELIX DE ALMEIDA SANTANA, nascido(a) aos 14/10/1985, natural de VITÓRIA DA SANTO ANTÃO/PE, Documento de identificação 6683423 SDS/PE, CPF 056.359.404-71.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:58 de 18/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005341485

Nome: JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA
Nome do Pai: JOVELINO JOSÉ DE SANTANA
Nome da Mãe: MARLENE FELIX DE ALMEIDA SANTANA
Data de Nascimento: 14/10/1985
Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE
Nacionalidade: BRASILEIRA
Estado Civil: SOLTEIRO(A)
Profissão: AUXILIAR ADMINISTRATIVA
RG: 6683423 **Órgão Emissor:** SDS **UF:** PE **Data de Expedição:** 18/07/2000
Endereço:
LOTEAMENTO PROF. MARIO BEZERRA, 87, QUADRA 13, CENTRO,
VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:34:14** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) **A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.**

Recife, 10/05/2013 17:34:14



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA

CIDADE DE NASCIMENTO: 14/10/1985

MUNICÍPIO DE: 85015808/9

DATA DE EMISSÃO: 04/12/2001

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Cartório João Valois
 2º Tabelionato de Notas
 e Privativo de Protesto
 Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5133
 Email: cartoriojv@vk.com.br

08 MAIO 2013

João Valois - Tabelião
 Constanças G. Valois

Autentico a presente cópia fotostática
 que é a reprodução fiel do original
 que me foi apresentado. Dou fé.

Emolumentos R\$ 2,88
 TSNR R\$ 0,40
 TOTAL R\$ 2,88

Autenticação
 BNM087512

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
 SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria da Receita Federal

CPF

056.359.404-71

JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA

14/10/1985

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5133
Email: cartoriojv@vk.com.br



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	6683423
NOME	JOSEANA FELIX DE ALMEIDA SANTANA
FILIAÇÃO	Jovelino José de Santana Mariane Felix de Almeida Santana
NATURALIDADE	Victoria de São Antão-PE
DATA DE NASCIMENTO	14.10.1985
DOC. ORIGEM	CN. 50141.1.1.4.214.F.248. Cart. de
OPR	Victoria de São Antão-PE
 DEL. G. LERO MUDO GOMES DE S. ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 20/08/83	

Ministério das Comunicações - ESCE
Fls. 81
Gard.
Resolução

0014930/011/10/0030/CMS410F
IMPRESSO FM PAPER REC'D AND N/A/MS- by AGS ENVIRN-



Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428698

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO

CPF: 075.675.054-79

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

Recife, 14/05/2013 14:54:51

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005531883

Nome: RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO

Nome do Pai: MANOELTEOFILO DE MELO

Nome da Mãe: ELIANA PEREIRA DA SILVA MELO

Data de Nascimento: 19/02/1985

Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: AUXILIAR ADMINISTRATIVA

RG: 6683410 **Órgão Emissor:** SSP UF: PE **Data de Expedição:** 18/07/2000

Endereço:

RUA MARIO BEZERRA, 172, QUADRA 172, JARDIM IPIRANGA,
VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:53:18** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.

Recife, 10/05/2013 17:53:18



REGISTRO GERAL

6683410

DATA DE EXPEDIÇÃO 18.07.2009

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME

RENATA SANDRELLI DA SILVA MELO

FLUXO

DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM

NATURALIDADE

ASSINATURA DO EMISSOR

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

Cartório João Valo
 2º Tabelionato de Notas
 e Privativo de Protes
 Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.3523
 Email: cartoriojv@vk.com.br

08 MAIO 2013

JOÃO VALO - Tabelião

Assinatura G. Valois - Substituto

Autenticidade

BNW087515

Seal de Autenticidade

Seal de Autenticidade

Seal de Autenticidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BUIRL

RENATA SANDRELLI DA SILVA MELO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - SCM

24



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO

DATA DE NASCIMENTO **19/02/1985** Nº INSCRIÇÃO **65499970825** D.V. **018** ZONA **0217** SEÇÃO **0217**

MUNICÍPIO / UF **VITÓRIA DE SANTO ANTA/PE** DATA DE EMISSÃO **04/12/2001**

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE PARA O USO EM JUIZADO ELEITORAL

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

Artório João Valois
Tabelionato de Notas
Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.3133
E-mail: cartoriojv@vk.com.br

João Valois - Tabelião
Cristianne G. Valois - Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM
AUTENTICAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Fiscalização

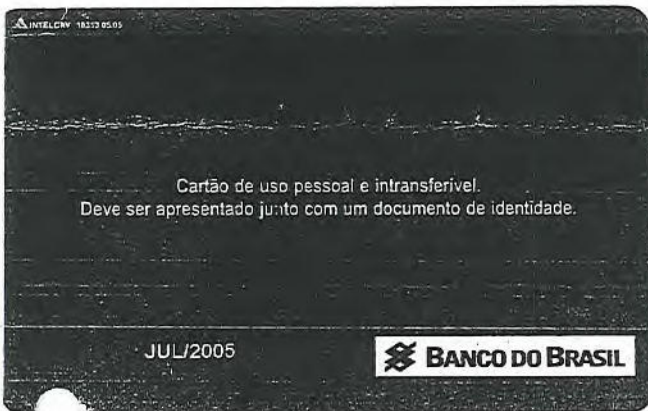
ANDRÉ PE
AUTENTICAÇÃO
BNW087516

POLEGAR DIREITO

Renata Sandrelle da Silva Melo

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE PARA O USO EM JUIZADO ELEITORAL



TNL PCS S.A.
Av Afonso Otindense 1513 An 2 - Varzea
Recife - PE - CEP: 50810-900
CNPJ: 04.164.616/0005-82
Inscrição Estadual: 18.1.001.0283232-7
Inscrição Municipal: 319.466-3

Número da NF: 16361
Série: 1
Via: Única
Regime Especial: 9.2002.01.04867-3
C.FOP: 5307
Natureza da Operação: Serviço de Telecomunicações

Cliente Oi

Renata Sandrelle Da Silva Melo
R Mario Bezerra Quadra 37 172
Jardim Ipiranga - Vitoria De Santo Antao
55600-000 - Pernambuco

CNPJ/CPF: 075.675.054-79
Número Cliente: 2755592583
Quantidade de Linhas Telefônicas: 1
Data de Emissão: 06/03/2009
Período: 03/02/2009 a 03/03/2009
Página: 1/1



Seu Plano Oi
Descontos
Ligações Locais
Mensagens/Internet Móvel
Total Nota Fiscal

Valor (R\$)	ICMS(%)
55,90	28
-20,00	0
4,31	28
0,00	28
40,21	

Resumo dos Tributos

	ICMS
Base de Cálculo	40,21
Alíquota	28%
Valor	11,25

Reservado ao Fisco

CEF1.64F5.5C45.BFD0.00C7.95A7.9E68.DCED

Dados Adicionais

Contribuições: Para o FUST (1%) e FUNTEL (0,5%) sobre valor dos serviços, não repassados às tarifas.

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5133
Email: cartoriojv@vk.com.br

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.





Poder Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL

Nº 201300428561

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Criminal



CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE **CONTRA**

WELLINGTON DO CARMO MELO

CPF: 051.555.314-03

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Observações:

1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;

2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 368/2004-DF e 112/2006-DF;

3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

Atenção:

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

Recife, 14/05/2013 14:30:02

Endereço: Avenida Recife, 6250, Jiquiá, CEP 50.781-000, Recife/PE

Fone: (81) 3229-6000



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **WELLINGTON DO CARMO MELO**

Inscrição: **065507580841** Zona: 18 Seção: 216

Município: 26271 - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO UF: PE

Data de Nascimento: 26/01/1981 Domiciliado desde: 20/11/2001

Filiação: SOLANGE DELFINA DO CARMO MELO
SEVERINO FERREIRA DE MELO

Certidão emitida às 23:27 de 24/01/2013

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.jus.br>, por meio do código **CLJA.CWQG.NVR8.HJ13**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 1962322013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **WELLINGTON*DO*CARMO*MELLO**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de SEVERINO FERREIRA DE MELO e SOLANGE DELFINA DO CARMO MELO, nascido(a) aos 26/01/1981, natural de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, Documento de identificação 6844376 SDS/PE, CPF 051.555.314-03.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:51 de 18/01/2013



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Gerência Geral da Polícia Científica
Instituto de Identificação Tavares Buril
UTICRIM



Certidão de Antecedentes Criminais

PROTOCOLO: 2013051005224381

Nome: WELLINGTON DO CARMO MELO

Nome do Pai: SEVERINO FERREIRA DE MELO

Nome da Mãe: SOLANGE DELFINA DO CARMO MELO

Data de Nascimento: 26/01/1981

Naturalidade: VITORIA DE SANTO ANTÃO **UF:** PE

Nacionalidade: BRASILEIRA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ADVOGADO

RG: 68443763 **Órgão Emissor:** SDS **UF:** PE **Data de Expedição:** 27/04/2001

Endereço:

RUA VINTE E CINCO, 56, CENTRO,
VITORIA DE SANTO ANTÃO-PE

Certifico que, em pesquisa realizada em **10/05/2013 às 17:22:43** nas bases de dados do Instituto de Identificação Tavares Buril, **NENHUM REGISTRO DE ANTECEDENTE CRIMINAL** foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Os dados constantes do presente atestado são de inteira responsabilidade do requerente.

A presente certidão, em consonância com a legislação vigente, atende ao disposto nos termos do artigo 12 da Lei 12.681/2012, no §4º e §6º do artigo 76 da Lei 9.099/95 e no artigo 202 da Lei 7.210/84.

Observações:

- a) A presente certidão foi expedida gratuitamente através da Internet.
- b) A validade desta certidão é de 30 (trinta) dias a partir da data de emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão.
- c) **A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.servicos.sds.pe.gov.br/antecedentes> na opção Validar Certidão Negativa.**

Recife, 10/05/2013 17:22:43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

051.555.314-03

WELLINGTON DO CARMO MELO

26/01/1981

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
15 de Novembro de 1889

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BNW087504

Autentico a presente certidão de nascimento que é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

Enrolamentos R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,48
TOTAL R\$ 2,86

João Valois - Tabelião
Christiane G. Valois - Substituta
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas e Privativo de Protesto
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.5133
Email: cartoriojv@vk.com.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURL

E-14 46774
E09-R01

Wellington do Carmo Melo
assinatura do titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
WELLINGTON DO CARMO MELO

DATA DE NASCIMENTO 26/01/1981

Nº INSCRIÇÃO 65507580841

MUNICÍPIO / UF VITÓRIA DE SANTA ANA / PE

DATA DE EMISSÃO 20/11/2001

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIRETO

20-58/01/1981 50M-018 25040-0318

REGISTRO: 0822 0128 0841

WELLINGTON DO CARMO MELO

02/01/5005

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6844376 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.04.2001

NOME WELLINGTON DO CARMO MELO

FILIAÇÃO SEVERINO FERREIRA DE MELO

SOLANGE DELFINA DO CARMO MELO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 26.01.1981

VIT. STO ANTÃO/PE

DOC ORIGEM

CN.22792 L.A-19 F.133V CART. VIT. STO ANTÃO/PE

DEL. GILENO NUCC GOMES DE SIQUEIRA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

C.M.V. 36700



Autentico a presente cópia fotostática e a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

08 MAIO 2013

Emolumentos R\$ 2,38

TSAR R\$ 0,48

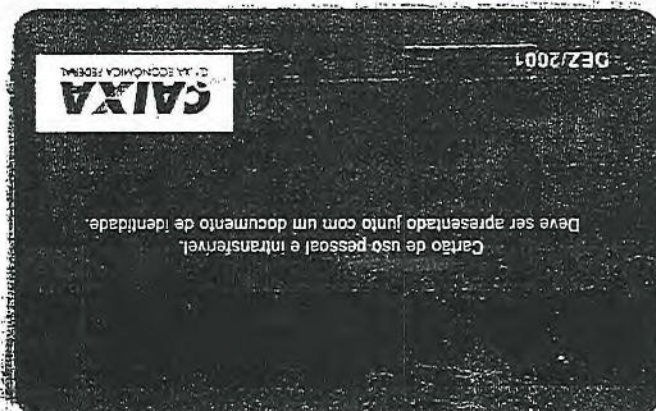
TOTAL R\$ 2,86

João Valois - Tabelião

Jonathas G. Valois - Substituto

Cristianne G. Valois - Substituta

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



93
Fis. 11
Rubrica
Escritório das Comunicações - SCS

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO
CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E PRINCÍPIOS**

Art. 1º - A Associação Cultural e Comunitária dos Moradores de Centro de Vitória de Santo Antão, daqui por diante referida apenas como ASSOCIAÇÃO, é uma entidade jurídica de direito privado, com finalidade cultural e Educativa, sem finalidade econômica. Este Estatuto esta registrado no Cartório do Município da Vitória de Santo Antão, sob nº 310 às folhas 181/185 do livro A-2, em 25/03/1998.

Art. 2º - A Associação terá sede e Fórum na Cidade da Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, na Rua do Estudante, nº 112, Bairro Universitário, podendo criar escritório e representações em qualquer parte do território nacional.

Art. 3º - O prazo de duração é indeterminado e o ano social coincidindo com o ano civil, terminado em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 4º - A Associação é regida por este Estatuto e pela legislação vigente, no que lhe for aplicável.

Art. 5º - Constitui finalidade primordial da Associação:

- a) Realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes, especialmente idosos, crianças, deficientes físicos, população de baixa renda e etc.;
- b) Executar o serviço de radiodifusão comunitária, sem fins lucrativos, com a finalidade a dar oportunidade de difundir idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade formada pelas localidades da cidade da Vitória de Santo Antão, Pernambuco;
- c) Incentivar a expansão da cultura, das artes e da educação;
- d) Instituir cursos de formação profissional, nas diversas áreas, utilizando-se das instalações da Associação;
- e) Patrocinar e divulgar eventos culturais como esportes, festivais de arte, espetáculos teatrais da dança, de música, de teatro, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região;
- f) Preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos;
- g) Estabelecer contatos com emissoras de radiodifusão com propósito de produzir programas culturais e informativos;
- h) Contratar, apoiar, administrar e gerir, sempre que necessários e oportunos quaisquer projeto e atividades culturais e educativas;

Parágrafo Primeiro – A Associação poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados em consonância com seus objetivos;

Parágrafo Segundo – A Associação poderá utilizar e adotar nome de fantasia que lhe dê a melhor caracterização de suas atividades.

**CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS**

Art. 6º - A Associação terá as seguintes categorias de associados:

- a) Sócios fundadores – São aqueles que assinarem a Ata de constituição da Associação e se comprometem a cumprir os objetivos previstos no presente Estatuto;
- b) Sócio Benemérito – Serão aqueles a quem a Assembleia Geral conferir essa distinção espontaneamente, ou por proposta unânime da Diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestado à entidade;
- c) Sócio Participantes – São participantes as pessoas físicas ou jurídica que venha a filiar-se a Associação, pós a sua constituição e regularização, e que venham a contribuir de modo



relevante para o desenvolvimento e a realização dos fins da Associação, inclusive apoiando-se em termos materiais e/ou financeiros, de forma contínua, e que serão apresentados pela Diretoria para a aprovação pela Assembleia Geral.

94
Rubrica
SCE

Parágrafo Primeiro – Além das categorias de Associados, a Associação é constituída por número ilimitado de associados devidamente inscritos no Livro ou Fichas competentes, após regular procedimento de admissão aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas, estas últimas desde que legalmente constituídas, de todas as classes, em número ilimitado.

Parágrafo Terceiro – Serão admitidos como sócios quaisquer cidadão da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembleia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

Art. 7º - O patrimônio da Associação será constituído:

- Pelas doações, auxílio e subvenções que venham a ser efetuados ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas físicas, jurídicas, entidades públicas que desejarem colaborar com a Associação para atingir seus objetivos;
- Pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compras e juros de depósitos bancários e aplicações financeiras;
- Pelos saldos dos exercícios anteriores transferidos para conta patrimonial;
- Pelas contribuições que vieram a ser feitas pelos associados fundadores, beneméritos e participantes.

Art. 8º - Os bens de propriedade da Associação serão utilizados e aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados ou gravados de quaisquer ônus, sem aprovação de Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, na forma que dispuser este estatuto.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - Aos Associados, assiste o Direito de:

- Tanto os Associados pessoas físicas e pessoas jurídicas têm o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativo e deliberativo da Associação, bem como o direito a voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade e nas instâncias deliberativas existentes;
- Participar e colaborar das atividades da Associação, apresentando sugestões que visem seu engrandecimento;
- Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos;
- São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido à diretoria que frente à procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.



CAPÍTULO V DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Ministério das Comunicações - SCS
Fis. 95
Rubrica

Art. 10º - São deveres dos associados:

- Cumprir e respeitar o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- Acatar as determinações da Diretoria;
- Contribuir com seu trabalho e dedicação à consecução das finalidades sociais, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhes forem atribuídos;
- Efetuar regularmente o pagamento de sua contribuição.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 11º - São órgão da Associação:

- Assembleia Geral;
- Diretoria
- Conselho Fiscal;
- Conselho Comunitário.



João Valois
Substituto de Notas
e Privativo de Proteção
Fone: (81) 3423.0488 - Fax: (81) 3323.5155
Email: carteriojv@tj.pe.gov.br

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

09 MAIO 2013

João Valois - Tabelião
Jonathan G. Valois - Substituto
Christiane G. Valois - Substituta

Enquadramento R\$ 2,38
FSMR R\$ 0,48
TOTAL R\$ 2,86

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Art. 12º - A Assembleia Geral é órgão soberano da Associação e será constituída por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 13º - A Assembleia Geral reunir-se-á Ordinariamente uma vez por ano, no mês de janeiro, em lugar, dia e hora determinados pela diretoria, e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou solicitada por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados.

Art. 14º - O quorum para deliberação da Assembleia Geral, em primeira convocação, será de metade mais um dos Associados.

Parágrafo Único – Não sendo atingido o quorum mínimo estabelecido neste Artigo, a Assembleia Geral se reunirá trinta minutos após a hora marcada com qualquer número de Associados presentes.

Art. 15º - A Assembleia Geral será convocada com 10 (dez) dias de antecedência, mediante publicação de Edital nos meios de comunicação locais, bem como, publicado no quadro de aviso na sede da Associação.

Art. 16º - As reuniões da Assembleia Geral serão presididas pelo seu Presidente e/ou Associados em pleno gozo de seus direitos sociais, e a ele caberá escolher um dos Associados ou Diretor para secretariar a reunião.

Art. 17º - Compete privativamente à Assembleia Geral:

- Deliberar por maioria de votos dos presentes sobre a alienação de bens imóveis e equipamentos ou a constituição de ônus sobre os mesmos;
- Deliberar sobre a reforma do presente Estatuto;
- Manifestar-se sobre a orientação geral da Associação, sobre relatório, programas de ação e qualquer ato da Associação;
- Opinar e decidir sobre assuntos que lhe sejam representados pela Diretoria e que seja de interesse da Associação.
- Decidir sobre a extinção da Associação;
- Autorizar a Diretoria a firmar contato ou convênios com Governos, Entidades públicas ou privadas, nacionais e ou estrangeiras;
- Delibera sobre as limitações de despesas, fixação de salários e concessão de gratificações;

- h) Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- i) Eleger e dar posse ao Conselho Comunitário de Programação.
- j) Decidir sobre recursos de sócios não solucionados pela Diretoria.



CAPÍTULO VII DA DIRETORIA

Art. 18º - A Diretoria, órgão executivo da administração da Associação, será assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Diretor Administrativo;
- d) Diretor Financeiro;
- e) Diretor de Operações;
- f) Diretor de Eventos;
- g) Diretor de Patrimônio;
- h) Diretor Técnico.



Parágrafo Primeiro – O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será de um período de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por mais um período.

Parágrafo Segundo – Havendo morte, renúncia ou impedimento definitivo do Presidente, o Vice Presidente assumirá a presidência da Associação e convocará a Assembleia Geral extraordinariamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que se proceda à eleição do novo Presidente.

Art. 19º - Além das atribuições que lhe são conferidas neste Estatuto, compete à Diretoria:

- a) Admitir e dispensar funcionários;
- b) Exercer a administração da Associação;
- c) Responsabilizar-se pelo patrimônio da Associação;
- d) Elaborar projetos e programas com vista a cumprir as metas fixadas pela Assembleia Geral;

Parágrafo Primeiro – Competência de todos os Diretores:

- 1) **Caberá ao Presidente:**
 - a) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
 - b) Assinar contratos e convênios, cheque e demais documentos, sempre em conjunto com o Diretor Financeiro.
 - c) Convocar o Conselho Comunitário para apresentar relatório anual.
 - d) Caberá ao Presidente assumir a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da Associação.
- 2) **Caberá ao Vice-Presidente:**
 - a) Substituir o Presidente em sua ausência ou impedimento.
- 3) **Caberá ao Diretor Administrativo:**
 - a) Cuidar da administração do pessoal e dos bens administrativos.
- 4) **Caberá ao Diretor Financeiro:**
 - a) Cuidar a área econômica e financeira da Associação.
- 5) **Caberá ao Diretor de Operações**
 - a) Coordenar a utilização dos equipamentos ligados à Associação e de sua melhor operacionalização.
- 6) **Caberá ao Diretor de Eventos:**
 - a) Promover e Coordenar a programação de eventos da Associação.
- 7) **Caberá ao Diretor de Patrimônio:**
 - a) Cuidar de todos os bens móveis e imóveis da Associação.
- 8) **Caberá ao Diretor Técnico:**
 - a) Especificar e Coordenar a manutenção dos equipamentos da Associação.

Parágrafo Segundo - Todos os dirigentes deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

Parágrafo Terceiro – Todos os dirigentes deverão manter residência na área da comunidade atendida.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO COMUNITÁRIO.



Art. 20º - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco entidades da comunidade local), representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros conforme dispor o regime estatutário de cada entidade.

Art. 21º - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL.

Art. 22º - O Conselho Fiscal, é o órgão de fiscalização das atividades econômico – financeiras da Associação e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução por mais um o período.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o da Diretoria.

Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 23º - Entre os membros do Conselho Fiscal, um dos associados será o seu Presidente e outro Secretário.

Art. 24º - O Conselho Fiscal tem suas atribuições e poderes conferidos por Lei.

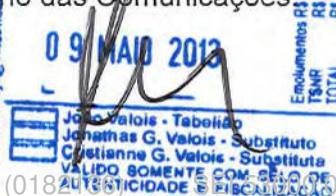
Art. 25º - Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar os livros de escrituração da Associação;
- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Administrativo e Financeiro, opinando a respeito;
- Apreciar os balanços e inventários que acompanha o relatório anual da Diretoria;
- Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- Dar parecer à Assembléia Geral e à Diretoria, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos.

Parágrafo Único – o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - Os atos constitutivos da Associação somente poderão ser alterados por Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, com quórum de 2/3 (dois terço) dos associados, e estas alterações comunicadas ao Ministério das Comunicações.





Autentico a presente cópia fotostática que é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

09 MAI 2013

Cartório de Registro de Imóveis e Pessoas Jurídicas
2º Tabelião de Registro e Privativo da Prefeitura
Fone: (81) 3333.4400 - Fax: (81) 3323.3133
Email: cartorio@tjpe.com.br



Art. 27º - Os bens da Associação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no Estatuto.

Art. 28º - O quadro de pessoas deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 29º - Nenhum membro da Associação, inclusive os do Conselho Comunitário e Fiscal poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo único – Não se considera remuneração para fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, representação e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art. 30º - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário.

Art. 31 - No caso de ser verificada a impossibilidade ou inconveniência da manutenção da Associação, esta será extinta por iniciativa da Assembleia Geral, especialmente convocada par este fim, nos termos deste estatuto. Neste caso, o patrimônio da Associação será transferido para uma instituição congênere, com sede ou atuação na comarca, ou em sua falta, ao poder público municipal que fará a sua destinação, dentro dos fins previstos neste Estatuto.

Art. 32 - A Associação só poderá ser dissolvida pro deliberação de Assembleia Geral com a presença de no mínimo 2/3 (dois terço) dos associados.

Art. 33 - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela "ASSOCIAÇÃO", ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 34 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos "ad referendum" da Assembleia Geral e pela Diretoria.

Art. 35º - Este Estatuto deverá ser Averbado no Cartório de Pessoa Jurídica no Município da Vitória de Santo Antão.

Vitória de Santo Antão, 28 de dezembro de 2011

Presidente: CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 5.369.659 SSP/PE e CPF. 026.064.804-30.

Vice-Presidente: WELLINGTON DO CARMO MELO, brasileiro, solteiro, advogado, RG. nº 6.844.376 SSP/PE E CPF. 051.555.314-03.

Diretora Administrativa: ANA PAULA BEZERRA E SILVA, brasileira, casada, diretora de marketing, RG. 5.626.293 SSP/PE E CPF. 029.950.434-44.



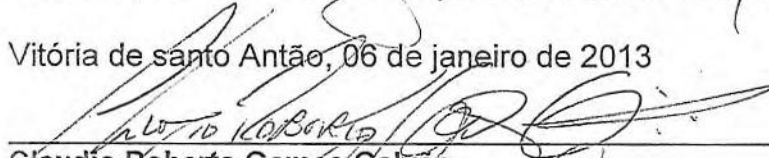
CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.
Vitória de Santo Antão - Pernambuco
José da Costa Borba Neto - Titular
Nº 12.922 PROTOCOLO Nº A-5
Apresentado hoje 07.02.2013
VERBAÇÃO Nº 102
Fls. 149 do livro 14-2
Vitória de Santo Antão 07.02.2013

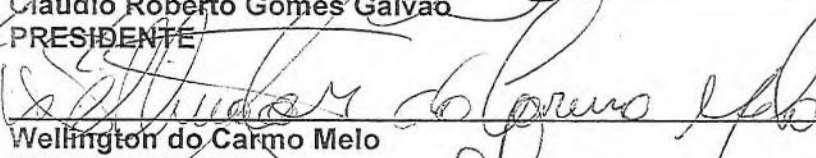
Taciana Borba de L. e Silva
Substituta

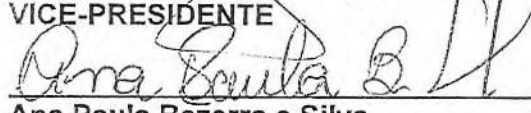
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Aos 06 (seis) dias do mês de janeiro de 2013, às 20h00min horas, na Rua do Estudante, 85, no Auditório da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - Facol, Rua do Estudante, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os associados da **ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, para a alteração do Estatuto Social da Entidade. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Presidente o Sr. Claudio Roberto Gomes Galvão, brasileiro, solteiro, professor, RG. 5.369.695 SSP/PE e CPF. 026.064.804-30. Convidando a mim Wellington do Carmo Melo, brasileiro, solteiro, advogado, RG. 6.844.376 SSP/PE e CPF. 051.555.314-03, para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral Extraordinária, e que tem o seguinte teor: a) Alteração do Estatuto Social, e b) assuntos de interesse geral. Observando existir quorum suficiente, foi aberto os trabalhos, tendo o Presidente da mesa solicitando ao Secretário, para proceder a leitura da minuta das alterações do Estatuto Social, em observância das normas ao Novo Código Civil em vigor. Foi feito para os presentes uma leitura minuciosa do Estatuto Social, artigo por artigo, o qual foi debatido e analisado, fazendo-se as alterações que foram julgadas necessárias. Em seguida, foi colocado em votação e obteve a aprovação unânime dos associados presentes. Ficou decidido que será providenciado duas vias das alterações aprovadas, para juntamente com a presente Ata ser encaminhada para o registro do Cartório de Pessoas Jurídicas deste Município – Tomando a palavra o Presidente esclareceu os motivos da convocação, que virtude ter recebido um ofício do Ministério das Comunicações de número 4246/2012/CGRC/SCE-MC, datado de 23 de novembro de 2012, no qual solicita que proceda alguns ajustes no Estatuto da Associação. As alterações se deram no Capítulo dos Associados, onde foram inseridos 03 (três) Parágrafos, dando mais clareza e segurança aos associados. Foi incluído mais um Item na Parágrafo Primeiro do Art. 19, nas atribuições do Presidente, ficando com esta redação: d) Caberá ao Presidente assumir a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da Associação. Também foi incluído mais um Art. 33, com a seguinte redação: **Art. 33** - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela **"ASSOCIAÇÃO"**, ressalvadas os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções. Assim, sanamos todas as pendências solicitadas pelo Ministério das Comunicações. O Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e encerrou a reunião, e eu **Wellington do Carmo Melo**, que servi de Secretário, lavro dato e assino a presente ata juntamente com toda a Diretoria, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Vitória de Santo Antão, 06 de janeiro de 2013


Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE


Wellington do Carmo Melo
VICE-PRESIDENTE


Ana Paula Bezerra e Silva
DIRETORA ADMINISTRATIVA



Joseana Felix de Almeida Santana
Joseana Felix de Almeida Santana
DIRETORA FINANCEIRA

Renata Sandrelle da Silva Melo
Renata Sandrelle da Silva Melo
DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Emanuela Patricia Barbosa da Silva
Emanuela Patricia Barbosa da Silva
DIRETORA DE EVENTOS

Marcos Julio da Silva
Marcos Julio da Silva
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Luciana de Souza dos Santos
Luciana de Souza dos Santos
DIRETORA TÉCNICA



Demais associados presente na Assembleia:

Nome completo legível	RG com órgão emissor	Assinatura
JORDAN CORREIA AA Cruz	6055.015	
JADER BEZERRA DE SIQUEIRA	1681 306	
Maria José Marcelino da Silva	481 857 1	

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.
 Vitória de Santo Antão - Pernambuco
 José da Costa Borba Neto - Titular

Nº 12.922 PROTOCOLO Nº A5
 Pág. 102
 Apresentado, hoje 05/02/2013
 AVERBAÇÃO Nº 20081310 A-2
 Fls. 161 do livro 127
 Vitória de Santo Antão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Ato Notarial ou de Registro
 ANOREG-PE
 ACN006673

Luciana Borba de L. e Silva
 Substituta

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização
 ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
 BNW087402

Cartório João Valois
 2º Tabelião de Protesto e Privativo de Protesto
 Rote: (01) 323.9400 / Fax: (01) 323.5118
 E-mail: cartoriojv@vt.com.br

Autentico a presente cópia fotostática que é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.

09 MAIO 2013

João Valois - Tabelião
 João G. Valois - Substituto
 Christiane G. Valois - Substituto
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Emolumentos R\$ 2,38
 TSMR R\$ 0,48
 TOTAL R\$ 2,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOC.CULTURAL E COMUN.DOS MORADORES C.VITORIA STO ANTÃO
CNPJ: 02.442.587/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 19:09:29 do dia 02/01/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/07/2013.

Código de controle da certidão: **5B4D.0036.66B1.6E16**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2013.000000891902-03

Data de Emissão: 24/01/2013

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **23/04/2013** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 – Fax: (81) 3424-9366



Memo. nº 403 / 2013 / NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 04 de junho de 2013

A Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária do MC

Assunto: **Encaminha Documentos**

Encaminhamos em anexo, Ofício nº 024, datado de 06 de maio de 2013 e documentos da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, solicitando pedido de prorrogação de prazo, referente ao processo nº 53000.057908/2011.

Atenciosamente,

MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco
Substituta

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.057908/2011 Localidade / UF: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
Entidade: ASSOC.CULTURAL E COMUN.DOS MORADORES C.VITORIA STO ANTÃO
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Renata Sandrelle da Silva Melo	075.675.054-79	Diretor de Patrimônio	08/11/2010 08/11/2014	
Ana Paula Bezerra	029.950.434-44	Diretor Administrativo	08/11/2010 08/11/2014	
CLÁUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO	026.064.804-30	Presidente	08/11/2010 08/11/2014	
Wellington do Carmo Melo	051.555.314-03	Vice-Presidente	08/11/2010 08/11/2014	
Luciana de Souza dos Santos	033.005.084-28	Diretor Técnico	08/11/2010 08/11/2014	
Emanuela Patrícia Barbosa da Silva	027.393.914-98	Diretor de Comunicação e Eventos Sociais	08/11/2010 08/11/2014	
Joseana Félix de Almeida Santanta	056.359.404-71	1º Diretor Financeiro	08/11/2010 08/11/2014	
Marcos Julio da Silva	041.469.954-85	Diretor de Operações	08/11/2010 08/11/2014	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Em face da análise efetuada nos autos, em detrimento a Lei 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/011 e face à Portaria 197/2013, constatou-se que a entidade apresentou os seguintes documentos:

- a) Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom - fls. 5;
- b) Certidão Negativa ANATEL - fls. 49;
- c) CNPJ válido e atual - fls. 10;
- d) Estatuto atualizado ou cópia das alterações - fls. 11-16;
- e) Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada, datada de 08/11/2010, fls. 17-18;
- f) Último relatório do Conselho Comunitário - fls. 25-27;
- g) Prova de Nacionalidade e maioria dos dirigentes - fls. 55, 91, 60, 80, 71, 85 e 65.

A entidade deverá apresentar a certidão de negativa de débitos perante a Anatel e prova de nacionalidade do Sr. Marcos Júlio da Silva.

É o relatório.

À consideração superior.

Cláudia Pereira

Pedro Luís Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177



Ofício nº 142 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 10 de janeiro

de 2014.

Ao Senhor

CLÁUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO

Representante Legal da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão

Rua do Estudante, nº 112, Bairro Universitário

55.602-240 Vitória de Santo Antão – PE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa a análise do Processo nº 53000.057908/2011.**

Ao Senhor

Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.057908/2011, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Vitória de Santo Antão/PE**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 111/2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.

3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 111/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.057908/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Vitória de Santo Antão/PE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo:

I. A entidade deve apresentar os seguintes documentos:

- a. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel, conforme alínea "b" do subitem 20.3 da Norma nº 1/2011;
- b. Prova de que o Sr. Marcos Júlio da Silva é brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos e maior de 18 anos ou emancipado (cópia do RG ou Certidão de Casamento/Nascimento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e
- c. Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Sr. Marcos Júlio da Silva, conforme disposição da alínea "j" do subitem 8.1 da Norma nº 1/2011.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será

encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 10 de janeiro de 2014.



CLÁUDIA PEREIRA DOS SANTOS
Técnica de nível superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 111/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 10 de janeiro de 2014.



ERICK VINÍCIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituto

EXIGÊNCIA DE RENOVACÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Coordenação de Gestão de Pessoas

Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco

Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE

Tel.: (81) 3425-3611 - Fax: (81) 3424-9366



Memo nº 227/2014/NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 25 de março de 2014.

Ao Senhor Coordenador – Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituto

Assunto: **Encaminhamento de Documentação – Processo nº 53000.057908/2011**

Encaminhamos, em anexo, documentação da Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro de Vitória de Santo Antão, com sede na cidade de Vitória de Santo Antão – PE, inscrita sob CNPJ 02.442.587/0001-14, na qual encaminha documentação certidão negativa de débitos das receitas da Anatel e outros.

Atenciosamente,

SILVANA FERREIRA DE ARAÚJO

Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco

02

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.602-240



Ofício 001/2014

Vitória de Santo Antão, 06 de março de 2014.

Ilmo Sr.

Dr. ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituto.

Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 3º andar.

Brasília – DF – CEP: 70044-900

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 057908/2014-34

RECEBIDO

21/03/2014-08:14

Assunto: Encaminhamento de documentação

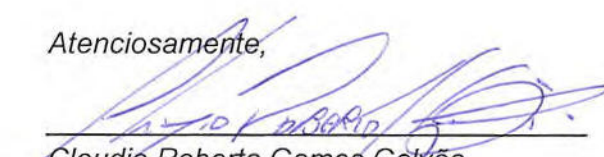
Ref. De Processo: 53000.057908/2011

Senhor Coordenador,

Tendo em vista no que consta nos ofícios 142/2014, datado de 10 de janeiro de 2014, estamos encaminhando documentação abaixo relacionada conforme Nota Técnica nº 111/2014/CGRC/SCE-MC.


1. Certidão Negativa de Débito das receitas da Anatel;
2. Cópia autenticada do RG e CPF de Diretor Marcos Júlio da Silva.

Atenciosamente,


Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30

Recebido no NRH/MC/PE
Em 21/03/2014

SILVANA FERREIRA DE ARAÚJO
RESP. RRH/MC/PE
SIAPE: 0454978

DADOS DO CLIENTE

MARIA DAS GRACAS DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA E 52 COHAB

CPF 711.910.034-34 NIS 16395713079

REDECA/ VITORIA DE SANTO ANTAO

VITORIA DE SANTO ANTAO PE

55612-050

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL

BAIXA RENDA COM NIS

Monofásico

CONTA CONTRATO

0810842024

MES/ANO

02/2014

DATA DE VENCIMENTO

13/03/2014

DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA

20/03/2014

Nº DA NOTA FISCAL

002234273

SERIE

UNICA

EMISSAO

16/02/2014

APRESENTAÇÃO

06/03/2014

Nº DO CLIENTE

2002287075

Nº DA INSTALAÇÃO

4040634

TOTAL A PAGAR (R\$)

54,90

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,10777129	3,23
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,18475076	12,93
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	101,0000000	0,27712618	27,98
Contribuição Iluminação Pública			9,43
Multa por atraso-NF 002214932 - 20/12/13			1,02
Juros por atraso-NF 002214932 - 20/12/13			0,32

TOTAL DA FATURA

54,90

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
301039143	CA1	21/01/2014	4.478,00	16/02/2014	4.580,00	26	1,00000		201,00

HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/Ano kWh
FEV 14 201
JAN 14 220
DEZ 13 225
NOV 13 166
OUT 13 159
SET 13 130
AGO 13 133
JUL 13 134
JUN 13 153
MAI 13 196
ABR 13 252
MAR 13 239
FEV 13 158

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	44,15	0,97
PIS	44,15	0,36
COFINS	44,15	1,77

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	23,74	52,00
Transmissão	0,88	1,59
Distribuição (Celpe)	16,02	36,30
Encargos Setoriais	1,34	3,04
Tributos	2,15	4,87
Total	44,13	100

TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0,10748020
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,17529000
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,26354700

RESERVADO AO FISCO

911C 4AD5 FF24 4F5A B806 B42C 8CCF 5E91

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A partir de 2015 entrará em vigor a tarifa da bandeira vermelha. Nesta tarifa, em vigor a bandeira VERMELHA que implicará cobrança adicional em 0,03 R\$/kWh. Mais informações em www.eneel.gov.br. Pagamento em atraso para Média e Alta Tensão 414/ANTEL-09/09/10 e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. Isenção do ICMS conforme art. 9, XLVII, a, 2.2.2, do RICMS-PE. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto para adequação ao Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02. R\$ 19,01. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEL 414/2010), tarifas, prazos, serviços prestados e tributos se encc. ficam à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

CONSUMO	VALOR APLICADO	VALOR ANUAL	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
VITÓRIA DE SANTO ANTAO	0,00	0,00	5,47	12,94	25,89
PE	0,00	0,00	3,51	7,22	14,45
ONIC	0,00	0,00	3,50	0,00	0,00

Linha de CCR 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 25,26

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	201 - 231

CONTA CONTRATO

0810842024

MES/ANO

02/2014

DATA DE VENCIMENTO

13/03/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)

54,90

838000000008 549000110005 810842024105 013242514431





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL
ESTADO DE PERNAMBUCO
1º DISTRITO DA COMARCA DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
OFICIAL - ARABELA PEREIRA DA ROCHA SIQUEIRA
SUBSTITUTO - OSMAR RAFAEL PEREIRA DE SIQUEIRA
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Arabela Pereira da Rocha Siqueira, Oficial do Registro Civil em face da Lei etc.

CERTIFICO que às folhas 76 do livro A - 14 de nº 16.483, de
de registro de nascimento, foi feito o assento de Marcos Fulio da Silva
nascido no dia 27 de junho
de 1979
às 11:00 hs., em Nesta cidade
do sexo Masculino, filho de João Antunes da Silva
Maria das Graças da Silva
sendo avós paternos: Jose Antonio da Silva
Maria Olinda da Silva
e maternos: Jedro Promisio da Silva
Benedita Elias da Silva
Foi declarante O Genitor
e serviram de testemunhas Jose Antonio Genta
Amaro Osidoro do Nascimento
Observações:

Registrada em 28.06.1979

O referido é verdade e dou fé.

Vitória de Santo Antão, 19 de Agosto de 1997

Cartório João Valois
2º Tabelionato de Notas
e Privativo da Prefeitura
Fone: (81) 523 6381 - Fax: (81) 523 5133
Email: cartorio@vt.com.br

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

17 FEV. 2014

João Valois - Tabelião
Jonathas G. Valois - Substituto
Cristianne G. Valois - Substituta
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO



Ass. das Comunicações
 11/02/2014
 10:44
 10/02/2014

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.590.855 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/12/2013

NOME << MARCOS JULIO DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOÃO ANTONIO DA SILVA >>
 << MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 27/06/1979

DIGIT. ORIGEM << CN 16.483 L.A-14 F.76 CART.SEDE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE 19.08.1997 >>

CPF 041.469.954-85

ASSINATURA: [Assinatura]

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 F-58 33.300 - 111X

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE

AUTENTICACAO

BQD 040624

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAXA-RENTA EC-3

[Fotografia]

[Fotografia]

Marcos Júlio da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartório João Valois
 2º Tabelionato de Notas e Privativo de Proteção
 Fone: (81) 3523.0000 - Fax: (81) 3523.3113
 Email: cartoriojv@vk.com.br

17 FEV. 2014

Endimentos R\$ 2,38
 TSNR R\$ 0,00
 TOTAL R\$ 2,38

João Valois - Tabelião
 Jonathan G. Valois - Substituto
 Cristianne G. Valois - Substituta
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

Nome..... Mance

Loc. Nast. Vilnius Est. U. Data 1.1.1964
Filiação: João Antonio do Silva
Doc. Nº CN 46.483, IV A-14, p. 76, Vitória-TE

Suzana Amorim do Nascimento
Assinatura do Funcionário
Portaria 2805

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 03 / 12 / 13 SRTE Vitória - PE
~~Suzana Amorim~~
 Suzana Amorim do Nascimento
 Assinatura do Funcionário
 Portaria 2805

ALTERA
(Com relação

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Nascimento

Doc.....

Doc.....



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 20.545 0060 PE Serie 0000

Marcos J. da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR



Autentico a presente cópia fotostática
que é reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

17.FEV. 2014

Emolumentos R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,66
TOTAL R\$ 3,04

João Valois - Tabelião
Jonathan G. Valois
Jonathan G. Valois - Substituto
Cristianne G. Valois - Substitua

VALIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

2º Tabelionato de Notas
e Privativo de Protesto

Carla...
Fone: (81) 3523.0450 - Fax: (81) 3523.5113
Email: carlojv@vix.com.br





Cartório João
2º Tabelionato
e Privativo de Cartório
Fone: (81) 3523.0480 - Fax: (81) 3523.8933
Email: cartoriojo@vjv.com.br

João V. J. - Tabelião
Cristina G. Valois - Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE
AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO

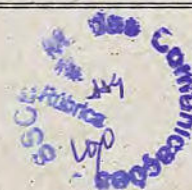
17 FEB. 2014

Emolumentos R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,40
TOTAL R\$ 2,78

Autentica a presente cópia fotostática
que a reprodução fiel do original
que me foi apresentado. Dou fé.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL				
TÍTULO ELEITORAL				
NOME DO ELEITOR MARCOS JULIO DA SILVA				
DATA DE NASCIMENTO 27/06/1979	Nº INSCRIÇÃO 0551 5639 0884	D.V. 018	ZONA 0202	SEÇÃO
MUNICÍPIO / UF VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE				DATA DE EMISSÃO 11/02/2014
URAQUITAN, 11/02/2014 Juiz Eleitoral				
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL				

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
POLEGAR DIREITO	
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR	
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL	



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS.CULT.E COMUNIT.DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE
SAN

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:52:40 do dia 14/03/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/04/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 10 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 10/10/2014, às 11:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0182145** e o código CRC **DE2AFACD**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 20722/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057908/2011-12**

Processo de Outorga nº: **53103.000651/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Vitoria de Santo Antônio/PE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) - a entidade deverá apresentar:

- i) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- ii) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;
- iii) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da

composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 09/01/2015, às 09:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 09/01/2015, às 10:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0291902** e o código CRC **DCAD2BA0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 23008/2014/SEI-MC

São Paulo, 17 de dezembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES
DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO
Rua do Estudante nº 112 - Bairro Universitário
55.602-240 / Vitoria de Santo Antão - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057908/2011-12.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **20722/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 09/01/2015, às 09:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0292027** e o código CRC **D157E986**.

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO
DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Rua do Estudante, 112, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão/PE

CEP: 55.602-240

Ofício 001/2015

Vitória de Santo Antão, 25 de fevereiro de 2015.

Ilmo Sr.

Dr. Thiago Galvão

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina,

São Paulo – CEP: 05311-900

Assunto: Encaminhamento de documentação

Ref. De Processo: 53000.057908/2011

53900.010773/2015-10

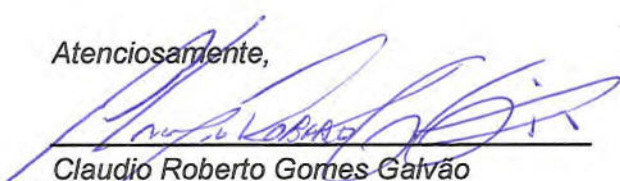
03/03/15

Senhor Delegado

Tendo em vista no que consta nos ofícios 23008/2014, datado de 17 de janeiro de 2014, estamos encaminhado documentação abaixo relacionada conforme Nota Técnica nº 20722/2014/SEI-MC.

1. Cópia da Ata de eleição e posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comunitário.
2. Cópia autenticada de documentos comprovando a condição de brasileiro natos e do CPF.

Atenciosamente,


Claudio Roberto Gomes Galvão

Presidente

CPF. nº 026.064.804-30

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS FISCAL E COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO.

Aos 06 (seis) dias do mês de fevereiro de 2015, às 20h00min horas, na Rua do Estudante, 85, no Auditório da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins - Facol, Rua do Estudante, Bairro Universitário, Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os associados da **ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO CULTURAL E COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO CENTRO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, para a Eleição e Posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Presidente o Sr. Claudio Roberto Gomes Galvão, brasileiro, solteiro, professor, RG. 5.369.695 SSP/PE e CPF. 026.064.804-30. Convidando a mim Wellington do Carmo Melo, brasileiro, solteiro, advogado, RG. 6.844.376 SSP/PE e CPF. 051.555.314-03, para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral Extraordinária, e que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Comunitário, e b) assuntos de interesse geral. Observando existir quorum suficiente, foram abertos os trabalhos, tendo o Presidente, o Sr. Claudio Roberto Gomes Galvão, esclareceu aos presentes, da necessidade da Entidade renovar sua Diretoria, e agradeceu a todos o empenho e dedicação com que se comportaram a frente da Direção que termina o mandato de 04 (anos). Em continuação, tendo sido devolvida a palavra a mim, Secretária, procedi à leitura da propositura da Assembleia, informamos que a eleição se dará por consenso entre os associados, que optaram por Reeleger a atual Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e Comunitário, para mais 04 (quatro) anos, que iniciando em **08 de novembro de 2014 até 08 de novembro de 2018**, que foi reeleita por unanimidade. Ficando assim a nova Diretoria: **PRESIDENTE:** Claudio Roberto Gomes Galvão, brasileiro, solteiro, professor, RG. 5.369.695 SSP/PE e CPF. 026.064.804-30; **VICE-PRESIDENTE:** Wellington do Carmo Melo, brasileiro, solteiro, advogado, RG. 6.844.376 SSP/PE E CPF. Nº 051.555.314-03; **DIRETORA ADMINISTRATIVA:** Vanessa Pimentel Santos, brasileira, Casada, Professora, RG. nº 6.905.720 SDS/PE e CPF. nº 060.553.374-10; **DIRETORA FINANCEIRA:** Joseana Felix de Almeida Santana, brasileira, casada, secretária, RG. Nº 6.683.423 SSP/PE e CPF. Nº 056.359.404-71; **DIRETOR DE OPERAÇÕES:** Marcos Julio da Silva, brasileiro, solteiro, professor, RG. Nº 5.590.855 SSP/PE e CPF. nº 041.469.954-85; **DIRETORA DE EVENTOS:** Mônica Maria de Farias, brasileira, Solteira, secretária, RG. Nº 6.827.901 SSP/PE E CPF. Nº 048.408.484-40; **DIRETORA DE PATRIMÔNIO:** Renata Sandrelle da Silva Melo, brasileira, solteira, secretária, RG. Nº 6.683.410 SSP/PE e CPF. Nº 075.675.054-79; **DIRETORA TÉCNICA:** Luciana de Souza dos Santos, brasileira, solteira, secretária, RG. Nº 5.942.858 SSP/PE E CPF. Nº 033.005.084-28. E para o Conselho Fiscal – Titulares: 1º **Sebastião Domingos da Silva**, brasileiro, casado, auxiliar administrativo, RG. Nº 2.792.767 SSP/PE e CPF. Nº 451.632.874-49; 2º **Edgar Uchoa Veras Filho**, brasileiro, casado, autônomo, RG. Nº 6.793.868 SDS/PE e CPF. Nº 046.796.384-35; 3º **Severino Ramos da Silva**, brasileiro, casado, agricultor, RG. Nº 3.975.870 SSP/PE e CPF. Nº 7.12.504.504-97; Conselho Fiscal – Suplentes: 1º **Jader Bezerra de Siqueira**, brasileiro, casado, autônomo, RG. Nº 1.681.306 SSP/PE e CPF. Nº 171.198.474-49; 2º **Verlúcia Maria de Andrade**, brasileira, Solteira, professora, RG. Nº 5.584.880 SSP/PE e CPF. Nº 031.819.934-33; 3º **Rosenildo Alves de Santana**, brasileiro, casado, autônomo, RG. nº 3.679.442 SSP/PE e CPF. Nº 685.834.434-91. E Para o Conselho Comunitário: 1º **ENTIDADE:** FACOL – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins, CNPJ/MF. Nº 03.391.726/0001-90. Neste ato representado pelo Sr. Túlio Albuquerque Duarte, brasileiro, casado, administrador, RG. nº 7.294.719 SDS/PE e CPF. nº 061.178.394-05; 2º **ENTIDADE:** Sistema Educacional Radar, CNPJ/MF. Nº 35.401.371/0001-60. Neste ato representado pela Sra. Chissia de Deus e Melo Albuquerque, brasileira, casada, educadora, RG. Nº 1.962.962 CPF. Nº 518.061.344-20; 3º **ENTIDADE:** Vitória de Santo Antão Associação e Desportiva, CNPJ/MF. Nº 09.575.562/0001-38. Neste ato sendo representado por Marlon Rafael Alves de Melo, brasileiro, casado, Empresário, RG. nº 7.292.203

SDS/PE e CPF. nº 060.524.504-52. **4º ENTIDADE:** Fundação Educacional da Vitória de Santo Antão, CNPJ/MF. Nº 04.629.198/0001-28. Neste ato representado pelo Sr. José Neildo David dos Santos, brasileiro, casado, professor, RG. nº 1679.402 SSP/PE e CPF. nº 320.488.584-49. **5º ENTIDADE:** Editora RTP Baraúna, CNPJ/MF. Nº 05+932.766/0001-28. Neste ato, sendo representado pelo Sr. Péricles Tavares Austregésilo Filho, brasileiro, Divorciado, Professor, RG. nº 2.835.209 SSP/PE e CPF. nº 426.103.704-15. Após nomeação dos novos Diretores Executivos, dos Conselhos Fiscal e Comunitário, o Presidente reeleito Claudio Roberto Gomes Galvão, agradeceu a todos e que continuará sua missão de fortalecer a associação ao máximo possível. A reunião transcorreu com absoluta normalidade precisamente as 22:00 horas, e encerrou a reunião, e eu **Mônica Maria de Farias**, que servi de Secretário, lavro dato e assino Mônica Maria de Farias a presente ata justamente com toda a Diretoria, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Vitória de Santo Antão, 06 de fevereiro de 2015

Claudio Roberto Gomes Galvão
PRESIDENTE

Wellington do Carmo Melo
VICE-PRESIDENTE

Vanessa Pimentel Santos
Vanessa Pimentel Santos
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Joseana Felix de Almeida Santana
Joseana Felix de Almeida Santana
DIRETORA FINANCEIRA

Renata Sandrelle da Silva Melo
Renata Sandrelle da Silva Melo
DIRETORA DE PATRIMÔNIO

Mônica Maria de Farias
Mônica Maria de Farias
DIRETORA DE EVENTOS

Marcos Julio da Silva
Marcos Julio da Silva
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Lúciana de Souza dos Santos
Lúciana de Souza dos Santos
DIRETORA TÉCNICA



entico a presente fotocopia que confe-
e com o original que me foi apresentado
Do Sr.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diogo Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente

Conselho Fiscal – Titulares:

1º Sebastião Domingos da Silva

2º Edgar Uchoa Veras Filhos

3º Severino Ramos da Silva

Éveraldo Nunes de Arruda
ESCREVENTE AUTORIZADO

Conselho Fiscal – Suplentes:

1º Jader Bezerra de Siqueira

2º Veralúcia Maria de Andrade

3º Rosenildo Alves de Santana



Conselho Comunitário

1º ENTIDADE: FACOL – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins

Representante: Túlio Albuquerque Duarte

2º ENTIDADE: Sistema Educacional Radar

Representante: Raissa de Deus e Melo Albuquerque

3º ENTIDADE: Vitória de Santo Antão - Associação Acadêmica e Desportiva

Representante: Marlon Rafael Alves de Melo

4º ENTIDADE: Fundação Educacional da Vitória de Santo Antão

Representante: José Neildo David dos Santos

5º ENTIDADE: Editora RTP Baraúna

Representante: Pericles Tavares Autregésilo Filho

Demais associados presente na Assembleia:

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado.

28 DE FEVEREIRO, 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente



José Everaldo Nunes de Azevedo
ESCREVENTE AUTORIZADO

Nome completo legível	RG com órgão emissor	Assinatura
Julie Nunes Pereira Junior	000 671 000	Julie Nunes Pereira Junior
NELSON BORGES DE SOUZA	904541 SSP.	Nelson Borges de Souza
Raissa Barbosa Marinho	2.318. 856 505	Raissa Barbosa Marinho
Osman Bezerra de Barros JR	7.521. 614	Osman Bezerra de Barros JR
Luís Rafael Marques Santiago	8.606 604 502	Luís Rafael Marques Santiago
LEANDRO BONIFÁCIO DE ANDRADE	3707593 SSP-PE	Leandro Bonifácio de Andrade

Serviço Notarial e
Registral José Borba

R. Melo Verçosa, 150 - Centro - CEP: 55602-220
Vitória de Santo Antão/PE - Tel.: (81) 3523-0074
cartoriojoseborba@hotmail.com

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
Protocolo sob nº 14.224, e registrado em
Pessoa Jurídica sob nº 1245 e averbado ao nº
226; Válido somente com selo de autenticidade
e fiscalização nº ACR-049325.
Vitória de Santo Antão/PE 26/02/2015

Subcrevo e assino _____; Dou Fé.

() TACIANA BORBA DE L. SILVA - Oficial em exercício
() JOSÉ ANIBAL DE S. BORBA | () JOSÉ EVERALDO N. DE ARRUDA - Escreventes

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

26 FEV. 2015

- ☒ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☒ Diego Borba L. e Silva - Substituto
☒ José Anibal de S. Borba - Escrevente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO

DATA DE NASCIMENTO: **19/02/1985** Nº INSCRIÇÃO: **65499970825** D.V.: **018** ZONA: **0217**

MUNICÍPIO / UF: **VITÓRIA DE SANTO ANTA/PE** DATA DE EMISSÃO: **04/12/2001**

JUZ ELEITORAL



Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

26 FEV. 2015

☒ Taciana Borba L e Silva - Tabeliã
☒ Diego Borba de L e Silva - Substituto
☒ José Aníbal de S. Borba - Escrevente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

José Everaldo Nunes de Amada
ESCREVENTE AUTORIZADO

Renata Sandrelle da Silva Melo
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM A CARTA DE AUTENTICAÇÃO ELEITORAL



Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

26 FEV. 2015

☒ Taciana Borba L e Silva - Tabeliã
☒ Diego Borba de L e Silva - Substituto
☒ José Aníbal de S. Borba - Escrevente

1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão PE
(81) 3523-0074

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabela
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ Jose Anibal de S. Borba - Estrevente

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentada.



1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão PE
(81) 3523-0074

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabela
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ Jose Anibal de S. Borba - Estrevente

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentada.

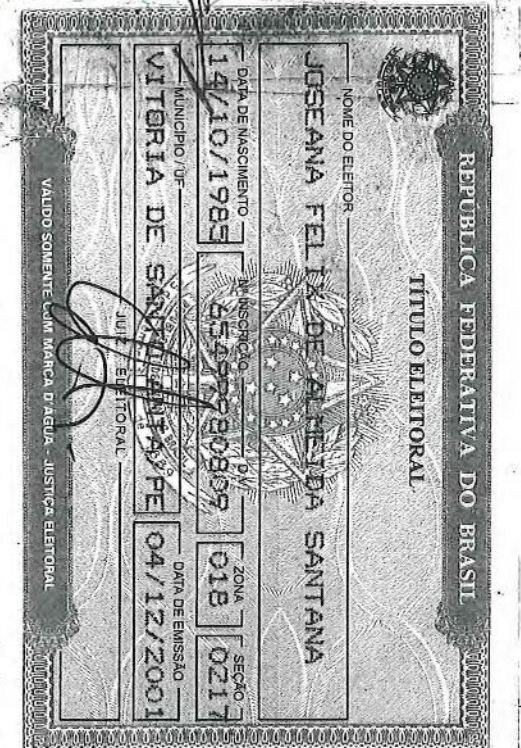


1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão PE
(81) 3523-0074

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabela
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ Jose Anibal de S. Borba - Estrevente

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentada.



1 Serviço Notarial e Registro

Jose Borba

Vitória de Santo Antão - PE

(81) 3523-1014

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocopia que foi
requisitada e que me foi apresentada
para autenticação.

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	6683423
DATA DE EXPEDIÇÃO	18.07.2000
NOME	JOSEANA FÉLIX DE ALMEIDA SANTANA
FILIAÇÃO	Jovelino José de Santana Marlene Felix de Almeida Santana
NATURALIDADE	Vitória de Santo Antão-PE
DATA DE NASCIMENTO	14.10.1985
DOC ORIGEM	CN.50141.L.A.34.F.248. Cart.de
Vitória de Santo Antão-PE	
CPF	
B.L. GLENN HUGO GOMES DE SI ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

6683410

DATA DE EXPIRAÇÃO 18.07.2007

NOME: SANTOS DA SILVA MILE

FILIAÇÃO: MILENA TAVARES DA SILVA

TÍTULO: TÍTULO DE CIDADÃO DO BRASIL

NATURALIDADE: VILA NOVA DA SILVA

DOC ORIGEM: 0143749-1

DATA DE NASCIMENTO: 17.03.1987

CPF: 045.116.116-0

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83



José Estivaldo Nunes de Araújo

ESCRIVENTE AUTORIZADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

Serviço Notarial e Registro

Jose Borba

Vila de Santo Antão - PE

18113520-0074

ASSINATURA DO TITULAR

Carimato Sandrelli da Silva Melo

CARTEIRA DE IDENTIDADE

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado.

Taciana Barba L. e Silva - Tabelião

Diego Barba de L. e Silva - Substituto

Jose Anibal de S. Borba - Escrevente



1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão - PE
1811 3523 0074

Autentico a presente fotocopia que me foi apresentada com o original que me foi apresentado.
Dou fé.

26 FEV. 2015

☒ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☒ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☒ José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Artur
ESCREVENTE AUTORIZADO



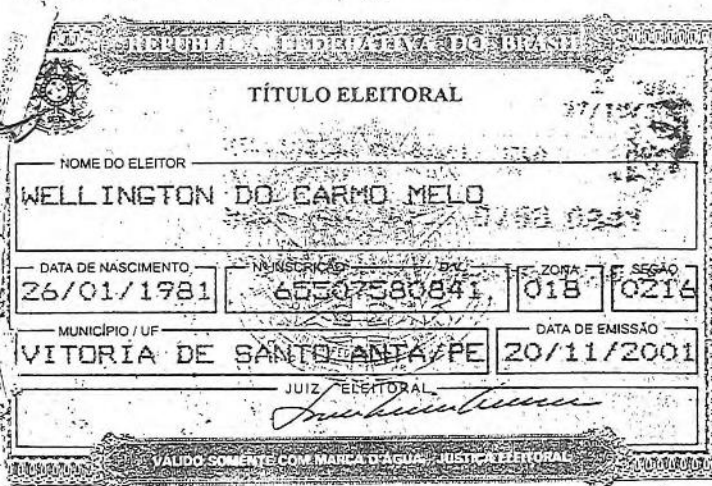
1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão - PE
1811 3523 0074

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado.
Dou fé.

26 FEV. 2015

☒ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☒ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☒ José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Artur
ESCREVENTE AUTORIZADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIRETO

120:3910114001 50M1:018 2820:0312

0822 0128 0841

WELLINGTON DO CARMO MELO

GE:013003

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



09058008
AUTENTICAÇÃO
Só a cópia que conferir com o original me foi apresentado

26 FEV. 2015

- ☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
- ☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
- ☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Amada
ESCREVENTE AUTORIZADO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6844376 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.04.2001

NOME WELLINGTON DO CARMO MELO

FILIAÇÃO SEVERINO FERREIRA DE MELO

SOLANGE DELFINA DO CARMO MELO DATA DE NASCIMENTO 26.01.1981

NATURALIDADE VIT. STO ANTÃO/PE

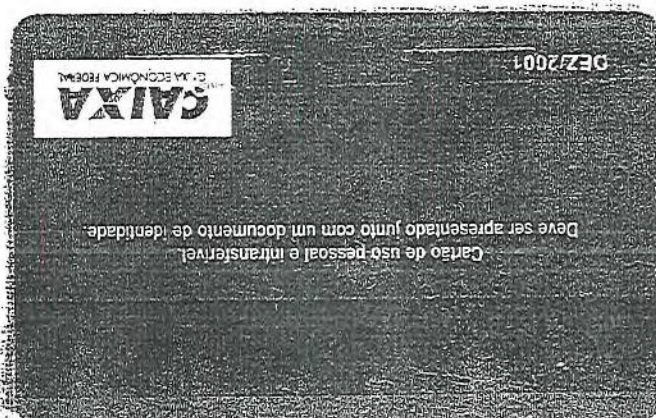
DOC ORIGEM CN.22792 L.A-19 F.153V CART. VIT. STO ANTÃO/PE

DEL. GILENO HUGO GOMES DE SIQUEIRA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

C.M.V. 36700



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES RUIR

09R-01

MONICA MARIA DE FARIAS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6827901 DATA DE EXPEDIÇÃO 06.04.2001

NOME MONICA MARIA DE FARIAS

FILIAÇÃO João Pinheiro de Farias
Marta de Carmo de Farias

NATURALIDADE Vitória de São Antão - PE DATA DE NASCIMENTO 19.12.1982

DOC. REGEM CN. 305004-3485-1-232 Cart. de Vi-
tória de São Antão - PE

CPE

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

José Everaldo Nunes de Aranda
ESCREVENTE AUTORIZADO



Autentico a presente fotocopia que confe-
re com o original que me foi apresentado
Dou fe.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Arnaldo de S. Borba - Escrevente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

MONICA MARIA DE FARIAS

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MONICA MARIA DE FARIAS

DATA DE NASCIMENTO 19/12/1982

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SÃO ANTÃO - PE

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



Autentico a presente fotocopia que confe-
re com o original que me foi apresentado
Dou fe.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Arnaldo de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Aranda
ESCREVENTE AUTORIZADO

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição 048.408.484-20

Nome MONICA MARIA DE FARIAS

Nascimento 19/12/1982



Autentico a presente fotocopia que confe-
re com o original que me foi apresentado
Dou fe.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Arnaldo de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Aranda
ESCREVENTE AUTORIZADO



1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão - PE
(81) 3523-0044

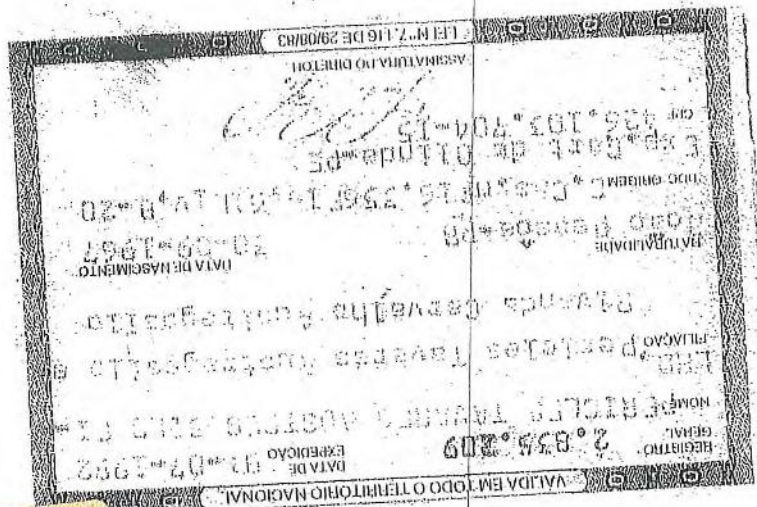
☒ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
☒ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☒ José Anibal de S. Borba - Escrevente

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentada.

José Everardo Nunes de Azevedo
ESCREVENTE AUTORIZADO

José Everardo Nunes de Azevedo
ESCREVENTE AUTORIZADO



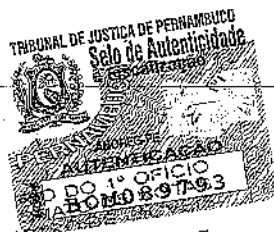
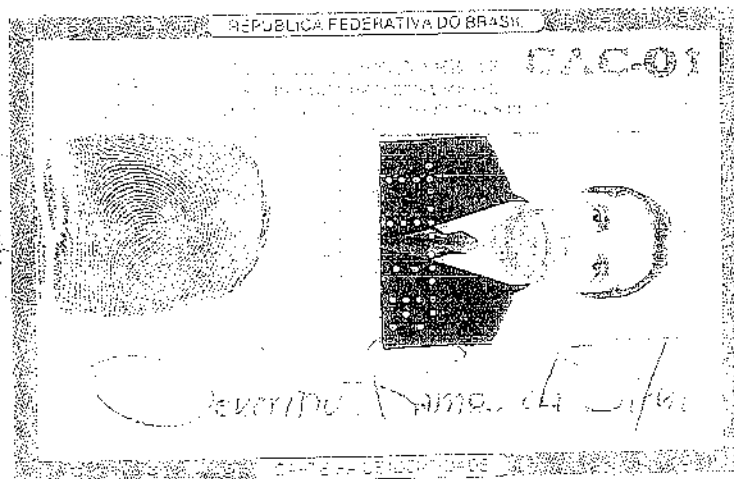
1 Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão - PE
(81) 3523-0044

26 FEV. 2015

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentada.

☒ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
☒ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☒ José Anibal de S. Borba - Escrevente





12 ABO. 2013

Autenticado a presente...
com o original que se encontra no Cartório.

Cartório do 1º Ofício
de Registro de Imóveis
Código - 090.001
Vila de Santo Antônio - PE
Fone - 3523-0074

Jose da Silva Borna Neto - Tabelião
Jose da Silva Borna Neto - Tabelião
Jose da Silva Borna Neto - Tabelião

VAL DA ENTODA O TERRITÓRIO NACIONAL

3.975.870 12/01/2012

<< SEVERINO RAMOS DA SILVA >>

<< LUIZ SEVERINO DA SILVA >>

<< LINETE NASCIMENTO DA SILVA >>

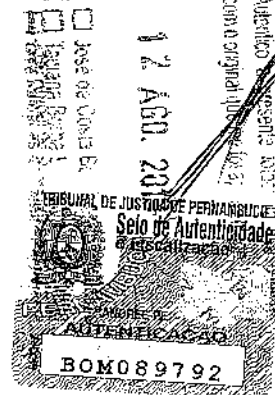
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE 19/05/1972

<< CC-18464 LB-47 P.3 CART. 1º DIST. VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE 25.11.2009 >>

712.504.504-97

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 116 DE 29/08/63
P-47 72.150 - 9123

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Código - 090.001
Vila de Santo Antônio - PE
Fone - 3523-0074



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
712.504.504-97

Nome
SEVERINO RAMOS DA SILVA

Nascimento
19/05/1972

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURR

EC-9

ASSINATURA DO TITULAR

Luciana de Souza dos Santos

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autentico a presente fotocópia que comparece com o original que me foi apresentado

Doutor

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Almeida
 PROCURADOR AUTORIZADO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.942.859 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/09/2013

NOME << LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS >>

FILIAÇÃO << JOÃO PATROCÍNIO DOS SANTOS >>
 << MATILDE DE SOUZA DOS SANTOS >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 15/06/1978

DOC. ORIGEM << 077271 01 55 2012 2 00053 281 0020542 77 VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE >>

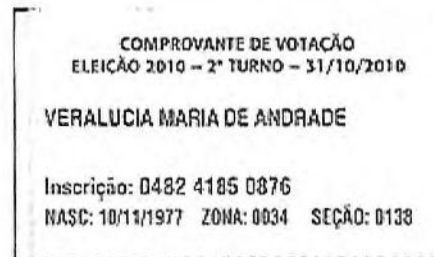
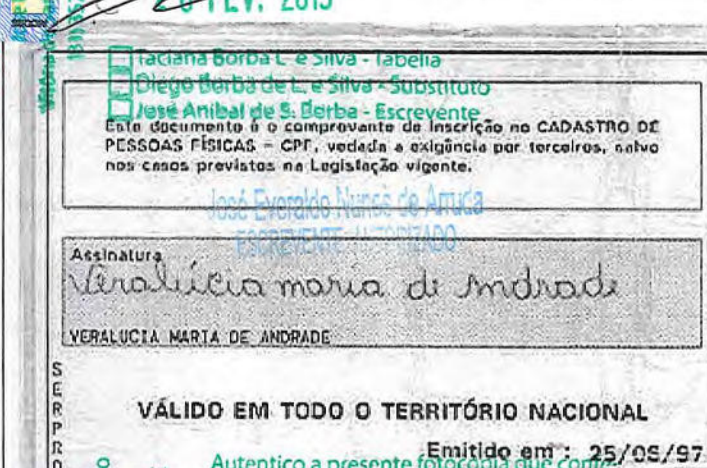
CPF 033.005.084-28

361. Jandir de S. Carneiro Leão
 Delegado Gerente do ITRB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

F-57 50.757 - 4321



Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

26 FEV. 2015

Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
Diego Borba de L. e Silva - Substituto
José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Araújo
ESCREVENTE AUTORIZADO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.590.855 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/12/2013

NOME << MARCOS JULIO DA SILVA >>

FILIAÇÃO << JOÃO ANTONIO DA SILVA >>
<< MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 27/06/1979

DOC. ORIGEM << CN 16.483 L.A-14 F.76 CART. SEDE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE 19.08.1997 >>

CNPJ 041.469.954-85

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

F-53 33.300 - 111X

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado.

26 FEV. 2015

Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
Diêgo Borba de L. e Silva - Substituto
José Anibal de S. Borba - Escrevente

José Everaldo Nunes de Araújo
ESCREVENTE AUTORIZADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURDE

EC-3

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Marcos Julio da Silva

FOTOGRAFIA

IMPRESSÃO DEDAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.679.402 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/1992

NOME José Neildo David dos Santos

FILIAÇÃO José David dos Santos
Maria José dos Santos

NATURALIDADE Vitória de St. Antônio - PE DATA DE NASCIMENTO 12/10/1959

ORIGEM Cert. Nasc. 19076-7. 237-Liv. Cart. de Vit. de St. Antônio - PE

30

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado
Data de 16 DE 2008

26 FEV. 2015

1 Serviço Notarial e Registro
José Borba
Vitória de Santo Antônio - PE
(81) 3528-0074

TRIBUTOS DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticação
O Fisco
AUTENTICAÇÃO
BQY085077

CIC

NASCIMENTO 12.10.59

INSCRIÇÃO NO CPF 320 488 584 49

CONTRIBUINTE

JOSE NEILDO DAVID DOS SANTOS

ASSINATURA DO TITULAR

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado
Data de 16 DE 2008

26 FEV. 2015

1 Serviço Notarial e Registro
José Borba
Vitória de Santo Antônio - PE
(81) 3528-0074

TRIBUTOS DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticação
O Fisco
AUTENTICAÇÃO
BQY085077

1 Serviço Notarial e Registro
José Borba
Vitória de Santo Antônio - PE
(81) 3528-0074

Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado
Data de 16 DE 2008

26 FEV. 2015

1 Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
1 Diego Borba de L. e Silva - Substituto
1 José Anibal de S. Borba - Escrevente

TRIBUTOS DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticação
O Fisco
AUTENTICAÇÃO
BQY085076

José Everaldo Nunes de Almeida
ESCREVENTE AUTORIZADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Pernambuco

MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

DISTRITO: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Eu, Tabella P. A. Borba de L. e Silva Oficial

REGISTRO CIVIL, em virtude da lei, etc.

CERTIFICO que às fls 35 do livro "B" 10 do registro de casamentos, consta o termo de casamento, realizado no dia 30 de outubro de 1981

de Jader Bezerra de Siqueira com dona Lucieleres do Carmo Franca Ele, contraente, nascido em Pombos - PE no dia 31 de março de 1958

filho de Antônio Cláudio de Siqueira e Adalena Bezerra de Siqueira Ela, contraente, nascida em Aliança - PE no dia 31 de maio de 1957

filha de Geraldo Francisco de Franca e Marta do Carmo de Franca

A contraente após o casamento passará a usar o nome de Lucieleres Franca de Siqueira

Foram testemunhas Alcione do Carmo Silva e Ana Maria Bezerra de Siqueira

OBSERVAÇÕES: Casamento realizado neste cartório na data acima referida sob a presidência do Sr. José Maria de Carvalho - Juiz de Direito em exercício sumulativo do Comarca. Regime Comunitário de Bens.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO 30 de outubro de 1981

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.792.767 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/07/2010

NOME << SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA >>

FILIAÇÃO << DOMINGOS JOSÉ DA SILVA >>
<< HELENA ADELINA DA CONCEIÇÃO >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 13/09/1960

DOC. ORIGEM << CC.3260 L.108 F.183 CART. 1º DIS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE 28.01.1982 >>

CPY

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.146 DE 29/08/2006

F-40 18.215 - 10233

Autentico a presente fotocopia que me foi apresentada re com o original que me foi apresentado

26 FEV. 2015

Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo de Autenticidade
BQY085079



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

E 10 R 01

Características físicas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

C/C

NASCIMENTO 13.09.60

INSCRIÇÃO NO CPF 451 832 874 49

CONTRIBUINTE

SEBASTIAO DOMINGOS DA SILVA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Autentico a presente fotocopia que me foi apresentada re com o original que me foi apresentado

26 FEV. 2015

Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo de Autenticidade
BQY085080



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR SEBASTIAO DOMINGOS DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 13/09/60 Nº INSCRIÇÃO 94733108/92 ZONA 018 SEÇÃO 0113

MUNICÍPIO / UF VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE DATA DE EMISSÃO 18/09/86

PRESIDENTE DO TRE

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO 00R-01

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES MULLER

Vanessa Pimentel Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 6.905.720

DATA DE EMISSÃO 08/10/2003

NOME << VANESSA PIMENTEL SANTOS >>

RELACÃO << EDINALDO PEREIRA DOS SANTOS >>

<< NILZA MARIA TAVARES PIMENTEL SANTOS >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE

DATA DE NASCIMENTO 12/12/1986

DOC ORIGEM << CN-46542 L-439 F-100 CART.VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE 17.12.1986 >>

060.553.374-10

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR VANESSA PIMENTEL SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 12/12/1986

Nº INSCRIÇÃO 070026890809

D.V. 18

ZONA 74

MUNICÍPIO / UF VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE

DATA DE EMISSÃO 29/07/2003

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Diego Borba de L. e Silva - Substituto

José Anibal de S. Borba - Escrivente

José Everaldo Nunes de Arturza

ESCREVENTE AUTORIZADO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPE

Registro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 060.553.374-10

Nome VANESSA PIMENTEL SANTOS

Nascimento 12/12/1986



Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado

26 FEV. 2015

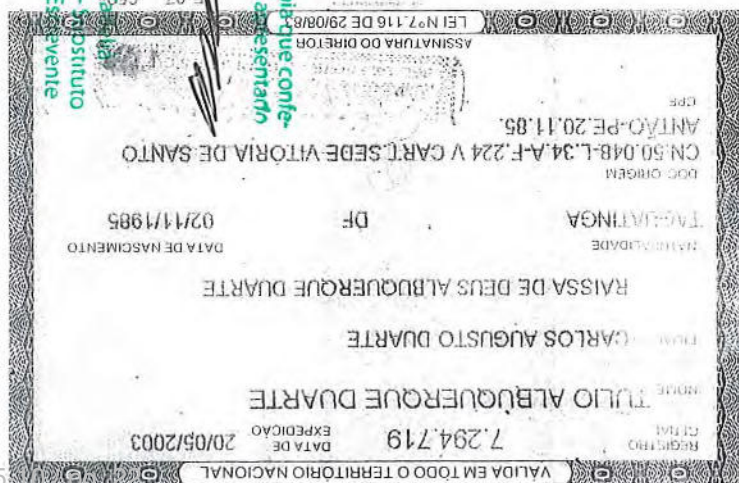
Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã

Diego Borba de L. e Silva - Substituto

José Anibal de S. Borba - Escrivente

José Everaldo Nunes de Arturza

ESCREVENTE AUTORIZADO

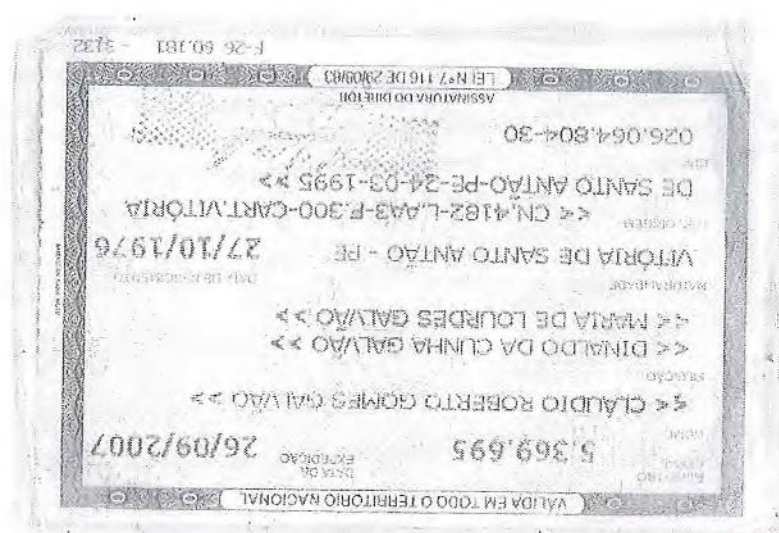


Serviço Notarial e Registro
Jose Borba
Vitória de Santo Antão PE
(81) 3523-0874

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Amibal de S. Borba - Escrevente

26 FEV. 2015





1 Serviço Notarial e Registro

Jose Borba

Vitória de Santo Antão - PE

(81) 3527.0014

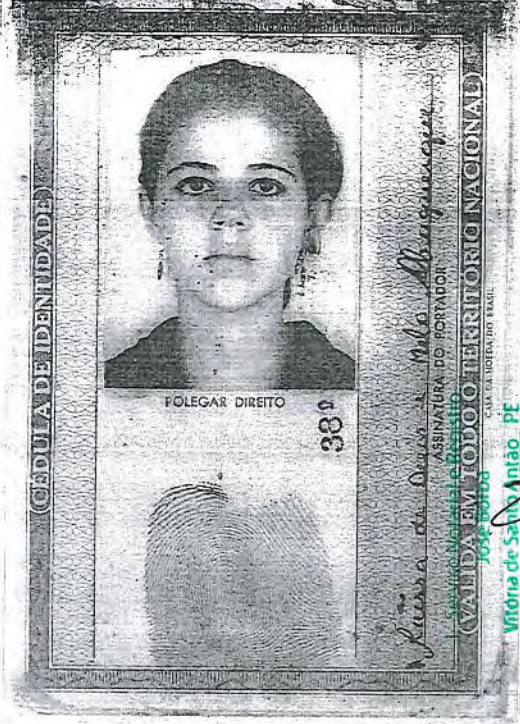
- ☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabelião
- ☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
- ☐ Jose Anibal de S. Borba - Escrevente

26 FEV. 2015

José Everardo Nunes de Almeida
ESCREVENTE AUTORIZADO



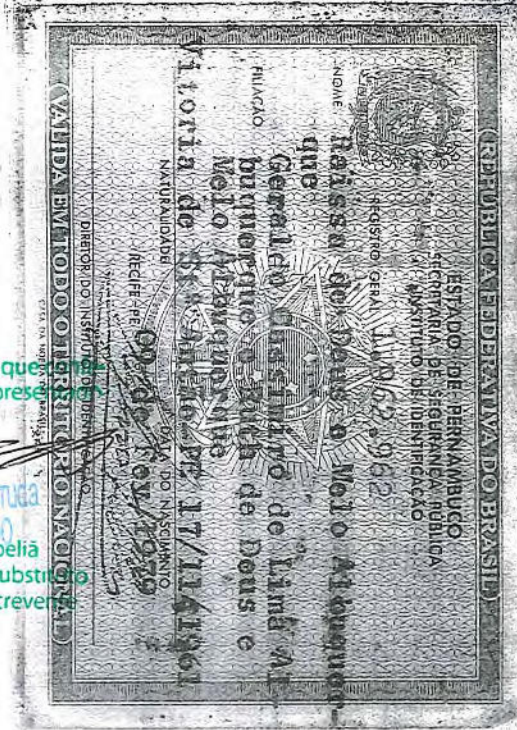
Autentico a presente fotocopia que comparece com o original que me foi apresentado.



Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
RAISSA DE DEUS E MELO ALBUQUERQUE

Nº de Inscrição
518061344-20

Data do Nascimento
17/11/61

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
Raissa de Deus e Melo Albuquerque
RAISSA DE DEUS E MELO ALBUQUERQUE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 07/09/97



Autentico a presente fotocopia que confere com o original que me foi apresentado.

26 FEV. 2015

☐ Taciana Borba L. e Silva - Tabeliã
☐ Diego Borba de L. e Silva - Substituto
☐ José Anibal de S. Borba - Escrevente

João Everaldo Nunes de Artuda
ESCREVENTE AUTORIZADO

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EM SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, Nº 592, BLOCO 1,
MEZANINO (ECT) - VILA LEOPOLDINA
SÃO PAULO - CEP: 05311-900



*TC

Associação Cultural e Comunitária dos Moradores
do Centro da Vitória de Santo Antas
Endereço = Rua do Estudante, 112
Bairro = Universitário
Cep: 55612-285
Vitória de Santo Antas, PE.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ofício nº 23008/2014/SEI-MC São Paulo, 17 de dezembro de 2014		NOME DO REMETENTE / NOM DE L'EXPÉDIENT Ao(A) Senhor(a) Representante Legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Rua do Estudante nº 112 - Bairro Universitário 55.602-240 / Vitória de Santo Antão - PE	
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057908/2011-12.		UF / PAÍS / PAYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR x Camilla B. da Silva		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 26/01/15	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION 26 JAN 2015 DR - PE
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT José Gustavo 8.505/705	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

75240203-0

FC0463 / 15

114 x 186 mm



CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 22350336 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 552 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS.CULT.E COMUNIT.DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SAN

CNPJ: 02.442.587/0001-14

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:26:24 do dia 17/12/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/01/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-
SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memorando nº 1970/2015/SEI-MC

São Paulo, 15 de junho de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	
1. Associação Cultural Comunitária de Araujos - ACCA		
Araujos/MG	02.170.190/0001-10	
2. Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida"-Teodoro Sampaio-SP		Teodoro
Sampaio/SP	02.403.018/0001-60	
3. Assoc. Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme Constituição Vigente p/Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade de Porangaba		
Porangaba/SP	01.413.187/0001-18	
4. Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão		Vitória de
Santo Antão/PE	02.442.587/0001-14	
5. Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã		
Ibiporã/PR	02.429.138/0001-36	
6. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura "Comunidade em Ação"		
Muzambinho/MG	02.628.616/0001-37	
7. Serviço de Assistência Social - SAS		Conselheiro
Pena/MG	21.297.817/0001-43	
8. Ascocab - Associação Comunitária de Cabixi-RO		
Cabixi/RO	02.355.992/0001-03	
9. Associação Comunitária e Cultural de Coruripe		
Coruripe/AL	03.105.215/0001-65	

10. Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM
Viana/RS 02.584.800/0001-22

Manoel

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 15/06/2015, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0552974** e o código CRC **9D26B9F4**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Vitória de Santo Antão
Canal: 253
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Nome Fantasia:
Logradouro: RUA RUI BARBOSA
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

CNPJ: 02.442.587/0001-14
Bairro: LIVRAMENTO
Número: 92
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02442587000114

Razão Social: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 55602240
Número: 92
Município: Vitória de Santo Antão
Telefone:

Logradouro: RUA RUI BARBOSA
Complemento:
Distrito:
Bairro: LIVRAMENTO
SubDistrito:
Fax:

UF: PE

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Cep: 55600000
Número: s/n
Município: Vitória de Santo Antão
Telefone:

Logradouro: RUA BARAO DA ESCADA, 112 - CENTRO
Complemento:
Distrito: Vitória de Santo Antão
Bairro: CENTRO
SubDistrito:

UF: PE

E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 27/09/2001

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 531030006511998

Fistel: 50011428732

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	85		Portaria	MC	21/03/2000	28/03/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
	365		Decreto Legislativo	CN	26/09/2001	27/09/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
	19706		ATO	SCM	08/10/2001	23/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - CNPJ/CPF(02.442.587/0001-14)
Município/UF: VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
Indicativo: ZYD289

Situação: Entidade devedora (Bloqueada)
Canal: 253

Dia Início: Domingo ▾ **Dia Fim:** Sábado ▾ **Hora Início:** 06:00 ▾ **Hora Fim:** 23:00 ▾ **X**

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.045253/2015-10**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS
MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 10/09/2015, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0702320** e o código CRC **DA452BAE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 12376/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.057908/2011-12**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Vitória de Santo Antão/PE**, por meio da Portaria nº **85**, publicada no DOU de 28/03/2000, e Decreto Legislativo nº **365**, publicado no DOU de 27/09/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 27/09/2011. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 24/01/2012 (doc. 0182136, página 05), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

QUADRO DIRETIVO

CLAUDIO ROBERTO GOMES GALVÃO - Presidente
WELLINGTON DO CARMO MELO - Vice Presidente
VANESSA PIMENTEL SANTOS - Diretora Administrativa
JOSEANE FELIX DE ALMEIDA SANTANA - Diretora Financeira
MARCOS JULIO DA SILVA - Diretor de Operações
MONICA MARIA DE FARIAS - Diretora de Eventos
RENATA SANDRELLE DA SILVA MELO - Diretora de Patrimônio
LUCIANA DE SOUZA DOS SANTOS - Diretora Técnica

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
	Estatuto social registrado em conformidade	OK - Resolução 104 de 2011

1.	com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 104 a 109 do evento SEI (0182136).
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 02 a 05 do evento SEI (0395560) do documento 53900.010773/2015-10.
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 06 a 23 do evento SEI (0395560) do documento 53900.010773/2015-10.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 09 do evento SEI (0182136) .
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI (0544252).

6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 11 do evento SEI (0182136).
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 27 a 29 do evento SEI (0182136).

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI (0702320) processo anexado 53900.045253/2015-10.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 17/09/2015, às 15:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubarú, Advogado**, em 17/09/2015, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 04/11/2015, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 15/12/2015, às 14:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 30/12/2015, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0544257** e o código CRC **D079028A**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057908/2011-12**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **27/09/2011**, a autorização outorgada à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Vitória de Santo Antônio/PE**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057908/2011-12 e nº 53103.000651/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.057908/2011-12

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0720188, atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, página 08 do evento SEI (0182136) .
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 09 do evento SEI (0182136) .
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		Ok, evento SEI (0544252).
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		Ok, página 11 do evento SEI (0182136).
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		Ok, páginas 104 a 109 do evento SEI (0182136).
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		Ok, páginas 02 a 05 do evento SEI (0395560) do documento 53900.010773/2015-10.
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	x		Ok, páginas 06 a 23 do evento SEI (0395560) do documento

				53900.010773/2015-10.
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 27 a 29 do evento SEI (0182136).
9	Relatório de apuração de infrações	x		Evento SEI (0702320) processo anexado nº 53900.045253/2015-10.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0720197** e o código CRC **E37B26E1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 120/2016/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057908/2011-12 e nº 53103.000651/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912888** e o código CRC **8F24B307**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/02/2016, às 09:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0912900** e o código CRC **2C5D8A69**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 118, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.021870/2013-10 e nº 53830.001784/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TERRA DE GETULINA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Getulina/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 119, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065762/2013-41 e nº 53790.001117/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO IBICUI FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Manoel Viana/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 120, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057908/2011-12 e nº 53103.000651/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓ-

RIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 121, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057044/2013-09 e nº 53830.001958/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADÃ "NOSSA SENHORA APARECIDA" - Teodoro Sampaio-SP, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Teodoro Sampaio/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 122, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065118/2013-72 e nº 53710.000848/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lagamar/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 123, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista

o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.009819/2014-11 e nº 53830.001668/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E RADIO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SAO BERNARDO - CAMPINAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campinas/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 124, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.014521-2013-33 e nº 53103.000792/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA TABIRA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabira/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 125, DE 1º FEVEREIRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027789/2013-35 e nº 53650.002318/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itaíçaba/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

DESPACHOS DO MINISTRO

Nº 1.927/2015 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1109/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.064680/2011-17, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Manacapuru, estado do Amazonas, por meio do canal 291E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 7 de dezembro de 2011, e adjudicar o seu objeto à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS de acordo com o resultado final constante do Anexo, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS	I	53000.006767/2012-51	HABILITADA	DEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Nº 22/2016 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 1119/2015/SEI-MC, constante do processo 53000.064681/2011-61, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Parintins/AM, por meio do canal 290E, constante do Aviso de Habilitação nº 16, de 07 de dezembro de 2011, e adjudicar o seu objeto à ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANDRÉ FIGUEIREDO

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas	I	53000.006331/2012-61	Não Apresentado	Habilitada	Vencedora
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM)	I	53000.003565/2012-57	Não Apresentado	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	II	53000.006724/2012-75	Não Apresentado	Desconsiderada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.057908/2011-12**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 120, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Vitória de Santo Antônio/PE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.057908/2011-12**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0976407** e o código CRC **509326B0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: 53000.057908/2011-12

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 120, de 01/02/2016, no Diário Oficial da União de 12/02/2016, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Vitória de Santo Antão/PE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo nº **53000.057908/2011-12**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



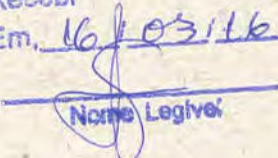
Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2016, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0976407** e o código CRC **509326B0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Recebi
Em, 16/03/16

Nome Legível

Brasília, 11 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é,

aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a

entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de

radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			

- Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.
- 9.2

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 16649/2016/SEI-MC

Ao Senhor
Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da
Casa Civil da Presidência da República
Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original:

✓ EM nº 180/2016 MC

- 53000.041498/2007

✓ EM nº 305/2016 MC

- 53000.058874/2013

✓ EM nº 306/2016 MC

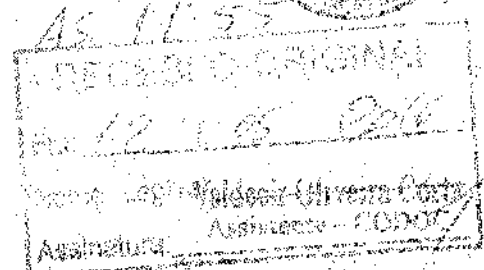
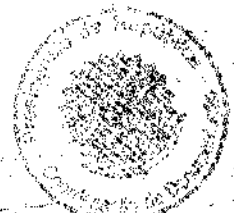
- 53000.057907/2011

✓ EM nº 307/2016 MC

- 53000.007674/2014

✓ EM nº 308/2016 MC

- 53000.065762/2013



✓ EM nº 309/2016 MC

- 53000.009819/2014

✓ EM nº 310/2016 MC

- 53000.014554/2013

✓ EM nº 311/2016 MC

- 53000.049700/2013

✓ EM nº 312/2016 MC

- 53000.065118/2013

✓ EM nº 313/2016 MC

- 53000.058124/2011

✓ EM nº 314/2016 MC

- 53000.057908/2011

✓ EM nº 315/2016 MC

- 53000.065763/2013

✓ EM nº 317/2016 MC

- 53000.070514/2013

✓ EM nº 318/2016 MC

- 53000.014521/2013

✓ EM nº 319/2016 MC

- 53000.063885/2013

✓ EM nº 320/2016 MC

- 53000.070500/2013

✓ EM nº 321/2016 MC

- 53000.065566/2013

✓ EM nº 322/2016 MC

- 53000.055907/2013

Atenciosamente,

BRUNO ALVES CRUZ LUNA LINS
Coordenador-Geral Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Alves Cruz Luna Lins**, Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete, Substituto, em 11/05/2016, às 17:14, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1129300** e o código CRC **751F88E1**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.057908/2011-12

Referência: Ofício nº 16649/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 16649/2016/SEI-MC, de 11 de maio de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 16 de maio de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 16/05/2016, às 11:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136281** e o código CRC **0E6A317F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17808/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO
Rua do Estudante nº 112 - Bairro Universitário
55.602-240 / Vitoria de Santo Antão - PE
CNPJ nº 02.442.587/0001-14

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.057908/2011-12.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO, sediada em **Vitoria de Santo Antão - PE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **27 de setembro de 2011**, conforme Portaria nº 120, de 1º de fevereiro de 2016, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016.

Atenciosamente,

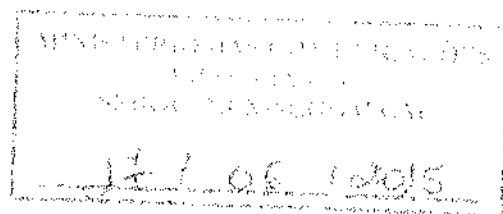


Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1139298** e o código CRC **2829A7EB**.

Ofício nº 17808/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.057908/2011-12



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Ofício nº 295 /2016 - SAG/Casa Civil - PR

Brasília, 15 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

ELTON SANTA FÉ ZACARIAS

Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar

70.044-900 – Brasília – DF

Assunto: **Devolução de processos de radiodifusão.**

Senhor Secretário-Executivo,

Cumprimentando-o cordialmente, restituo a Vossa Excelência as Exposições de Motivos listadas em anexo, acompanhadas dos respectivos processos, para reavaliação, tendo em vista a recente incorporação da Pasta Comunicações por esse Ministério.

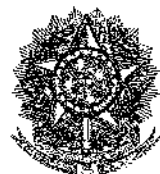
Atenciosamente,



ANDRÉ BUCAR

Subchefe Adjunto

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414 - Praça dos Três Poderes
Telefone: (55) (61) 3411-1453 - CEP 70150-900 - Brasília - DF
E-mail: sagcasacivil@presidencia.gov.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
1	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR).	Santa Tereza do Oeste	PR	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	169	2016	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza - Santa Tereza do Oeste (PR). - EM nº 169/2016 MC - 53000.058848/2011
2	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE).	Gravatá	PE	2008	Renovação	Rádio FM	171	2016	J. Machado Guimarães Empreendimentos Ltda. - Gravatá (PE). EM nº 171/2016 MC - 53000.012652/2008
3	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA).	Marabá	PA	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	172	2016	Universidade Federal do Pará - UFPA - Marabá (PA). EM nº 172/2016 MC - 53000.059087/2011
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	173	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - Dourados (MS).EM nº 173/2016 MC - 53000.057408/2011
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).	Juazeiro do Norte	CE	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	174	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC - Juazeiro do Norte (CE).EM nº 174/2016 MC - 53000.058765/2011
6	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).	Anápolis	GO	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	175	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS - Anápolis (GO).EM nº 175/2016 MC - 53000.059431/2011
7	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).	Matias Cardoso	MG	2001	Outorga	Rádio FM	176	2016	Sistema de Comunicação Vale FM Ltda. - Matias Cardoso (MG).EM nº 176/2016 MC - 53710.000579/2001
8	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).	Montalvânia	MG	2001	Outorga	Rádio FM	177	2016	Comunicação Vale FM Ltda. - Montalvânia (MG).EM nº 177/2016 MC - 53710.000579/2001
9	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).	Matias Barbosa	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	178	2016	Associação Comunitária Matense de Radiodifusão - Matias Barbosa (MG).EM nº 178/2016 MC - 53000.025761/2013
10	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).	Goiás	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	179	2016	Sociedade Ação Comunitária e Cidadania da Cidade de Goiás - Goiás (GO).EM nº 179/2016 MC - 53000.074982/2013
11	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).	Lagoa Formosa	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	181	2016	Associação Cultural Comunitária de Lagoa Formosa - Lagoa Formosa (MG).EM nº 181/2016 MC - 53000.056209/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
12	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).	Miraima	CE	2011	Outorga	Rádio FM Comunitária	182	2016	Associação Cultural de Brotas – Miraima (CE).EM nº 182/2016 MC - 53000.027302/2011
13	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).	Faxinal do Soturno	RS	2013	Renovação	Rádio OM	183	2016	Rádio São Roque Ltda. - Faxinal do Soturno (RS).EM nº 183/2016 MC - 53000.072343/2013
14	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).	Dourados	MS	2011	Outorga	Rádio e TV	184	2016	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Dourados (MS).EM nº 184/2016 MC - 53000.063406/2011
15	Associação Cultural do Município de Indaiara – Indaiara (GO)	Indaiara	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	185	2016	Associação Cultural do Município de Indaiara – Indaiara (GO).EM nº 186/2016 MC - 53000.043084/2012
16	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).	Antônio Gonçalves	BA	1998	Outorga	Rádio FM Comunitária	187	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS) - Antônio Gonçalves (BA).EM nº 187/2016 MC - 53640.000775/1998
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).	Santana do Livramento	RS	2012	Outorga	Rádio FM Educativa	188	2016	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – Santana do Livramento (RS).EM nº 188/2016 MC - 53000.004800/2012
18	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).	Catalão	GO	2010	Alteração contrato social	Rádio e TV	189	2016	Televisão Pirapitinga Ltda. – Catalão (GO).EM nº 189/2016 MC - 53000.025225/2010
19	Fundação Champagnat – Curitiba (PR)	Curitiba	PR	2015	Renovação	Rádio FM Educativa	190	2016	Fundação Champagnat – Curitiba (PR) EM nº 190/2016 MC - 53900.007781/2015
20	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA)	São Luís	MA	2005	Alteração contrato social	Rádio e TV	191	2016	RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA – São Luís (MA) EM nº 191/2016 MC - 53000.019876/2005
21	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).	Hortolândia	SP	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	192	2016	Associação Cultural Comunitária Esperança de Hortolândia – Hortolândia (SP).EM nº 192/2016 MC - 53000.003804/2013
22	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).	Rio Branco	AC	2014	Renovação	Rádio FM	193	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., - Rio Branco (AC).EM nº 193/2016 MC - 53000.003954/2014
23	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).	Barcelos	AM	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	194	2016	Associação Cultural e Artística de Barcelos – Barcelos (AM).EM nº 194/2016 MC - 53000.019131/2013
24	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).	Palestina	SP	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	195	2016	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social – Palestina – Palestina (SP).EM nº 195/2016 MC - 53000.058130/2011
25	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).	Itaocara	RJ	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	196	2016	Associação Comunitária Monte Sinai – Itaocara (RJ).EM nº 196/2016 MC - 53000.057301/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
26	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).	Porangaba	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	197	2016	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências – Porangaba (SP).EM nº 197/2016 MC - 53000.067258/2013
27	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).	Itajaí	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	198	2016	Abrigo Luz do Amanhã – Itajaí (SC).EM nº 198/2016 MC - 53900.019154/2014
28	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG).	Carmo do Paranaíba	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	199	2016	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba - Carmo do Paranaíba (MG). EM nº 199/2016 MC - 53000.056208/2011
29	Associação Comunitária Abadiânia – Abadiânia (GO).	Abadiânia	GO	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	200	2016	Associação Comunitária Abadiânia -- Abadiânia (GO).EM nº 200/2016 MC - 53000.031941/2012
30	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).	Autazes	AM	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	201	2016	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL VALE DE AUTAZES – Autazes (AM).EM nº 201/2016 MC - 53000.058079/2011
31	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).	Santa Helena de Goiás	GO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	202	2016	Associação Cultural Ebenézer - Santa Helena de Goiás (GO).EM nº 202/2016 MC - 53000.059476/2011
32	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).	Ferreira Gomes	AP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	203	2016	ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA ARAGUARI -Ferreira Gomes (AP).EM nº 203 /2016 MC - 53000.006809/2013
33	Rádio Comunitária Cruz das Armas - João Pessoa (PB)	João Pessoa	PB	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	204	2016	Rádio Comunitária Cruz das Armas FM. EM nº 204/2016 MC - 53000.048665/2012
34	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA).	Lagedo do Tabocal	BA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	205	2016	Associação de Moradores de Lagedo do Tabocal - Lagedo do Tabocal (BA). EM nº 205/2016 MC - 53000.033271/2013
35	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA).	Rio Maria	PA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	206	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Rio Maria - Rio Maria (PA). EM nº 206/2016 MC - 53900.029909/2015
36	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS).	Viamão	RS	2013	Renovação	Rádio FM	207	2016	Radio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda. – Viamão (RS). EM nº 207/2016 MC - 53000.023205/2013
37	Universidade Federal do Paraná- UFPR – Paranaguá (PR).	Paranaguá	PR	2011	Outorga	Rádios TV	208	2016	Universidade Federal do Paraná- UFPR -- Paranaguá (PR). EM nº 208/2016 MC - 53000.061812/2011
38	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO).	Aparecida de Goiânia	GO	2008	Renovação	Rádio OM	209	2016	SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - Aparecida de Goiânia (GO). EM nº 209/2016 MC - 53000.028016/2008
39	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA).	Luís Eduardo Magalhães	BA	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	210	2016	Associação dos Moradores de Aracruz - Luís Eduardo Magalhães (BA). EM nº 210/2016 MC - 53000.056622/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
40	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP).	Pacaembu	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	211	2016	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DE PACAEMBU (AMBEP) -- Pacaembu (SP). EM n° 211/2016 MC - 53000.051845/2012
41	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO).	Palmeirópolis	TO	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	212	2016	Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis -- Palmeirópolis (TO). EM n° 212/2016 MC - 53000.058099/2011
42	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA).	Vargem Grande	MA	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	213	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE (ACBEC) - Vargem Grande (MA). EM n° 213/2016 MC - 53000.062221/2013
43	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA).	Botuporã	BA	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	214	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ -- Botuporã (BA). EM n° 214/2016 MC - 53900.032165/2014
44	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA).	Macajuba	BA	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	215	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL PADRE BERNARDO -- Macajuba (BA). EM n° 215/2016 MC - 53900.016191/2015
45	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR).	Jataizinho	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	216	2016	Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Jataizinho (PR). EM n° 216/2016 MC - 53000.057355/2011
46	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES).	Santa Helena de Jetibá	ES	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	217	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetiba - Santa Maria de Jetibá (ES). EM n° 217/2016 MC - 53000.030397/2012
47	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS.	Aquidauana	MS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	218	2016	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense - Aquidauana/MS. EM n° 218/2016 MC - 53000.034031/2012
48	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE.	Camocim	CE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	219	2016	Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim - Camocim/CE. EM n° 219/2016 MC - 53000.053921/2012
49	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC.	Lebon Régis	SC	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	220	2016	ASSOCIAÇÃO PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE LEBON RÉGIS - Lebon Régis/SC. EM n° 220/2016 MC - 53900.018692/2014
50	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN	Apodi	RN	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	221	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN. EM n° 221/2016 MC - 53000.056632/2011
51	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS.	Vera Cruz	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	222	2016	Associação Pro-desenvolvimento de Vera Cruz - Vera Cruz/RS. EM n° 222/2016 MC - 53000.027685/2013
52	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP.	Pereiras	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	223	2016	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Pereiras/SP. EM n° 223/2016 MC - 53000.040771/2013
53	Asconab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO.	Cabixi	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	224	2016	Asconab- Associação Comunitária de Cabixi - Cabixi/RO. EM n° 224/2016 MC - 53000.022289/2013
54	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT.	Vila Rica	MT	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	225	2016	ASSOCIAÇÃO ALVORADA - Vila Rica / MT. EM n° 225/2016 MC - 53000.040656/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
55	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG	São Gotardo	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	226	2016	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - São Gotardo / MG. EM n° 226/2016 MC - 53000.040721/2013
56	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG.	São João Del Rei	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	227	2016	Associação de Moradores e Amigos da Comunidade Integrada das Mercês - São João Del Rei / MG. EM n° 227/2016 MC - 53000.047754/2013
57	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE.	Salgueiro	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	228	2016	Rancho Verde Viva – RVV - Salgueiro/PE. EM n° 228/2016 MC - 53000.024854/2013
58	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP.	Jales	SP	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	229	2016	Associação Comunitária Moriah (Moriah FM - Jales/SP. EM n° 229/2016 MC - 53000.051651/2012
59	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP	Igarapava	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	230	2016	Associação Comunitária de Igarapava - Igarapava/SP. EM n° 230/2016 MC - 53000.039925/2013
60	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE.	Glória do Goitá	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	231	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá - Glória do Goitá/PE. EM n° 231/2016 MC - 53000.046267/2013
61	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE.	Belo Jardim	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	232	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BELO JARDIM - Belo Jardim/PE. EM n° 232/2016 MC - 53000.056210/2011
62	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG.	Itanhandu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	233	2016	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão - Itanhandu/MG. EM n° 233/2016 MC - 53000.056441/2013
63	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG	Machado	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	234	2016	Associação Comunitária de Rádio Difusão Nova Machado Para Desenvolvimento Artístico e Cultural - Machado/MG. -EM n° 234/2016 MC - 53000.041601/2013
64	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP.	Getulina	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	235	2016	Associação Comunitária Terra de Getulina - Getulina/SP. EM n° 235/2016 MC - 53000.021870/2013
65	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE.	Venturosa	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	236	2016	RADIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM - Venturosa/PE. EM n° 236/2016 MC - 53000.055726/2012
66	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN.	Patu	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	237	2016	SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE - Patu/RN. EM n° 237/2016 MC - 53000.049242/2012
67	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG	Araújos	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	238	2016	Associação Cultural Comunitária de Araújos – ACCA - Araújos / MG. - EM n° 238/2016 MC - 53000.025272/2013
68	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Barro Duro (PI).	Barro Duro	PI	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	239	2016	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - EM n° 239/2016 MC - 53000.05623/2011

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
69	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.	Carpina	PE	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	240	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ - Carpina / PE.EM n° 240/2016 MC - 53000.044838/2012
70	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.	Santana do Livramento	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	241	2016	Radio Grupo Conesul - Santana do Livramento/RS.EM n° 241/2016 MC - 53000.028888/2013
71	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.	Apodi	RN	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	242	2016	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apodi - Apodi / RN.EM n° 242/2016 MC - 53000.035879/2012
72	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.	Itaigaba	CE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	243	2016	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 07 de Outubro -Itaigaba/CE.EM n° 243/2016 MC - 53000.027789/2013
73	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.	Ji-Paraná	RO	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	244	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JIPARANAENSE – ASCOJIPA - Ji-Paraná/RO.EM n° 244/2016 MC - 53900.013869/2014
74	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.	Coromandel	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	245	2016	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel -Coromandel / MG.EM n° 245/2016 MC - 53000.047332/2013
75	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.	Boqueirão	PB	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	246	2016	Centro Assistencial e Comunitário da Bela Vista - Boqueirão/PB.EM n° 246/2016 MC - 53000.041226/2011
76	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC	Criciúma	SC	2011	Outorga	Rádio FM Educativa	248	2016	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - CRICIÚMA SC. - EM n° 248/2016 MC - 53000.059022/2011
77	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE,	Milhã	CE	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	249	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO - MILHÃ/CE. - EM n° 249/2016 MC - 53000.065119/2010
79	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL).	Maceió	AL	2007	Renovação	Rádio FM	180	2016	Rádio Jornal de Hoje Ltda. - Maceió (AL). - EM n° 180/2016 MC - 53000.041498/2007
80	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP).	Engenheiro Coelho	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitário	305	2016	Associação e Movimento Comunitário Cultural Dinâmica - Engenheiro Coelho (SP). - EM n° 305/2016 MC - 53000.058874/2013
81	Beneficiência Básica Integrada (BIB) - Sanharó (PE).	Sanharó	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	306	2016	Beneficiência Básica Integrada (BIB) - Sanharó (PE). - EM n° 306/2016 MC - 53000.057997/2011
82	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG).	Patrocínio	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	307	2016	Associação Beneficente e Cultural Comunitária Alternativa - ASBECCA - Patrocínio (MG). - EM n° 307/2016 MC - 53.000.007674/2014
83	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS).	Manoel Viana	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	308	2016	Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibicuí FM - Manoel Viana (RS). - EM n° 308/2016 MC - 53000.065762/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
84	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP).	Campinas	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	309	2016	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas (SP). - EM nº 309/2016 MC - 53000.009819/2014
85	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO).	Jaru	RO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	310	2016	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE - Jaru (RO). - EM nº 310/2016 MC - 53000.014554/2013
86	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT).	Lucas do Rio Verde	MT	2015	Renovação	Rádio FM Comunitária	311	2016	Associação Luverdense de Radiodifusão Comunitária - Lucas do Rio Verde (MT). - EM nº 311/2016 MC - 53000.049700/2013
87	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG).	Lagamar	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	312	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RURAL DA IMAGEM E DO SOM DE LAGAMAR - ASSRISL - Lagamar (MG). - EM nº 312/2016 MC - 53000.065118/2013
88	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG).	Diamantina	MG	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	313	2016	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI - Diamantina (MG). - EM nº 313/2016 MC - 53000.058124/2011
89	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE).	Vitória de Santo Antão	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	314	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - Vitória de Santo Antão (PE). - EM nº 314/2016 MC - 53000.057908/2011
90	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS).	São Pedro do Sul	RS	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	315	2016	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguarí - São Pedro do Sul (RS). - EM nº 315/2016 MC - 53000.065763/2013
91	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG).	São José da Barra	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	317	2016	Associação Novabarrense de Comunicação e Radiodifusão (ANCORA) - São José da Barra (MG). - EM nº 317/2016 MC - 53000.070514/2013
92	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE).	Tabira	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	318	2016	Associação Rádio Comunitária Tabira FM - Tabira (PE). - EM nº 318/2016 MC - 53000.014521/2013
93	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG).	Ipujuna	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	319	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE IPUJUNA - Ipujuna (MG). - EM nº 319/2016 MC - 53000.063885/2013
94	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP).	Ipaussu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	320	2016	ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM - Ipaussu (SP). - EM nº 320/2016 MC - 53000.070500/2013
95	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG).	Itatiaçu	MG	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	321	2016	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaçu - Itatiaçu (MG). - EM nº 321/2016 MC - 53000.065566/2013
96	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO).	Nerópolis	GO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	322	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROFESSORA ELZITA SANTANA - Nerópolis (GO). - EM nº 322/2016 MC - 53000.055907/2013
98	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG).	Pará de Minas	MG	2002	Outorga	Rádio e TV	247	2016	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL JOSE ALVES FERREIRA DE OLIVEIRA - Pará de Minas (MG). - EM nº 247/2016 MC - 53000.006751/2002


Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
99	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA).	Aramarí	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	250	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária RCA FM - Aramarí (BA). - EM nº 250/2016 MC - 53000.019002/2013
100	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA).	Ibiassucê	BA	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	251	2016	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê - Ibiassucê (BA). - EM nº 251/2016 MC - 53000.054055/2013
101	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA).	Ibirapitanga	BA	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	252	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL RADIO COMUNITÁRIA DE ITAMARATY - ACRCI (ACRCI) - Ibirapitanga (BA). - EM nº 252/2016 MC - 53000.030353/2009
102	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO).	Campestre de Goiás	GO	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	253	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DOS BOIS - Campestre de Goiás (GO). - EM nº 253/2016 MC - 53000.053977/2012
103	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR).	Campo Magro	PR	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	254	2016	Associação Comunitária de Radiodifusão Integração Social Cultural de Campo Magro PR (Associação Comunitária de Campo Magro) - Campo Magro (PR). - EM nº 254/2016 MC - 53000.013444/2010
104	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA).	Marituba	PA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	255	2016	Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação - Marituba (PA). - EM nº 255/2016 MC - 53000.014137/2010
105	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA).	Prainha	PA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	256	2016	Organização Cultural de Difusão Comunitária Vozes do Amanhã - Prainha (PA). - EM nº 256/2016 MC - 53000.007049/2014
106	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI).	Manoel Emídio	PI	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	257	2016	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira - Manoel Emídio (PI). - EM nº 257/2016 MC - 53000.022913/2013
107	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG).	Itabirinha	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	258	2016	Associação Comunitária Máxima Fm de Itabirinha (Rádio Máxima Fm) - Itabirinha (MG). - EM nº 258/2016 MC - 53000.075017/2013
108	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB).	João Pessoa	PB	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	259	2016	Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCI - João Pessoa (PB). - EM nº 262/2016 MC - 53000.023353/2009
109	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG).	Contagem	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	263	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO ALVORADA (ASCOBRADI) - Contagem (MG). - EM nº 263/2016 MC - 53000.022892/2010
110	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA).	Wagner (BA)	BA	2014	Outorga	Rádio FM Comunitária	264	2016	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga - Wagner (BA). - EM nº 264/2016 MC - 53000.005810/2014
111	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG).	São João do Paraíso	MG	2013	Outorga	Rádio FM Comunitária	265	2016	Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) - São João do Paraíso (MG). - EM nº 265/2016 MC - 53000.072966/2013
112	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA).	São Sebastião do Passé	BA	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	266	2016	Associação Assistencial e de Radiodifusão Comunitária Maracangalha FM - São Sebastião do Passé (BA). - EM nº 266/2016 MC - 53000.057718/2012

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
113	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE).	Jupi	PE	2009	Outorga	Rádio FM Comunitária	267	2016	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca - Jupi (PE). - EM nº 267/2016 MC - 53000.936582/2009
114	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG).	Boa Esperança	MG	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	268	2016	Associação Comunitária Luz - Boa Esperança (MG). - EM nº 268/2016 MC - 53000.023966/2010
115	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA).	Humberto de Campos	MA	2010	Outorga	Rádio FM Comunitária	269	2016	Centro Cultural de Humberto de Campos Tribal Folia (Tribal Folia) - Humberto de Campos (MA). - EM nº 269/2016 MC - 53000.014142/2010
116	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT).	Pontal do Araguaia	MT	2012	Outorga	Rádio FM Comunitária	270	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária e Cultural de Pontal do Araguaia (Rádio Comunitária Vale FM) - Pontal do Araguaia (MT). - EM nº 270/2016 MC - 53000.016097/2012
117	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR).	Mariluz	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	273	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ - ACAM - Mariluz (PR). - EM nº 273/2016 MC - 53000.007194/2013
118	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN).	Lucrécia	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	274	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA - ADECOL - Lucrécia (RN). - EM nº 274/2016 MC - 53000.006656/2013
119	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP).	Avaré	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	277	2016	Associação Pró-Cidadania Avereense - Avaré (SP). - EM nº 277/2016 MC - 53000.019020/2014
120	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG).	Conselheiro Pena	MG	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	278	2016	Serviço de Assistência Social - SAS - Conselheiro Pena (MG). - EM nº 278/2016 MC - 53000.003928/2014
121	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO).	Dianópolis	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	279	2016	Associação Comunitária Dianópolis de Radiodifusão - Dianópolis (TO). - EM nº 279/2016 MC - 53000.009899/2013
122	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP).	Nuporanga	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	280	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA - Nuporanga (SP). - EM nº 280/2016 MC - 53000.007039/2013
123	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB).	Cabaceiras	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	281	2016	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS - Cabaceiras (PB). - EM nº 281/2016 MC - 53000.070516/2013
124	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB).	Pocinhos	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	282	2016	ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE POCINHOS - Pocinhos (PB). - EM nº 282/2016 MC - 53000.071797/2013
125	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB).	Cacimba de Dentro	PB	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	283	2016	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO - Cacimba de Dentro (PB). - EM nº 283/2016 MC - 53000.007045/2013
126	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE).	Triunfo	PE	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	284	2016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRIUNFO - Triunfo (PE). - EM nº 284/2016 MC - 53000.061548/2013

Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	UF	ANO PROCESSO	TIPO DE PROCESSO	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	EM	ANO	DADOS COMPLETOS DO PROCESSO
127	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN).	São Vicente	RN	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	285	2016	Fundação Obra Assistencial Para Integração Social da Comunidade - São Vicente (RN). - EM nº 285/2016 MC - 53000.015608/2013
128	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO).	Porto Nacional	TO	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	286	2016	Associação Porto Real - Porto Nacional (TO). - EM nº 286/2016 MC - 53000.007049/2013
129	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS).	São João da Urtiga	RS	2012	Renovação	Rádio FM Comunitária	287	2016	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO - São João da Urtiga (RS). - EM nº 287/2016 MC - 53000.021788/2012
130	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR).	Quatro Pontes	PR	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	288	2016	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro - Quatro Pontes (PR). - EM nº 288/2016 MC - 53000.057858/2013
131	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP).	Jarinu	SP	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	289	2016	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu - Jarinu (SP). - EM nº 289/2016 MC - 53000.015823/2013
132	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2013	Transferência direta	Rádio e TV	290	2016	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - Fortaleza (CE). - EM nº 290/2016 MC - 53000.054438/2013
133	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR).	Ibiaporã	PR	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	291	2016	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiaporã - Ibiaporã (PR). - EM nº 291/2016 MC - 53000.059286/2011
134	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP).	São José do Rio Preto	SP	2014	Renovação	Rádio FM Comunitária	292	2016	Associação Comunitária São José - São José do Rio Preto (SP). - EM nº 292/2016 MC - 53000.003434/2014
135	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES).	Rio Novo do Sul	ES	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	293	2016	Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM - Rio Novo do Sul (ES). - EM nº 293/2016 MC - 53000.014914/2013
136	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE).	Bom Conselho	PE	2011	Renovação	Rádio FM Comunitária	294	2016	Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM - Bom Conselho (PE). - EM nº 294/2016 MC - 53000.059291/2011
137	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC).	Sombrio	SC	2013	Renovação	Rádio FM Comunitária	295	2016	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio - Sombrio (SC). - EM nº 295/2016 MC - 53000.060438/2013
138	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE).	Fortaleza	CE	2015	Renovação	Rádio e TV	296	2016	Rede União de Rádio e Televisão Ltda. - Fortaleza (CE). - EM nº 296/2016 MC - 53000.034453/2015
139	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR).	Francisco Beltrão	PR	2009	Transferência direta	Rádio e TV	297	2016	TV Nova Conexão para a TV FB - Comunicações Ltda. - Francisco Beltrão (PR). - EM nº 297/2016 MC - 53000.042938/2009

NOME OU RAZÃO SOCIAL	SCE/CGRC
ENDEREÇO / ADRE	OFICIO nº 17808/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016
CEP / CODE POSTAL	Nº DO PROCESSO: 53000.057908/2011-12
	ASS. C. E C. DOS M. DO CENTRO DA VITORIA
	DE SANTO ANTÃO
	RUA DO ESTUDANTE Nº 112 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO
	55.602-240 VITORIA DE SANTO ANTÃO - PE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	30/05/16	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
 		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS		



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

AVIS CN07

JO 39168294 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

NO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

Cil

UF

BRASIL

89

53000.057908/2011-12

EM nº 00314/2016 MC

Brasília, 11 de Maio de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas

emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize

as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos

documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

SI	NÃ	Fls. /
M	O	nº do
		doc.

1 Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.1. O requerimento é tempestivo?

2 Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.

4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.

5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.

6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9 Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU n° 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.057908/2011-12

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 12376/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1240964** e o código CRC **6AB38F37**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057908/2011-12**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITORIA DE SANTO ANTÃO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739996** e o código CRC **6D4AB7D5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 1739996

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057908/2011-12**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1740003** e o código CRC **AF7A4F5C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 1740003

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057908/2011-12**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 12376/2015 (0544257) e do Parecer Conjuntivo nº 475/2015 (0720188), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1740006** e o código CRC **442C2601**.

Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova,

pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 1740006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1824349** e o código CRC **8E709EEB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1885965** e o código CRC **B2483C93**.

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 1885965

Brasília, 20 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057908/2011-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
401/2017	53000.057908/2011-12	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão
402/2017	53000.036682/2009-00	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca
403/2017	53000.048835-2013-30	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus
404/2017	53000.046267/2013-32	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás
405/2017	53000.061548-2013-15	Associação Cultural de Triunfo
406/2017	53000.026302/2013-05	Associação Comunitária 29 de Dezembro
407/2017	53000.002360/2012-54	Associação Cultural Maraial
408/2017	53000.053346/2011-38	Clube de Mães
409/2017	53900.021931/2015-59	Associação Rádio Comunitária de Manari – Pe
410/2017	53900.007246/2014-39	Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias
411/2017	53000.058098/2011-11	Associação Comunitária A Voz de Quissamã
412/2017	53000.056150/2012-86	Associação Beneficente Mão Amiga

413/2017	53000.059286/2011-67	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã
414/2017	53000.041134/2011-16	Associação Cultural e Comunitária
415/2017	53000.057218/2011-63	Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo
416/2017	53000.058848/2011-55	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza
417/2017	53000.058471/201134	Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM
418/2017	53900.025904/2015-55	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
419/2017	53000.050945/2013-61	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
420/2017	53000.057297/2012-93	Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
421/2017	53000.058103/2011-96	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM
422/2017	53000.065326/2013-71	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo
423/2017	53000.061913/2013-91	Associação Radio Vida
424/2017	53000.007503/2006-76	Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino
425/2017	53000.065289/2012-11	Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento
426/2017	53000.034808/2013-80	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade
427/2017	53000.046095/2012-16	Associação Comunitária Mundo Melhor
428/2017	53000.043077/2012-82	Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa
429/2017	53000.051661/2012-10	Associação Comunitária Moriah
430/2017	53000.055803/2012-18	Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba
431/2017	53000.071350/2013-40	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade
432/2017	53000.003804/2013-50	Associação Cultural Comunitária Esperança
433/2017	53900.036160/2014-13	Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt
434/2017	53000.067258/2013-85	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências
435/2017	53000.070507/2013-10	Associação Cultural Esportiva e Turística
436/2017	53000.060438/2013-36	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio
437/2017	53000.052854/2012-80	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra

438/2017	53000.042446/2011-39	Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú
439/2017	53900.018692/2014-79	Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação
440/2017	53000.017596/2013-76	Associação Cultural e Comunitária Garopabense de Comunicações
441/2017	53000.065155/2013-81	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho
442/2017	53000.066832/2013-88	Associação Cultural Nova Palma
443/2017	53000.015829/2013-04	Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cassia
444/2017	53000.007049/2013-82	Associação Porto Real
445/2017	53000.054982/2012-68	Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro
446/2017	53000.030840/2012-13	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde
447/2017	53000.021870/2013-10	Associação Comunitária Terra de Getulina
448/2017	53000.006807/2013-45	Associação Cultural Comunitária de Pedreira
449/2017	53000.015823/2013-29	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu
450/2017	53900.015229/2014-75	Associação Comunitária Cultural Pela Democratização dos Meios de Comunicação Contestado - ACC

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 25/07/2017, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2071410 e o código CRC 3B51B913.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2071410

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.057908/2011-12
Referência: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104390** e o código CRC **431F6C7D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 2104390

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
 53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
 53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
 53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
 53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
 53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
 53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
 53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
 53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
 53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
 53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
 53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
 53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
 53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
 53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
 53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
 53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
 53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
 53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
 53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
 53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
 53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
 53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
 53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
 53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
 53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
 53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
 53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
 53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
 53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
 53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
 53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
 53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
 53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
 53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
 53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
 53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

 53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

 53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

 00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

 53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

 53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

 53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)	
53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)	

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057908/2011-12.**

Entidade: **Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/07/2019, às 17:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4347527** e o código CRC **55B23E32**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057908/2011-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, inscrita no CNPJ nº 02.442.587/0001-14, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Vitória de Santo Antão, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 120, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 4347527

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.057908/2011-12

Referência: Despacho SEARC (4347527)

Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 27/09/2011, da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO CENTRO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Vitória de Santo Antão/PE.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489311** e o código CRC **1F2C9019**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057908/2011-12

SEI nº 4489311

Brasília, 16 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057908/2011-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, inscrita no CNPJ nº 02.442.587/0001-14, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Vitória de Santo Antão, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 12376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 120, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 16/09/2019 11:15

Termo(s): 186 2019
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial: Data Final:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
53000057908201112	MCTIC 00186 2019 Vitória de Santo Antão/PE - Renov/RADCOM - Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33201/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057908/2011-12.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/09/2019, às 13:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4633337** e o código CRC **3851D995**.